

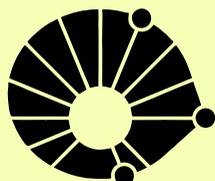
Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Dezembro/95

V. 3 N°3

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: José Martins Filho
Coordenador Geral da Universidade: André Maria Pompeu Villalobos
Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário: José Tadeu Jorge

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)
Vice- presidente: Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)
Conselheiros: Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH-UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço
José Ferreira de Carvalho
Plínio Dentzien
Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Rachel Meneguello
Pesquisadores: José Guilherme P. Brandt, Maria Teresa Gonzaga Alves, Paula Vanina Cencig
Secretária Geral: Maria das Graças Plá Sanches

OPINIÃO PÚBLICA, Vol. III, nº 3

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Coordenação geral: Rachel Meneguello
Produção: Equipe Técnica do CESOP

Encarte Tendências: Pesquisadores do CESOP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal: 6110
Campinas - São Paulo
13081-970
Tel: (55-192)39-7093
Fax: (55-192)39-4309
Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR
Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Dezembro de 1995

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Dezembro 95

Vol. III nº 3

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

	Pág.
Mudanças geracionais e identificação partidária Warren E. Miller	97
Contribuições para o conceito de opinião pública Rubens Figueiredo e Sílvia Cervellini	112
TENDÊNCIAS Encarte de Dados de Opinião Pública, Ano III, nº 6	Centro
Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 – 1978 Marcus Figueiredo	121

Opinião Pública	Campinas	Vol. III	nº 3	P. 97-127	Dezembro 1995	ISSN 01046276
-----------------	----------	----------	------	-----------	---------------	---------------



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA

Mudanças geracionais e identificação partidária

Warren E. Miller
Arizona State University

Resumo

O autor discute a natureza da identificação partidária e conclui que sua caracterização como uma soma corrente de influências de curto prazo na sua formação e mudança subestima profundamente a estabilidade da identificação partidária. O argumento é que o período entre o início dos anos 60 e meados dos anos 80 produziu efeitos geracionais que alteraram os parâmetros básicos da política nacional americana. O autor estuda a influência das últimas três décadas no envolvimento político da geração mais jovem e encontra que a geração pós-New Deal contribuiu para a diminuição do partidarismo do eleitorado, para o declínio nacional do comparecimento e para o realinhamento das bases sociais dos partidos Republicano e Democrata.

Palavras-chave: identificação partidária, geração política, política americana

Abstract

The author discusses the nature of party identification and concludes that its characterization as a running tally of short-term forces that influences its formation and change profoundly underestimate the stability of party identification. The argument is that the period from the early 1960's to the mid-1980's has produced generation effects that have altered the basic parameters of the American National politics. The author studies the influence of the events of the past three decades on the political involvement of the younger generation and the finds that the post-New Deal generation contributed to the diminishing of the partisanship in the electorate, to the national decline in turnout and to a realignment of the social foundations of Democratic and Republican parties.

Keywords: party identification, political generation, American politics

Introdução

O debate sobre a natureza da identificação partidária - suas origens e conseqüências - tem sido informado por uma série de contribuições. Algumas foram predominantemente conceituais ou teóricas (BECK, 1974; CONVERSE e PIERCE, 1985); a maioria combinou modelos analíticos a elaborações conceituais ou reconceptualizações (CONVERSE, 1976; PAGE e JONES, 1979; CONVERSE e MATKUS, 1979; WEISBERG, 1980; FIORINA, 1981; FRANKLIN e JACKSON, 1983; MILLER, 1992); outras ainda se apoiaram fortemente em inovações em medição (CARMINES, MCIVER e STIMSON, 1987; GREEN e PALMQUIST, 1990; MATTEI e NIEMI, 1991) ou na exploração de fontes de dados únicas (JENNINGS e NIEMI, 1968 e 1981; JENNINGS e MARKUS, 1984; BECK e JENNINGS, 1991; TEIXEIRA, 1987; ABRAMSON, 1989)¹.

A continuidade da discussão é importante, pois as mais radicais dentre as perspectivas revisionistas - aquelas que tratam a identificação partidária como um fenômeno relativamente volátil, e prontamente suscetível a alterações, como resposta a influências de curto prazo, como um registro atual de influências tanto contemporâneas quanto históricas, e portanto endógeno a análises do comportamento eleitoral individual de curto prazo - desafiam o paradigma teórico amplamente aceito sobre o processo de decisão de voto apresentado em The American Voter. Este modelo analítico, mais recentemente elaborado por Shanks e Miller (1991), assume - entre outras coisas - uma estrutura causal na decisão de voto na qual a continuidade temporal se apresenta na forma de predisposições estáveis e de longa duração, (que incluem a identificação partidária, mas não se limitam a ela) que definem respostas a influências de curto prazo e específicas a eleições.

A discussão derivada da identificação partidária, sua medição e significado, e, em particular, igualmente um estudo de caso no sentido de fornecer uma definição operacional para um conceito que então permita delinear circunstâncias que testem a significância do conceito conforme mensurado. Este artigo contribui para a discussão da identificação partidária ao identificar um conjunto de circunstâncias sob o qual a medida básica da identificação partidária, aplicada a um significativo corpo de eleitores, produziu resultados totalmente alinhados ao conceito original de uma predisposição durável e extremamente impermeável às

¹ O trabalho mencionado de M. Kent Jennings e seus colegas Paul A. Beck e Richard G. Niemi sobre vários problemas relacionados às origens e atributos da identificação partidária não foi amplamente considerado pela maioria dos estudiosos escrevendo sobre o tema. Em particular, os estudiosos do comportamento eleitoral preparam pouca atenção àquela evidência derivada do painel de estudo de socialização política para dezessete anos e três gerações, que foi desenvolvido e mantido por JENNINGS e MARKUS, 1984; JENNINGS e NIEMI, 1968, 1974, 1978, 1981; NIEMI et al, 1980; NIEMI e JENNINGS, 1991.

mudanças em eventos eleitorais específicos. Além disso, consideramos brevemente o realinhamento massivo e aparentemente durável de identificações partidárias na região Sul do país, ocorrido entre 1960 e 1988. Finalmente, a discussão identifica dois diferentes grupos de circunstâncias envolvendo o realinhamento nacional de clivagem partidárias ocorridas entre 1980 e 1988.

Nosso argumento é direto. O período que se estende do início dos anos 60 até meados dos anos 80 foi um período tumultuado na política nacional americana. Acontecimentos turbulentos e os dramáticos fracassos da liderança nacional levantaram sérias questões sobre muitas de nossas instituições políticas. Acreditamos que isto moldou as predisposições básicas das jovens coortes de eleitores que atingiram a idade para votar a partir de 1968. Mas não afetou de modo semelhante as gerações mais velhas. Trata-se de um período que produziu efeitos geracionais que alteraram os parâmetros básicos da política nacional americana.

A evolução dos National Elections Studies para uma série temporal abrangendo quase quatro décadas facilita em muito o questionamento do impacto dos acontecimentos históricos públicos no corpo político. Neste artigo, examinaremos a possibilidade de que as últimas três décadas tenham sido repletas de eventos que tornaram o envolvimento das gerações mais jovens de eleitores distintamente diferente daquele dos mais velhos. Acreditamos que os eventos relevantes tiveram início com os tumultos urbanos e a violência do movimento dos direitos civis no final dos anos 60, e se estenderam com os assassinatos dos Kennedy e do Reverendo King. Os acontecimentos que moldaram a primeira geração pós-New Deal incluíram a evolução do protesto político para um movimento nacional de contracultura; se ampliaram no protesto triunfal e no trágico final da guerra do Vietnam, e na desilusão com a presidência Nixon.

Ainda é muito cedo para saber se as administrações Carter, Reagan e Bush restauraram uma estabilidade similar àquela que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Vamos observar indicadores que sugerem o retorno a uma certa normalidade, mas vamos também perceber as contínuas conseqüências de tais experiências prolongadas como a impotente presidência Carter, o fiasco Irã-Contra sob Reagan, e as crises domésticas, sociais e econômicas do final da década.

As experiências nacionais do período entre meados dos anos 60 e o final dos 80 certamente não foram totalmente ruins. Não obstante, as coortes que atingiram a maioria durante esta época parecem trazer as cicatrizes de um ambiente de socialização que influenciou o desenvolvimento de suas identidades como partidárias, e aparentemente retardou sua mobilização enquanto eleitores. A distinção da primeira geração pós-New Deal é o tema geral deste artigo; estamos principalmente interessados na contribuição singular desta geração para com os contornos nacionais da identificação partidária.

Em um artigo anterior, comentamos por extenso algumas das limitações técnicas encontradas no uso dos NES - National Elections Studies como meio de análises geracionais ou de coorte. Em particular, percebemos os obstáculos de documentar em que medida a aparente distinção geracional foi ou não simplesmente uma fase passageira no ciclo de vida de uma nova geração. Também apresentamos um esquema analítico apropriado ao exame das diferenças geracionais no comparecimento eleitoral quando consideradas diversamente as diferenças na identificação partidária, educacionais e outras diferenças que separam umas gerações das outras (MILLER, 1992).

Visando estabelecer uma continuidade com os resultados daquela análise de comparecimento eleitoral, utilizamos nesta discussão o mesmo esquema analítico. Nosso objetivo básico é comparar cidadãos que diferem quanto à natureza das épocas políticas que influenciaram seu conhecimento sobre o mundo da política, e épocas que moldaram suas identificações, percepções, valores e preferências nessas questões. Devido às extraordinárias diferenças quanto à formação educacional associadas a diferentes gerações políticas, os efeitos associados à educação receberam particular atenção.

Um dos mais recentes e esclarecedores artigos numa longa série de análises de coorte é a cuidadosa discussão sobre "Gerações e Mudança Política nos Estados Unidos" de Abramson (1989). Este artigo, assim como o imediatamente precedente a essa discussão (MILLER, 1992), se interessa tanto em utilizar análises de coorte para compreender a mudança agregada nos parâmetros nacionais, quanto para entender as dimensões teóricas da identificação partidária em si. No modelo de Abramson, a presente discussão também se dirige a ampliar nossa compreensão sobre as dramáticas mudanças na distribuição nacional da identificação partidária, ocorridas nos últimos 30 anos. Ao fazê-la, entretanto, estaremos inevitavelmente considerando implicações para nosso enfoque sobre a natureza da identificação partidária.

Gerações políticas e épocas eleitorais

Assim como na análise anterior de Abramson, a presente discussão baseia-se numa investigação inicial de dezessete coortes de quatro anos, em cada uma das dez eleições cobertas pelos estudos presidenciais do NES/Michigan. As coortes são definidas pelos anos eleitorais nos quais indivíduos estiveram pela primeira vez habilitados para votar para presidente, e foram examinadas na região Sul e fora da região Sul, separadamente, para cidadãos negros e não negros, para eleitores, não eleitores e para o eleitorado total. Novamente, a apresentação foi simplificada pela restrição da análise a eleitores não negros, pela combinação das dezessete coortes para formar três gerações, e pela combinação de dez eleições em três épocas

eleitorais. Tanto a definição operacional das gerações quanto a vinculação das épocas foram definidas por uma combinação entre regularidades empíricas observadas e o desejo de adaptar noções apriorísticas (período pré-New Deal antes de Franklin D. Roosevelt, período pós-New Deal após Lyndon Johnson) que poderiam ser facilmente comunicadas.

A mais velha dentre as gerações, a geração pré-New Deal, consiste de cidadãos cujas primeiras eleições, e portanto presumivelmente, os períodos de politicização como pré-adultos, ou jovens adultos, precederam a primeira eleição de Roosevelt em 1932. A geração seguinte foi socializada predominantemente sob a liderança presidencial democrata. Consiste daqueles cujos primeiros anos de habilitação para o voto podem ter abarcado a primeira eleição de Roosevelt em 1932 ou qualquer uma das eleições subsequentes até 1964. Assim, os períodos do New Deal, do Fair Deal, do New Frontier e da Great Society² definem uma época eleitoral dominada pela geração New Deal.

A terceira geração em nossa análise consiste daquele grupo ainda crescente de cidadãos, cujas experiências de vida como jovens adultos, incluem a revolução do final dos anos 60, a guerra do Vietnam, a contracultura, e os escândalos de Watergate na administração Nixon. Esta geração pós-New Deal está em aberto e ainda em crescimento; ela portanto também inclui aqueles socializados pelos dramas políticos associados às presidências de Carter, Reagan e Bush. De fato, uma das características marcantes nesta análise consiste de evidência que sugere que eleitores que atingiram a maioria em 1980, 1984 e 1988 têm muito em comum com as coortes de 1968, 1972 e 1976, incluindo-se os atributos que as distinguem das coortes mais velhas da geração New Deal (MILLER, 1992)³.

As épocas eleitorais definidas para análise são, em parte, estabelecidas pela disponibilidade dos dados eleitorais adequados a essas três gerações. O primeiro período de tempo inclui as eleições de 1952, 1956 e 1960. (Teria sido de grande ajuda se o período tivesse iniciado com estudos nos anos 30, ou ao menos os anos 40. O ponto limite, 1960, foi selecionado porque marcou o ponto alto do comparecimento eleitoral do pós-guerra.) As eleições dos anos 50 foram dominadas pelas gerações pré-New Deal e New Deal. O período seguinte de tempo, 1964-1976, inclui duas vitórias eleitorais dos democratas e dos republicanos, e abrange a emergência da geração pós-New Deal e o rápido declínio da geração pré-New Deal. O terceiro período de tempo começa com a eleição de Reagan de 1980 e abrange a

² Respectivamente, períodos Franklin D. Roosevelt, Harry S. Truman, John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson.

³ Além disso, há em nossas caracterizações de diferenças geracionais um notável e tranquilizador paralelismo e complementaridade com os relatórios de Jennings et al nas comparações com uma coorte de dois anos de filhos, com sua geração de pais. Os achados de nossas séries de interseções independentes e o estudo de três ondas são consoantes em cada dimensão onde é possível a comparação direta com a literatura publicada.

época na qual a geração pós-New Deal define crescentemente o eleitorado (MILLER, 1992), e na qual o comparecimento eleitoral atinge um baixo ponto, acompanhando 1960.

Tanto a nossa discussão anterior (1992) sobre o papel da identificação partidária afetando o declínio do comparecimento eleitoral, quanto a presente discussão, têm a intenção de estabelecer questões conceituais e teóricas a respeito da natureza básica e o papel da identificação partidária. Mas nenhuma fornece mais que uma atenção rápida sobre as mudanças na identificação partidária do cidadão negro. Isto ocorre porque o impacto dos eventos políticos associados aos movimentos pelos direitos civis e a competição partidária nacional pelo voto negro, tanto invadem quanto complicam a análise da natureza transformadora e o papel da identificação partidária entre cidadãos negros.

Certamente há mais a ser aprendido sobre identificação partidária através de uma análise de diferenças em experiências raciais, mas essa exploração deve acontecer mais tarde. Um segundo constrangimento quanto à generalização a partir de nossas conclusões está imposto pela nossa decisão de apenas focar os eleitores. Esta decisão reflete descobertas anteriores de que a identificação partidária de não-eleitores aparentemente responde por grande parte da confusão que tem acompanhado as tentativas de estabelecer as origens, a natureza durável e as conseqüências da identificação partidária (MILLER, 1991a).

Diferenças geracionais na identificação partidária e no comparecimento eleitoral

Nossa análise do declínio do comparecimento eleitoral nos últimos 30 anos concluiu que o problema do declínio (face ao aumento do nível educacional dos cidadãos e do relaxamento nos limites legais ao voto) está transformado, mas não resolvido, pela aplicação de uma análise de coorte/análise geracional (MILLER, 1992). Observamos que dos anos 50 até os 80 não houve declínio nas taxas de comparecimento eleitoral nas coortes de nove anos eleitorais da geração New Deal, definida de forma ampla; e a taxa constante de participação no dia de eleição traz dúvidas quanto a algumas das explicações para o declínio baseadas na pressuposição de uma exclusão individual do cidadão do envolvimento político. Em vez de explicações sobre o desengajamento, enraizadas no declínio dos sentimentos de confiança do cidadão, em sua crescente sensação de alienação, na perda de confiança em sua eficácia como participante, ou na deterioração de um sentido compartilhado de obrigação civil, o argumento é, ao contrário, de que taxas agregadas de declínio no comparecimento às urnas em 1988 foram o resultado direto do crescimento contínuo de uma geração pós-New Deal notavelmente não-participativa enquanto componente do eleitorado.

Em busca da explicação para as diferenças geracionais no comparecimento eleitoral, observou-se que a geração pós-New Deal diferia da geração mais velha tanto na incidência de identificação partidária quanto nas diferenças de comparecimento entre pessoas com e sem identificação partidária. O declínio agregado na proporção de pessoas com identificação partidária entre cidadãos não-negros desde o final dos anos 50 até o final dos 70 (intensamente tratados na literatura como evidência de desalinhamento, refletindo uma rejeição massiva ao sistema partidário tradicional) deu-se quase que completamente em função da baixa incidência de identificação partidária, ou da alta incidência de “independentes”, na rapidamente crescente geração pós-New Deal. Dado o padrão persistente que mostra pessoas sem identificação partidária votando menos que as com identificação, a maior incidência de independentes significou uma queda geral nas taxas de comparecimento.

Embora esse fato possa ser visto como uma consequência menos direta do aumento dos eleitores pós-New Deal numa era antipartido, há um segundo aspecto de não tão fácil explicação. Os independentes da geração pós-New Deal detêm um registro de comparecimento ainda menor (em comparação com o registro de comparecimento dos pós-New Deal com identificação partidária) do que o dos independentes da geração New Deal mais velha (quando comparado com seus pares no partido). Conseqüentemente, é claro, embora existam diferenças intergeracionais no comparecimento daqueles com identificação partidária, as diferenças geracionais de comparecimento são muito maiores entre os sem identificação partidária.

Os resultados da análise são compatíveis com as expectativas de que, já que a identificação partidária traz o envolvimento e a participação de cidadãos na política, a ausência da identificação partidária é associada com envolvimento e participação menores. A reduzida incidência de identificação partidária na geração pós-New Deal é consistente com o argumento de Beck, de que períodos de desalinhamento agregado ou de realinhamento tornam-se possíveis pelo afrouxamento de ligações intrafamiliares e por uma propensão maior de jovens adultos a projetarem seu próprio curso, pois são influenciados por eventos políticos que dominam o momento em que se tornam maiores de idade (BECK, 1974 e 1977). Isso nos deixa, entretanto, com um novo problema sobre a variação através das gerações do comportamento das pessoas com e sem identificação partidária.

Teoricamente, faz sentido observar que diferenças geracionais possam ser minimizadas entre pessoas que têm em comum uma identificação com um partido político. Mas, deixando de lado uma possível explicação parcial, enraizada nos efeitos de ciclo de vida (que foi avaliada e rejeitada no artigo sobre comparecimento eleitoral, MILLER, 1992), não existe uma explicação óbvia e teoricamente

satisfatória para ambas as séries de diferenças geracionais, e particularmente não há explicação para a taxa extraordinariamente baixa de comparecimento eleitoral relativo entre os independentes pós-New Deal.

Diferenças geracionais no equilíbrio partidário da identificação partidária

Como um primeiro passo para ampliar este questionamento, é útil retornar à análise da incidência variável de pessoas com identificação partidária e dos independentes através de um exame paralelo dos eleitores não negros sulistas e não-sulistas. Neste ponto, nosso interesse em examinar alterações nos parâmetros nacionais muda do declínio no comparecimento às urnas, para o realinhamento partidário do final dos anos 80. A comparação regional das alterações através dos últimos trinta anos explica evidências, que de outra forma seriam conflitantes, sobre a natureza da mudança na identificação partidária.

Ao focar primeiramente cidadãos que vivem fora dos treze estados do Sul, encontramos confirmação de uma generalização anterior, que propõe a estabilidade relativa da identificação partidária, no decorrer de grande parte do período precedente à eleição de 1984 (MILLER, 1991a)⁴. Conforme a Tabela 1 revela, no Norte existem notáveis diferenças geracionais dentro de ambos os períodos iniciais de nosso esquema analítico, mas não existem efeitos de período ou de ciclo de vida significativos alterando o equilíbrio partidário na transição entre os anos 50 e final dos 60/início dos 70. Dentre ambas gerações e dentre todos os três sub grupos de nível educacional, apresentados na Tabela 1, o equilíbrio líquido das identificações republicanas e democratas entre eleitores não negros fora do Sul manteve-se essencialmente inalterado⁵. Isto não é surpreendente, dada a outra evidência da estabilidade agregada entre eleitores não-sulistas (MILLER, 1991a). Vemos agora que uma maior desagregação, por nível educacional e geração combinados, ainda não traz evidências de mudanças significativas na identificação partidária ao longo do um quarto de século coberto pela análise.

No entanto, está igualmente claro que a era Reagan/Bush nos anos 80 realmente causou uma acentuada diminuição nas maiorias democratas anteriores e, entre os eleitores com maior nível educacional, um distinto aumento nas maiorias

⁴ Seguindo o argumento exposto em "Back to Basics", apenas três categorias geradas pela primeira questão evocando identificações partidárias são utilizadas. A distinção forte/fraco entre pessoas com identificação partidária é ignorada, pessoas sem identificação "*tendendo para algum lado*" são categorizados como independentes.

⁵ Este não é o caso para o baixo nível educacional na geração pré-New Deal; entretanto, os números de 1964-76 baseiam-se em pequenas amostragens. Além disso, uma desagregação temporal nos dois períodos de tempo não revela nenhuma outra variação substancial ano a ano além daquela associada com o erro amostral.

republicanas. Embora exista certa irregularidade ao longo de comparações educacionais e dentro das comparações geracionais, em geral houve uma mudança total pró-republicana de cerca de dez a quinze pontos entre a época da primeira eleição de Reagan e da primeira vitória de Bush (SHANKS e MILLER, 1991)⁶.

Há pelo menos quatro aspectos notáveis quanto à contribuição da geração pós-New Deal para a mudança nos contornos da identificação partidária entre eleitores do norte: primeiro, claramente a entrada da geração pós-New Deal no eleitorado beneficiou o partido democrata, pelo menos em termos relativos, na virada da década de 1970. Entre eleitores com pelo menos alguma educação superior, por exemplo, a maioria democrata dentro da geração pós-New Deal no período de 1964-1976 contrastou com uma maioria republicana de 15 pontos entre eleitores da mais velha geração New Deal, de similar formação escolar, para o mesmo período de tempo. A diferença geracional de 21 pontos decaiu para 13 pontos nos últimos anos Reagan-Bush: não obstante, o fato de que a força republicana nos anos 80 foi maior no segmento New Deal do eleitorado, o qual declinara tanto em números relativos quanto absolutos nos anos imediatamente posteriores, dificulta qualquer projeção quanto à futura sorte dos partidos.

Um segundo aspecto digno de nota quanto às contribuições geracionais para as mudanças no equilíbrio partidário é fornecida pela indicação de que, após os anos 70, a geração pós-New Deal liderou o crescimento absoluto na força republicana e um declínio relativo nas fileiras democratas nos anos 80. As identificações com republicanos cresceram em toda categoria geracional/educacional, mas mais agudamente naquelas envolvendo a geração pós-New Deal.

Menos evidente, mas talvez de significado teórico maior, são as origens específicas da mudança pós-1976 no equilíbrio partidário dentro das fileiras pós-New Deal. Em primeiro lugar, os números de pessoas com identificação democrata não declinaram de forma apreciável, tanto entre os grupos com educação superior quanto secundária. Em segundo lugar, as proporções dos republicanos realmente cresceram - em 13 pontos entre aqueles com educação superior e 15 pontos no grupo com educação secundária. Ambos os fatores poderiam ocorrer, é claro, apenas porque o crescimento republicano se deu às custas de um declínio análogo nos números dos eleitores sem identificação partidária. E o estoque daqueles sem identificação partidária, por sua vez, foi produzido por uma proeminência

⁶ Em outro lugar, reportamos uma queda na maioria democrata dentre todos eleitores em 1980, de 14 pontos percentuais para 3 pontos em 1988, em nossa análise da eleição de 1988. Note-se que a mudança no equilíbrio partidário ocorreu depois da eleição de Reagan em 1980, não antes. No artigo anterior Political Behavior sobre comparecimento eleitoral (MILLER, 1992), refletimos sobre a importância dos tamanhos variáveis de nossas categorias analíticas. Em poucas palavras, a geração New Deal está acabando - os mais jovens tinham 50 anos em 1990 - e a geração pós-New Deal - os "Baby-Boomers" - está crescendo rapidamente, particularmente no caso daqueles com alguma formação escolar.

extraordinária entre as coortes pós-New Deal que foram mobilizadas para votar nas eleições de 1968, 1972 e 1976. Em ambos os níveis educacionais, menos do que um em dois dentre todos eleitores da geração pós-New Deal foram às urnas naquelas eleições com identificação partidária. No período eleitoral seguinte, a época eleitoral Reagan/Bush, as proporções de independentes caíram para magnitudes similares àquelas da geração New Deal do período anterior.

No Sul, a história foi dramaticamente diferente. Como foi observado em outro lugar (BLACK e BLACK, 1987; MILLER, 1991a), um realinhamento dos eleitores sulistas começou com a eleição Kennedy em 1960. Embora o realinhamento não tenha influenciado acentuadamente aqueles com menor formação escolar (com menos de nove anos de educação formal), a erosão da força democrata e o crescimento nos números republicanos no Sul começaram imediatamente após aquela eleição, e, conforme mostra a Tabela 2, a taxa de mudança foi função direta da educação. Entre os membros da geração pré-New Deal, por exemplo, as majorias democratas dos anos 50, da educação primária à superior, atingiram de 33 pontos percentuais entre aqueles com menor formação até 58 pontos entre aqueles com educação universitária. Trinta anos mais tarde, nos anos 80, os números comparáveis para a geração New Deal foram de uma margem de 55 pontos para os democratas entre as pessoas com escolaridade primária, 28 pontos para aqueles com educação secundária, e dois pontos percentuais dentre os eleitores com formação universitária.

O realinhamento iniciado nos anos 60 prosseguiu nos anos Reagan/Bush, mas a mais ampla mudança aconteceu no período do trauma político do final dos anos 60 e início dos 70, com a maior alteração ocorrendo entre os eleitores sulistas com maior nível educacional. Entre os anos 70 e 80, as tendências seguiam a mesma direção que as do Norte, mas a mudança ocorreu mais lentamente do que nas décadas precedentes. Mesmo assim, no decorrer de nossos três períodos de tempo a imagem é a de um contínuo realinhamento que, por volta de 1988, produziu uma total erosão virtual da então dominância democrata nos estados sulistas.

No Norte, o crescimento da força republicana foi incentivado pelo contingente impressionantemente alto de eleitores afirmando nenhuma identificação partidária nas fileiras da geração pós-New Deal. No Sul, a mesma geração pós-New Deal contribuiu com um número muito menor de eleitores com nenhuma identificação partidária. É verdade que, dentre os com educação superior no Sul, os 30% de eleitores New Deal sem identificação, foram claramente excedidos pelos 45% dos independentes entre os eleitores pós-New Deal; mas no Norte, os 29% dos eleitores sem identificação partidária dentre os com educação superior do grupo New Deal foram suplantados pelos independentes, que constituíram 54% das mais numerosas coortes pós-New Deal. Dentro do grupo com

educação secundária no Sul, as proporções New Deal e pós-New Deal de, respectivamente, 26% e 27% dos sem identificação partidária, foram comparáveis aos 29% e 54%, respectivamente, no Norte. No Sul, o crescimento republicano beneficiou-se de Reagan e Bush, e nos anos Reagan/Bush não ocorreu em função dos números em declínio dos independentes, mas pareceu vir bem diretamente das fileiras democratas (BLACK e BLACK, 1987). No Norte, a mudança no equilíbrio partidário ocorreu apenas subsequente à mobilização de não-partidários nos anos 70 e parece ter derivado em grande parte de suas fileiras.

Em ambas as regiões, as mudanças nos números dos partidos foram acompanhadas, senão provocadas, por um realinhamento dos grupos sociais. Já observamos que no Sul as correlações educacionais da identificação partidária foram completamente invertidas. Naquela região, os eleitores com educação universitária sofreram um realinhamento maciço, na medida em que as maiorias democratas de 60% (80 democratas para cada 20 republicanos) foram substituídas pela paridade, ou mesmo por uma pequena vantagem republicana na geração pós-New Deal. Entre aqueles com menor formação escolar, entretanto, simplesmente não houve um declínio perceptível na preponderância dos democratas. O resultado líquido foi associar preferências democratas a eleitores com menor formação escolar, e preferências republicanas àqueles com nível universitário.

No Norte, a composição social dos agrupamentos partidários também se alterou, mas de uma forma um tanto diferente. O entendimento das alterações na identificação partidária no Norte é dificultada pelas diferenças geracionais nas correlações sociais de preferências partidárias. Conforme a Tabela 3 sugere, tanto nos períodos inicial quanto intermediário, membros da geração pré-New Deal apresentaram uma forte e tradicional correlação entre republicanos e um maior nível escolar, e democratas com um menor nível escolar. Em todos os três períodos de tempo, a correlação educação/preferência partidária dentro da geração New Deal ainda era substancial, embora aparentemente estivesse em declínio nos anos 80. Dentro dos grupos pós-New Deal, entretanto, não há muita questão além daquela em que a identificação partidária nos anos 80 era apenas uma função limitada da educação formal, com todas as vantagens sociais e econômicas que a educação representa. Enquanto a composição social dos grupos partidários no Sul sofreu uma inversão revolucionária, a comparável relevância da obtenção de níveis educacionais entre eleitores no Norte foi simplesmente obscurecida.

Se as correlações educacionais da identificação partidária foram dramaticamente diferentes nos anos 80, algumas das correlações políticas de identificação partidária na geração pós-New Deal foram talvez surpreendentemente familiares. Por exemplo, embora uma grande proporção de republicanos na mais nova geração fosse de recém-chegados ao partido, seus votos nas eleições dos anos 80 se encaixaram em cada detalhe com o partidário dos republicanos das gerações

mais velhas. Conforme a tabela 4 indica, a votação partidária da geração pós-New Deal não foi diluída em qualquer das margens⁷.

Partido e políticas

Além disso, no que se refere a um número de questões sobre preferência por políticas públicas, as diferenças de partido dentro das coortes pós-New Deal foram mais agudas do que dentro das coortes mais velhas. Isso foi particularmente verdade para as atitudes em relação a temas contemporâneos, como gastos de defesa, ajuda governamental a minorias, apoio popular a líderes de direitos civis, e aborto. Em cada um destes tópicos a adição das jovens coortes pós-New Deal ao eleitorado acentuou a questão da polarização dos eleitores partidários. Em cada caso, democratas mais jovens com identificação partidária foram distintamente mais liberais do que os democratas mais velhos da geração New Deal. Na questão da ajuda governamental a minorias, jovens republicanos expressaram uma oposição ate maior do que a de republicanos da geração New Deal; o mesmo se deu com jovens republicanos no grupo com formação secundária, no que se refere a aborto e gastos com defesa. No mais, os jovens republicanos mais foram colaboradores passivos na crescente polarização partidária, pelo fato de estarem simplesmente mais à esquerda do que as coortes partidárias mais velhas, do que os jovens democratas estiveram à esquerda de suas coortes mais velhas. A configuração que reflete uma acentuada polarização temática, para a qual a ainda crescente geração pós-New Deal contribuiu, está tipificada na Tabela 5.

Um padrão bem diverso de diferenças geracionais caracterizou outro bloco de questões incluindo tópicos tão diversos e duráveis como a détante, a expansão dos serviços governamentais e dos gastos domésticos, um papel ativo do governo federal na manutenção de empregos e de um alto padrão de vida, e a igualdade sexual. Em cada um destes tópicos diferenças partidárias dentro da geração pós-New Deal simplesmente foram paralelas às diferenças partidárias dentro das coortes mais velhas da geração New Deal, mas em cada caso as atitudes dos eleitores mais jovens, fossem republicanos, independentes ou democratas, estiveram destacadamente à esquerda daquelas da geração New Deal. E, de forma geral, jovens republicanos com identificação partidária estiveram em cada fator mais à esquerda que suas coortes mais velhas, assim como jovens democratas estiveram à esquerda de suas coortes mais velhas. Isso foi fato tanto para os temas domésticos, nos quais os partidos tradicional e agudamente se dividem (gastos e serviços públicos; empregos e padrão de vida) quanto para as questões mais

⁷ Para uma discussão mais detalhada sobre a estabilidade da votação partidária através do tempo, ver MILLER, 1989, 1991a e 1992.

recentes e menos partidárias, como as relativas à igualdade sexual. Este padrão de diferenças geracionais é capturado pela Tabela 6.

Implicações para o futuro

Comparados aos resultados de nossa investigação sobre mudanças de composição induzidas por gerações na identificação partidária de eleitores, os indicadores das diferenças geracionais sobre preferências por políticas desafiam nossa previsão do futuro, pois fornecem novas abordagens sobre a consequência da composição geracional em mudança do eleitorado.

Vamos voltar um instante à Tabela 1, para acentuar esta questão: os dados republicanos na Tabela 1 trazem pelo menos algumas expectativas. Por muito tempo foi parte do senso comum pensar que o eleitorado se tornou mais "democrático" conforme a geração pré-New Deal desaparecia e foi substituída pelas coortes da época do New Deal - Great Society. Com um realinhamento de controle partidário favorecendo os republicanos, as coortes New Deal, por sua vez, teriam que ser substituídas por uma nova geração, que seria claramente pró-republicana (ou ao menos, menos democrata). É evidente agora, entretanto, que o componente de crescimento do eleitorado, a geração pós-New Deal predominantemente com educação superior, é menos republicano (e igualmente menos democrata) quando comparada com as coortes New Deal que estão envelhecendo.

Num cenário politicamente estático, controlado inteiramente por taxas demográficas de mortalidade, a inexorável troca geracional dentro do grupo de educação secundária teria um impacto mínimo no equilíbrio partidário, mas a desaparecimento dos New Deal com educação superior reduziria, e não aumentaria, a margem republicana. Assim como nossas três gerações são agudamente diferentes em suas taxas médias de comparecimento eleitoral, com cada geração sucessivamente comparecendo às urnas em taxas abaixo daquelas da próxima geração mais velha, também cada geração sucessora foi menos republicana e relativamente mais democrata que a sua imediatamente anterior⁸. Estas diferenças vêm como uma surpresa, obscurecida pela mudança global nacional favorecendo os republicanos no meio e final dos anos 80. E agora, para completar tal complexidade, as coortes que estão desaparecendo, predominantemente as conservadoras com identificação partidária republicana, serão aparentemente sucedidas por contingentes visivelmente mais liberais da geração pós-New Deal.

⁸ No que se refere a diferenças geracionais no comparecimento eleitoral, ver MILLER, 1992.

Implicações para a identificação partidária

No nível agregado no qual se dão os parâmetros nacionais, a análise geracional é uma ferramenta útil para diagnósticos. Aprendemos, por exemplo, que a geração pós-New Deal não apenas contribuiu massivamente para uma fase passageira de diminuição do partidarismo do eleitorado, como também contribuiu para 30 anos de declínio no comparecimento eleitoral nacional. A geração pós-New Deal está continuamente contribuindo para o realinhamento das bases sociais das políticas democrata e republicana, e isto está levando a mudança para longe da dominância democrata e em direção a uma paridade entre os dois partidos. Ao mesmo tempo, ela traz problemáticas extrapolações para o futuro, porque nos anos 80 ela continha menos republicanos com instrução universitária do que possuíam as coortes mais velhas da geração New Deal, e em ambas as margens ela prometeu maior apoio para as políticas governamentais liberais do que tem sido oriundo da geração New Deal.

A análise nesta discussão também traz implicações para um número de teorias sobre a natureza da identificação partidária. Primeiro, temos agora três grandes séries de dados temporais referentes à estabilidade e mudança. Na trilha de várias análises enfatizando a mudança a curto prazo na identificação partidária - a maioria baseada no eleitorado habilitado total, tanto do Sul assim quanto do Norte, negro e não-negro, e não-eleitores e eleitores, votando em um número limitado de eleições - o recorde histórico de eleitores do Norte e não negros oferece uma resistência notável à mudança através de um período de trinta anos, 1952 até 1980. E, enquanto a distribuição líquida agregada geralmente esconde variações brutas de nível micro, é difícil imaginar tal estabilidade através do tempo como sendo o produto de uma ampla alternância de mudanças compensatórias favorecendo primeiro um partido e depois o outro, seja no nível agregado ou no individual do eleitor.

Por outro lado, para um intervalo igualmente longo entre 1960 e 1988, os eleitores do Sul repetiram um realinhamento contínuo de apoio aos partidos Democrata e Republicano. Tanto a erosão da dominância democrata e a mudança nas clivagens sociais, diferenciando os partidos, são mais evidentes nas gerações pós-New Deal mais jovens, no Sul. De forma mais geral, entretanto, o modelo sulista para descrever mudanças parece envolver uma troca direta de lealdades de partido - os números republicanos crescem conforme os números democratas diminuem. É certamente bem possível que o padrão de mudança agregada unidirecional pudesse estar baseado numa matriz de transformação povoada por democratas, primeiro se tornando não-partidários e então transformando-se em republicanos. Isto seria consistente com a tese de Beck, de que um afrouxamento nos laços de transmissão intra-familiar precederia o realinhamento (BECK, 1974 e

1977). No entanto, o tratamento deste realinhamento por Earl e Merle Black é entretanto, bem razoável como uma versão regional de uma conversão de identificações estabelecidas por políticas em identificações partidárias (BLACK e BLACK, 1987).

No Norte, o último realinhamento de 1980 a 1988 sugere modelos de mobilização nos quais não-partidários movem-se assimetricamente para um partido. Duas fases capturam a transformação nos anos Reagan: a primeira fase foi uma resposta positiva pelos cidadãos mais jovens e menos politizados à liderança republicana de Reagan. A segunda fase engajou os eleitores mais velhos e mais politizados, que foram levados a adotar identificações partidárias republicanas conforme começaram a identificar a si mesmos como conservadores (SHANKS e MILLER, 1991). Agora, parece que o primeiro bloco de mudanças pode ter uma fonte única na geração pós-New Deal sem partidarismo que incentivou o realinhamento no Norte.

As três configurações de estabilidade e mudança sugerem que generalizações unitárias tais como "identificação partidária é uma soma corrente de... (avaliações de desempenho, preferências temáticas, traços de liderança)" são mais enganosas do que úteis. A maior conotação de "soma corrente" é a suscetibilidade à mudança, caracterizada por uma maleabilidade que pode ser formatada por forças vacilantes de curto prazo. Os dados revisados nesta discussão são compatíveis com a principal evidência de que fatores influenciando a formação - e a mudança - de identificações partidárias estão freqüentemente bem distantes das influências socializadoras da tradição familiar. Evidências persuasivas do painel de Jennings argumentam que preferências temáticas primeiro substituem e então se suplementam a influência da família na formação de identificações partidárias de jovens adultos. Entretanto, nem nossos dados, nem os de Jennings, parecem convenientes para a caracterização de "soma corrente". Em conjunção com outras análises (MILLER, 1991a), a evidência de gerações mais velhas de eleitores não sulistas e não-negros na presente discussão sugere uma grande persistência e estabilidade das identificações partidárias, mesmo na presença de eventos que têm um grande impacto em eleitores jovens. Além disso, pode-se inferir que a mudança nas identificações dos jovens eleitores brancos no Norte, por sua vez, tem sido menos um problema de "nova soma" para aqueles já identificados com um partido, e mais um problema de uma "nova soma" que mobiliza jovens sem identificação partidária e os transforma em jovens adultos partidários. Dados de eleitores não-negros no Sul sugerem mudanças a longo prazo e unidirecionais (de 1960 a 1988) que têm sido diferentes de uma resposta efêmera a influências de curto prazo.

Em suma, as variantes retóricas sobre uma "soma corrente" como uma caracterização de identificação partidária são figuras de linguagem convenientes, que subestimam profundamente a - por vezes - estabilidade da identificação

partidária e que busca encobrir a variedade de circunstâncias específicas que podem conduzir a uma transformação durável. Com a resposta dos efeitos geracionais, poderemos começar a reordenar nossa compreensão das origens da identificação partidária e das subseqüentes origens de mudança.

Um dos maiores desafios restantes é o de compreender melhor os papéis da liderança partidária e das preferências por políticas na criação de novas identificações partidárias. A presente análise faz pouco mais do que afirmar a importância de se aprender mais. Por que deveriam os partidários pós-New Deal acentuar diferenças partidárias estabelecidas sobre questões de políticas públicas? Foi porque eles chegaram às suas identificações partidárias como resultado de sua preferência por políticas? Ou foi porque as preferências por lideranças, baseadas na avaliação da performance presidencial, os levaram às posições partidárias tomadas pelos líderes? Ou, para mencionar outra notável série de evidências, como se pode explicar as relativas tendências liberais de toda uma nova geração? A marcha rumo à esquerda dos Democratas pós-New Deal poderia ser vista como uma reação ao conservadorismo das administrações Reagan e Bush. Mas se as fileiras dos eleitores com identificação com o partido Republicano foram engrossadas por recém-convertidos ou por recém-mobilizados que votaram fielmente em um presidente republicano, por que eles estariam tão à esquerda dos partidários mais velhos em certas posições simbólicas do partido, tais como a oposição a um papel ativo do governo federal em questões domésticas?

A presente análise reenfatizou as correlações entre as políticas de identificação partidária, particularmente entre coortes da pós-New Deal. No entanto, nem esta nem qualquer outra análise contemporânea confrontou diretamente o papel da liderança partidária na articulação de normas partidárias para aqueles fiéis ao partido. Argumentei em outro lugar, (com uso de teoria e lógica, não de evidência empírica direta) que uma liderança partidária afirmativa deve freqüentemente ser o primeiro passo na conversão partidária e na aceitação da ortodoxia partidária no que se refere a políticas (MILLER e LEVITIN, 1976; MILLER, 1990).

Embora seja tentador simplesmente afirmar a importância de eventos politizadores que fazem das gerações políticas algo mais do que artefatos demográficos, as implicações para nosso entendimento das correlações substantivas da identificação partidária não podem ser ignoradas. O exame das diferenças geracionais no envolvimento político e nas preferências partidárias esclareceu a natureza de muitas mudanças nos parâmetros do comportamento eleitoral nacional americano. Em alguns casos, esclareceu os processos de mudança; em outros, substituiu de forma ampla uma série de explicações por outra. Mesmo no segundo caso, entretanto, ele freqüentemente retirou algum tipo de explicação que, de outra forma, poderia ter chamado nossa atenção. Em nenhum

caso a análise de coorte geracional forneceu uma resolução definitiva para problemas que confrontam nosso entendimento da mudança política. Ela trouxe, no entanto, nossa atenção de volta para as origens políticas da mudança.

Neste estágio do estudo do comportamento eleitoral, e dada a rica série de implicações oriundas de nossas análises geracionais, parece claro que verdadeiras "variáveis independentes" no estudo do comportamento eleitoral estão no mundo externo da política. Foi a experiência de uma geração socializada por uma época, de algum modo comunicada e transmitida pelos seus pares mais velhos, que criou a geração pós-New Deal. Com engenhosidade podemos, indo mais além, especificar os detalhes das origens da política daquela geração. A chave deve ser encontrada no impacto da série de eventos políticos, experiências e interpretações num subsequente bloco de identificações, valores, percepções e comportamentos que, de fato, vão constituir a política eleitoral dos anos 90.

Agradecimentos

Os dados utilizados nesta análise foram originalmente coletados no ISR - Institute for Social Research da Universidade de Michigan, sob os auspícios do Political Behavior Program of the Survey Research Center e do Center for Political Studies. Desde 1978 as coletas de dados têm sido designadas pelos National Election Studies e levadas adiante com financiamento da National Science Foundation. O processamento dos dados para este artigo foram feitos por Tao Wu e as várias versões do manuscrito foram produzidas por Amy Slaven. Sou grato a vários colegas por suas leituras críticas das primeiras versões. Agradecimentos especiais vão para meus colegas do ASU, John Geer, Pat Kenney e Ruth Jones.

Tabela 1
Incidência das identificações partidárias por período,
escolaridade e geração política:
eleitores brancos, do norte

Anos de Escola- ridade	Geração	Democrata			Independente			Republicano		
		1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988	1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988	1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988
0-8 anos:	Pré-New Deal	41	53	*	23	18	*	36	29	*
	New Deal	55	58	48	23	17	24	22	25	28
	Pós-New Deal	--	*	*	--	*	*	--	*	*
9-12 anos:	Pré-New Deal	33	32	*	22	20	*	47	48	*
	New Deal	46	43	37	27	29	30	27	28	33
	Pós-New Deal	--	33	30	--	54	42	--	13	28
13 anos ou mais	Pré-New Deal	17	19	*	14	12	*	69	69	*
	New Deal	23	24	25	32	37	29	44	39	45
	Pós-New Deal	--	27	27	--	51	39	--	21	34

*Muito poucos casos para uma estimativa confiável. As três entradas para um dado período de tempo em cada linha somam 100% em linha.

Tabela 2
Incidência de identificações partidárias por período,
escolaridade e geração política
eleitores brancos, do sul

Anos de Escola- ridade	Geração	Democrata			Independente			Republicano		
		1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988	1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988	1952- 1960	1964- 1976	1980- 1988
0-8 anos:	Pré-New Deal	64	63	*	5	12	*	31	25	*
	New Deal	70	63	67	11	18	20	19	19	12
	Pós-New Deal	--	*	*	*	*	*	--	*	*
9-12 anos:	Pré-New Deal	53	57	*	20	16	*	27	27	*
	New Deal	78	55	47	13	26	34	9	18	19
	Pós-New Deal	--	43	40	--	27	32	--	30	28
13 anos ou mais	Pré-New Deal	68	43	*	22	19	*	10	38	*
	New Deal	59	46	35	19	30	32	22	24	33
	Pós-New Deal	--	33	33	--	45	31	--	22	36

*Muito poucos casos para uma estimativa confiável. As três entradas para um dado período de tempo em cada linha somam 100% em linha.

Tabela 3
Correlação entre direção partidária da identificação partidária (Democrata-
Independente-Republicano) e os anos de educação
eleitores brancos, do norte

Geração Política	Período		
	1952-1960	1964-1976	1980-1988
Pré-New Deal	0,24*	0,24	--
New Deal	0,18	0,16	0,13
Pós-New Deal	--	0,10	0,05

*Entrada é Tau.

Tabela 4
Voto Partidário - 1980-1988*

Educação	Geração Política	Identificação Partidária			
		Democratas	Republicanos	Tau	N
Escola Primária	Pré-New Deal	(100)**	--	0,86	39
	New Deal	82***	94	0,58	204
	Pós-New Deal	--	--	0,69	22
Escola Secundária	Pré-New Deal	(87)	(91)	0,74	74
	New Deal	78	92	0,64	859
	Pós-New Deal	77	80	0,59	567
Escola Superior	Pré-New Deal	(94)	(100)	0,58	43
	New Deal	74	95	0,57	627
	Pós-New Deal	79	97	0,68	923

*Entradas baseadas em dados pesquisados por NES em 1980, 1984 e 1988.

** () = menos de 30 casos.

*** Entradas são votos proporcionais para o candidato do partido do eleitor.

Tabela 5
Preferências por políticas, 1980-1988:
ajuda governamental a minorias*

Educação	Geração Política	Identificação partidária			Polarização partidária	
		Democrata	Independente	Republicano	Diferença da média partidária	Correlação **
Escola Primária	New Deal	-7***	-20***	-32***	25	0,09
	Pós-New Deal	--	--		-	--
Escola Secundária	New Deal	-7	-35	-41	34	0,16
	Pós-New Deal	+2	-31	-49	51	0,22
	Diferenças Geracionais	+9	+4	-8	+17	+0,06
Escola Superior	New Deal	+4	-18	-33	37	0,16
	Pós-New Deal	+15	-1	-42	57	0,24
	Diferenças Geracionais	+11	+17	-9	+20	+0,08

*Entradas baseadas em dados dos estudos NES de 1980, 1984 e 1988.

**A entrada é Tau, para identificação partidária por preferências temáticas não-combinadas.

***As entradas são médias baseadas nas proporções dos favoráveis à ajuda MENOS as proporções dos contrários à ajuda.

Tabela 6
Preferências por políticas, 1980-1988:
Aumento dos serviços públicos e gastos domésticos*

Educação	Geração Política	Identificação partidária			Polarização partidária	
		Democrata	Independente	Republicano	Diferença da média partidária	Correlação **
Escola Primária	New Deal	+46***	0	-26	72	0,29
	Pós-New Deal	--	--	--	--	--
Escola Secundária	New Deal	+29	-20	-41	70	0,32
	Pós-New Deal	+34	+10	-16	50	0,21
	Diferenças Geracionais	+5	+30	+25	-20	-0,11
Escola Superior	New Deal	+18	-20	-44	62	0,28
	Pós-New Deal	+44	+4	-38	82	0,33
	Diferenças Geracionais	+26	+24	+6	+20	+0,05

*Entradas baseadas nos dados do NES de 1980, 1984 e 1988.

**A entrada é Tau, correlação entre identificação partidária e preferências temáticas não-combinadas.

***As entradas são proporções de Sim MENOS proporções de Não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMSON, P. R. Generations and political change in the United States. *Research in Political Sociology*, v. 4, p. 235-280, 1989.

BECK, P. A. A socialization theory of partisan realignment. In: NIEMI, R. G. (ed.). *The politics of future citizens: new dimensions in the political socialization of children*. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

_____. Partisan development in the postwar south. *American Political Science Review*, v. 71, p. 477-96, 1977.

_____. Realignment begins: the republican surge in Florida. *American Politics Quarterly*, v. 10, p. 421-38, 1982.

_____. The realignment Era in America. In: DALTON, R. J.; FLANAGAN, S. C.; BECK, P. A. (ed.). *Electoral change in advanced industrial democracies*. Princeton: Princeton University Press, 1984. p. 240-66.

_____. Incomplete realignment: the Reagan legacy for parties and elections. In: JONES, Charles O. (ed.). *The Reagan legacy: promise and performance*. Chatam, NJ: Chatam House, 1989. p. 145-71.

BECK, P. A.; JENNINGS, M. K. Parents as "middle-persons" in political socialization. *Journal of Politics*, v. 37, p. 83-107, 1975.

_____. Political periods and political participation. *American Political Science Review*, v. 73, p. 737-750, 1979.

_____. Family traditions, political periods, and the development of partisan orientations. *Journal of Politics*, v. 53, n. 3, p. 742-763, 1991.

BELKNAP, G.; CAMPBELL, A. Political party identification and attitudes toward foreign policy. *Public Opinion Quarterly*, v. 15, p. 601-623, 1951.

BLACK, E.; BLACK, M. *Politics and society in the south*. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. *The american voter*. New York: Wiley, 1960.

CAMPBELL, A.; GURIN, G.; MILLER, W. E. *The voter decides*. Evanston, IL: Row, Peterson and Company, 1954.

CARMINES, E. G.; MCIVER, J. P.; STIMSON, J. A. Unrealized partisanship: a theory of dealignment. *Journal of Politics*, v. 49, p. 376-400, 1987.

CONVERSE, P. E. *The dynamics of party support: cohort analyzing party Identification*. Beverly Hills: Sage Publications, 1976.

CONVERSE, P. E.; MARKUS, G. A dynamic simultaneous equation model of electoral choice. *American Political Science Review*, v. 73, p. 1055-1070, 1979.

CONVERSE, P. E.; PIERCE, R. Measuring partisanship. *Political Methodology*, v. 11, p. 143-66, 1985.

CRITTENDEN, J. Aging and party identification. *Political Opinion Quarterly*, v. 26, p. 648-657, 1962.

FIORINA, M. P. *Retrospective voting in american national elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FRANKLIN, C. H. Issue preferences, socialization, and the evolution of party identification. *American Journal of Political Science*, v. 28, p. 459-78, 1984.

FRANKLIN, C. H.; JACKSON, J. E. The dynamics of party identification. *American Political Science Review*, v. 77, p. 957-73, 1983.

GREEN, D.; PALMQUIST, B. Of artifacts and partisan instability. *American Journal of Political Science*, v. 34, p. 872-901, 1990.

JENNINGS, M. K.; MARKUS, G. B. Partisan orientation over the long haul: results from the three-wave political socialization panel study. *American Political Science Review*, v. 78, p. 1000-1018, 1984.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. The transmission of political values between parent and child. *American Political Science Review*, v. 62, p. 169-184, 1968.

_____. *The political character of adolescence*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

_____. Continuity and change in political orientations: a longitudinal study of two generations. *American Political Science Review*, v. 69, p. 1316-15, 1975.

_____. The persistence of political orientations: an over-time analysis of two generations. *British Journal of Political Science*, v. 8, p. 333-63, 1978.

_____. *Generations and politics*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

MARKUS, G. B. The political environment and the dynamics of public attitudes: a panel study. *American Journal of Political Science*, v. 23, p. 338-359, 1979.

MATTEI, F.; NIEMI, R. G. Unrealized partisans, realized independents, and the intergenerational transmission of party identification. *Journal of Politics*, v. 53, n. 1, p. 161-174, 1991.

MILLER, W. E. Party identification and political belief systems: changes in partisanship in the United States, 1980-84. *Electoral Studies* 5, 2, p. 101-121, 1986.

_____. The electorate's view of the parties. In: MAISEL, S. (ed.). *The parties respond*. Boulder: Westview Press, 1990.

_____. Party identification, realignment and party voting: back to the basics. *American Political Science Review*, v. 85, 1991a.

_____. Party identification. In: MAISEL, S. (ed.). *Encyclopedia of american political parties and elections*. New York: New York Garland Publishing, Inc, 1991b.

_____. The puzzle transformed: explaining declining turnout. *Political Behavior*, v. 14, n. 12, 1992.

MILLER, W. E.; LEVITIN, T. E. *Leadership and change*. Cambridge, MA: Winthrop, 1976.

NIEMI, R. G.; KATZ, R. S.; NEWMAN, D. Reconstructing past partisanship: the failure of the party identification recall questions. *American Journal of Political Science*, v. 24, p. 633-51, 1980.

NIEMI, R. G.; JENNINGS, M. K. Issues and inheritance in the formation of party identification. *American Journal of Political Science*, v. 35, p. 970-987, 1991.

PAGE, B.; JONES, C. Reciprocal effects of policy preferences, party loyalties and the vote. *American Political Science Review*, v. 66, p. 979-985, 1979.

SHANKS, J. M.; MILLER, W. E. Policy direction and performance evaluation: complementary explanations of the Reagan elections. *British Journal of Political Science*, v. 20, p. 143-235, 1990.

_____. Partisanship, policy and performance: the Reagan legacy in the 1988 election. *British Journal of Political Science*, v. 21, p. 129-197, 1991.

TEIXEIRA, R. A. *Why americans don't vote: turnout decline in the United States, 1960-1984*. New York: Greenwood Press, 1987.

WEISBERG, H. A multidimensional conceptualization of party identification. *Political Behavior*, v. 2, p. 33-60, 1980.

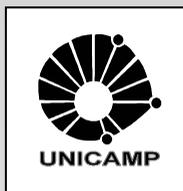
Tradução de Cristina Meneguello.
Tradução e publicação autorizadas pelo autor.

Recebido para publicação em Janeiro de 1995.

TENDÊNCIAS

Ano 3, nº 3

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



*O núcleo temático do presente encarte **Tendências** aborda o mundo do trabalho - um tema chave para se compreender as relações sociais nos países capitalistas - e está inspirado nas grandes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e tecnológicas que nas últimas décadas vêm fazendo com que esta arena se defronte com uma nova "realidade". Incluem-se aí as inovações tecnológicas, a reestruturação do mercado de trabalho, o desemprego estrutural, a produção internacionalizada, a competitividade a nível mundial, o neoliberalismo e a crise do sindicalismo.*

Encontram-se reunidos dados nacionais e norte-americanos, produzidos sobretudo na década de 90, que, mesmo não abordando globalmente as questões acima, contribuem para qualificar a "nova realidade" do mundo do trabalho através das atitudes dos públicos em torno das relações aí contraidas e dos valores sobre o tema.

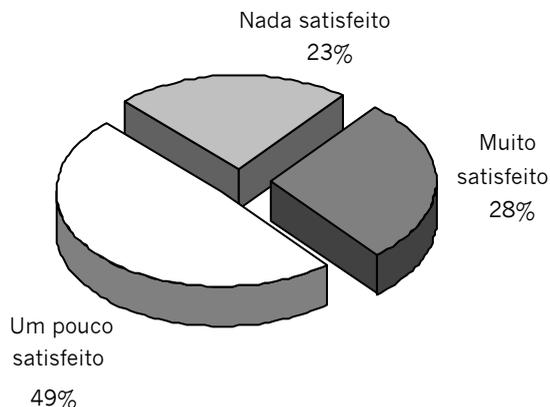
Os dados nacionais referem-se a pesquisas realizadas no Brasil e no município de São Paulo e abordam diversos aspectos sobre o tema, tais como, a satisfação profissional e salarial, o ambiente de trabalho, as expectativas profissionais, as opiniões sobre sindicatos e greves. Destacamos nesta seção os dados sobre um tema sempre gerador de muitas discussões e que obteve muito destaque ao longo deste ano: a inserção das mulheres e dos negros no mercado de trabalho.

As pesquisas realizadas nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que apresentam questões mais gerais sobre empregos e profissões, mostram também o "estado de espírito" da população norte-americana sobre a nova realidade do mundo do trabalho. Por exemplo, a questão do desemprego estrutural traz à tona as discussões sobre a continuidade das políticas de ações afirmativas, que em outros tempos favoreceram os grupos raciais minoritários, bem como sobre as reformulações dos processos de trabalho para se tentar reverter a tendência de corte de oportunidades de empregos em geral. Outro tópico interessante trata das opiniões sobre as discriminações no trabalho, destacando-se o problema dos aidéticos, que surgem ali como a "mais nova minoria" deste final de século, ao lado das minorias raciais e de gênero.

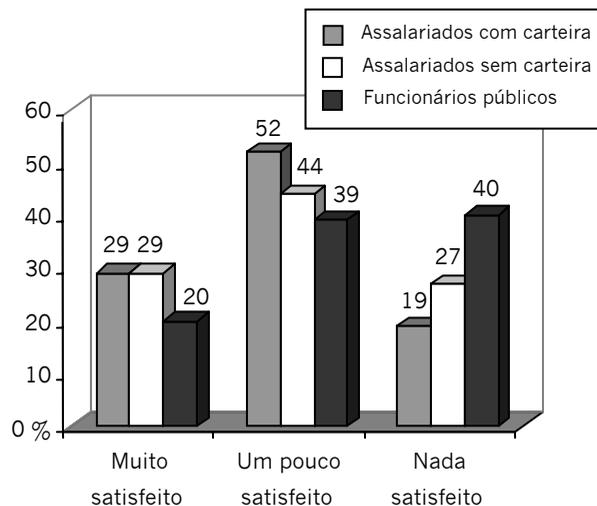
Na seção internacional estamos apresentando alguns dados resultantes de cruzamento de dados obtidos por via eletrônica. Esta é uma novidade do Poll, o Banco Informatizados de Dados de Opinião Pública do Roper Center, na Universidade de Connecticut, que agora oferece mais esta opção de consulta e pesquisa através da rede eletrônica internacional de intercâmbio.

Grau de satisfação com o trabalho – 1995

Opiniões globais:



Opiniões por tipo de vínculo trabalhista:

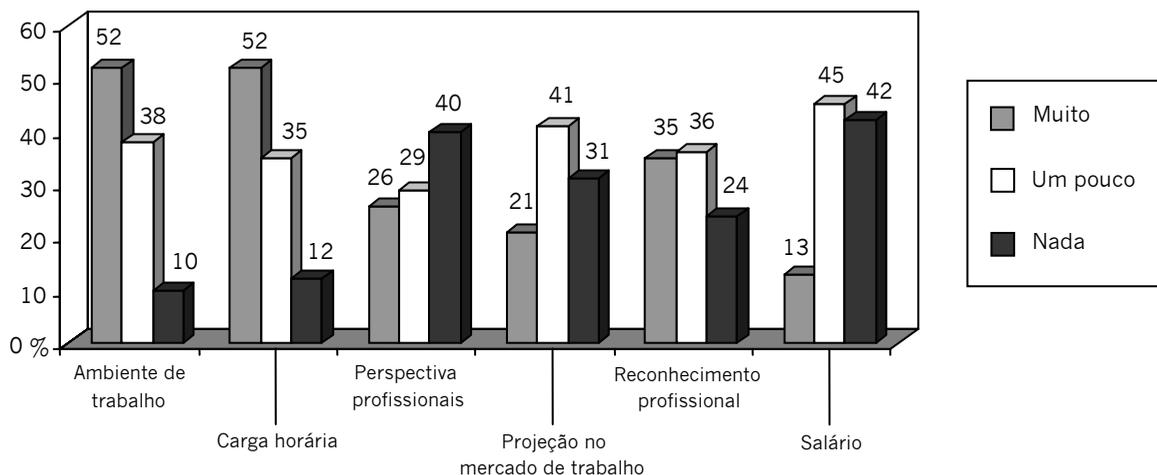


Fonte: Datafolha – 12/04/95

Pergunta: Em relação ao seu trabalho, você diria que está: muito satisfeito, um pouco satisfeito ou nada satisfeito?

Grau de satisfação com as condições de trabalho – 1991

Opiniões globais:

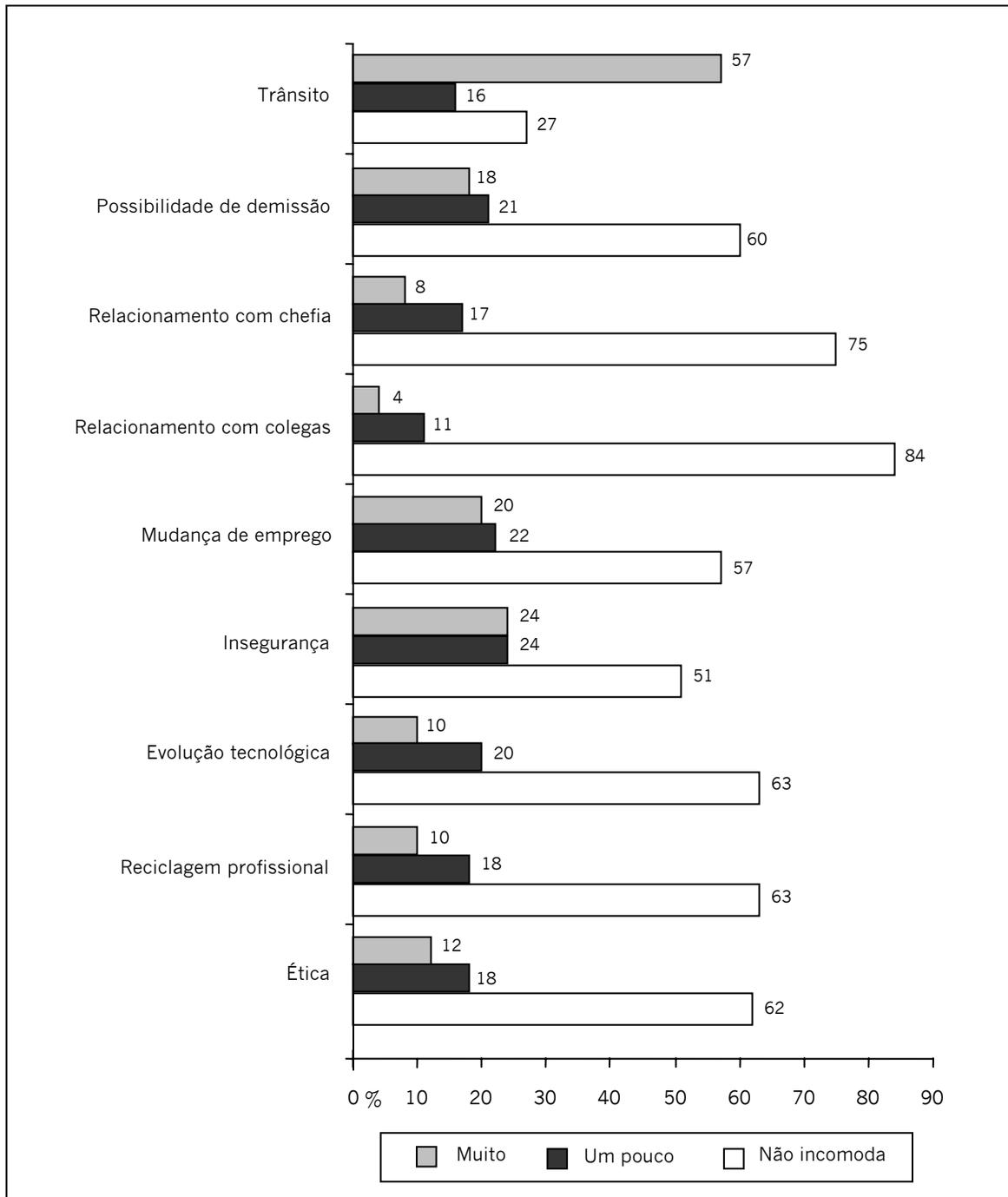


Fonte: Datafolha – 08/11/91

Pergunta: Pensando em seu atual emprego, você diria que está muito satisfeito, um pouco satisfeito ou nada satisfeito quanto à:

Obs.: a diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

O quê mais incomoda no trabalho - 1995



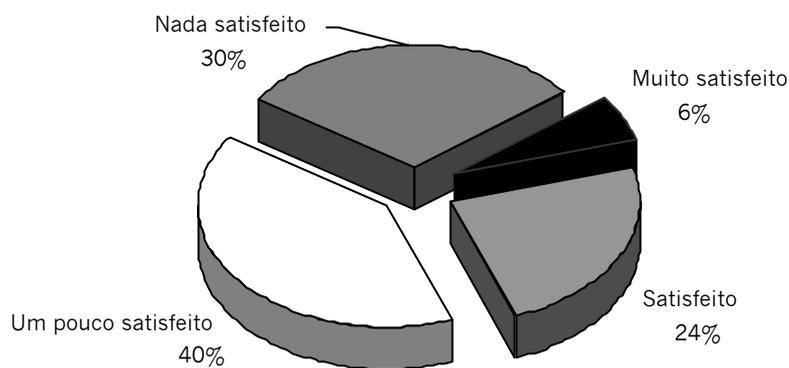
Fonte: Datafolha - 12/04/95

Pergunta: Vou citar alguns itens com relação ao seu trabalho e gostaria que você me dissesse, com relação a cada um, se lhe incomoda muito, um pouco ou não importa?

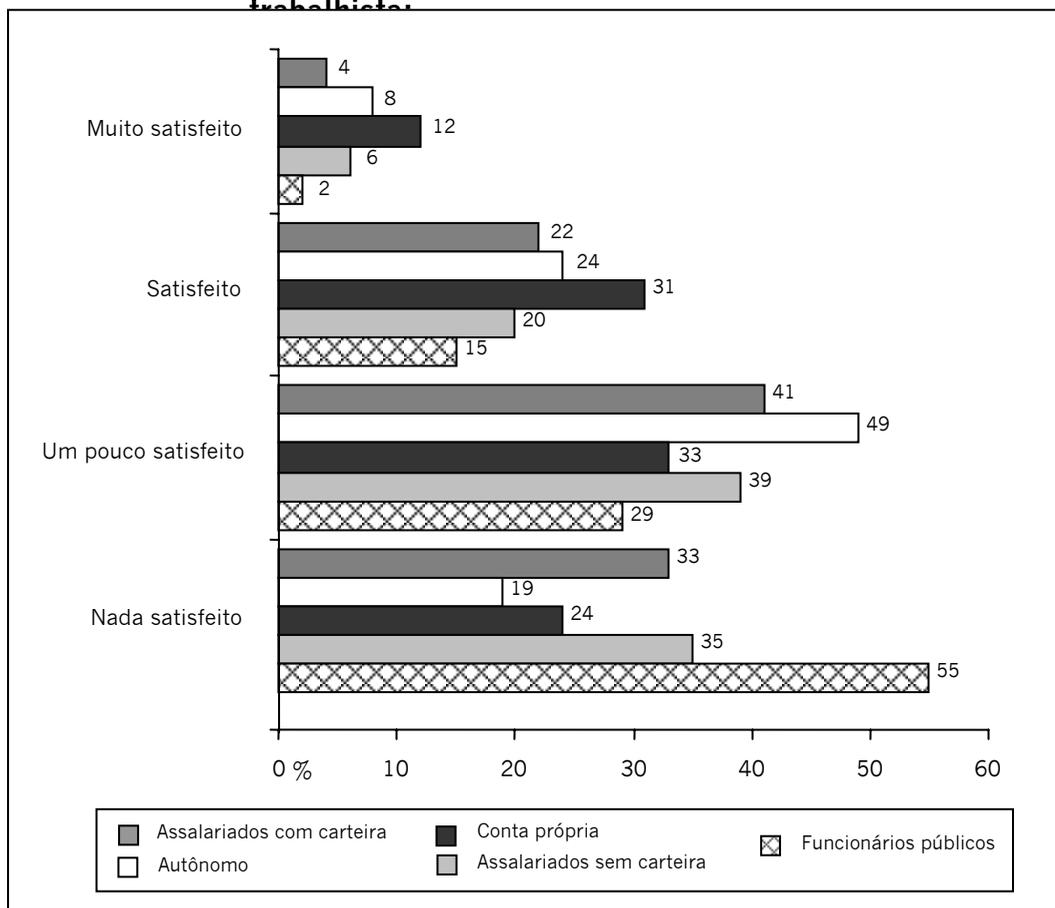
Obs.: a diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

Grau de satisfação com o salário atual – 1995

Opiniões globais:



Opiniões por tipo de vínculo



Fonte: Datafolha – 19/06/95

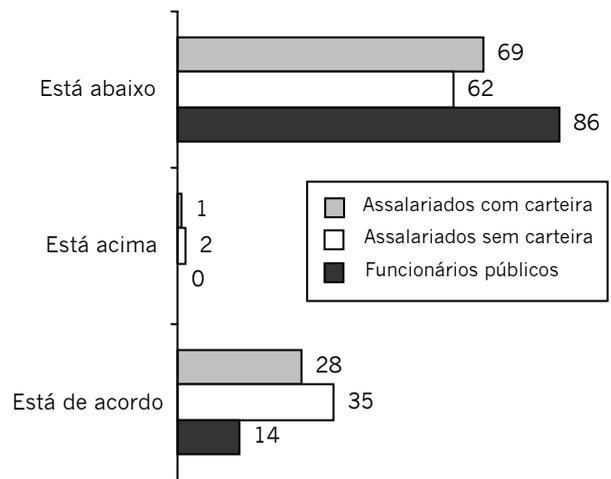
Pergunta: Você diria que está muito satisfeito, satisfeito, um pouco satisfeito, ou nada satisfeito com seu salário atual?

Remuneração em relação ao trabalho – 1995

Opiniões globais:



Opiniões por tipo de vínculo trabalhista:



Fonte: Datafolha – 12/04/95

Pergunta: Na sua opinião, a remuneração que você obtém está abaixo, acima ou de acordo com o trabalho que você exerce?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”

Benefícios indiretos – 1995

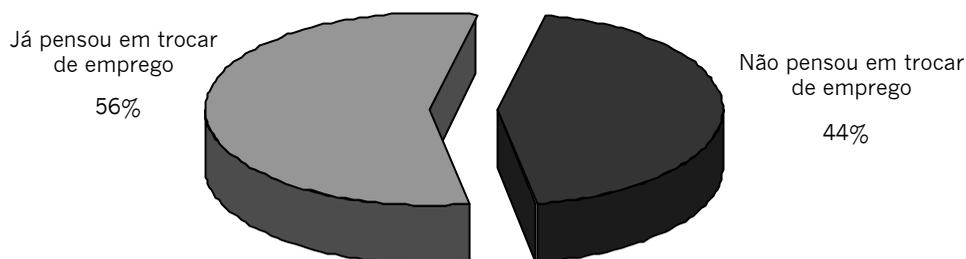
	Total	Assalariados com carteira	Assalariados sem carteira	Funcionário públicos
Vale-transporte	47	53	31	36
Assistência médica	36	42	14	35
Vale-refeição	35	38	16	46
Cesta básica	18	22	10	4
Refeitório na empresa	7	8	4	7
Ônibus para transporte	3	3	2	1
Desconto no comércio	2	3		1
Seguro de vida	2	2	1	1
Bônus	2	1	1	5
Grêmio	2	2	1	
Assistência odontológica	2	2		
Colônia de férias	1	1	1	2
Cesta de Natal	1	2	1	2
Carro	1	1	1	
Auxílio educação	1	1		1
Cursos específicos	1	1		
Creche	1	1		4
Nenhum	26	19	51	22

Fonte: Datafolha – 12/04/95

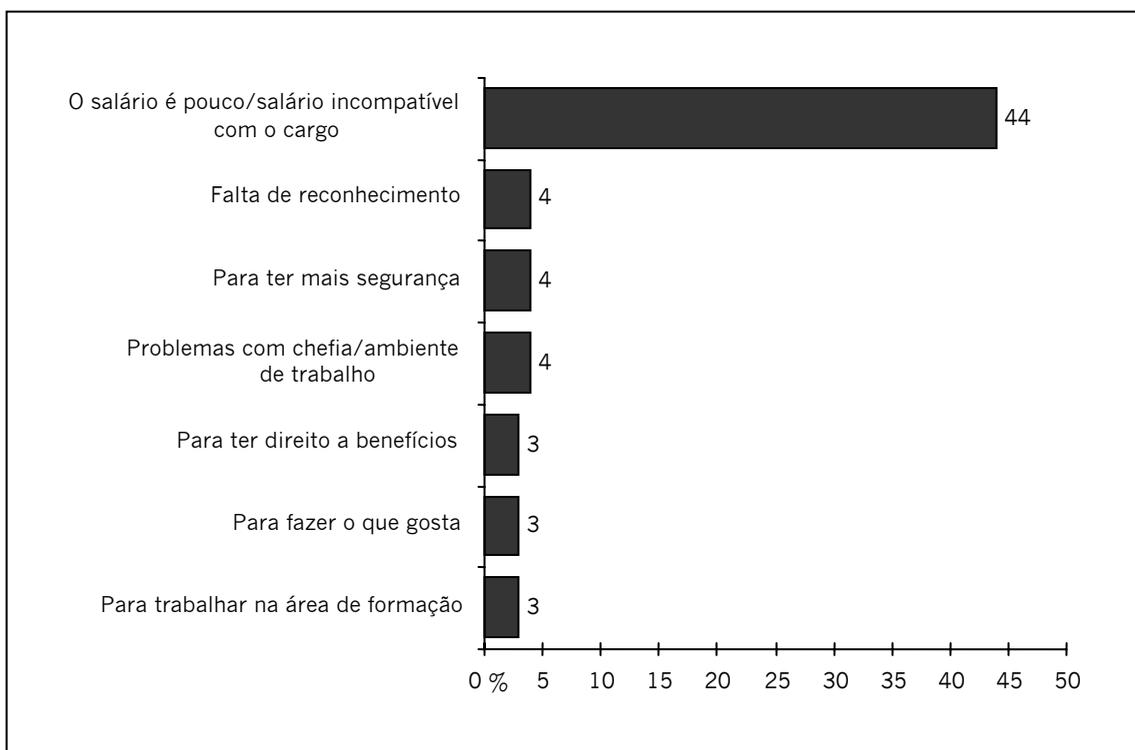
Pergunta: Quais são os benefícios que você recebe? (Resposta espontânea e múltipla, em %)

Possibilidade de troca de emprego - 1995

Opiniões globais:



Principais motivos por que pensou em trocar de emprego:

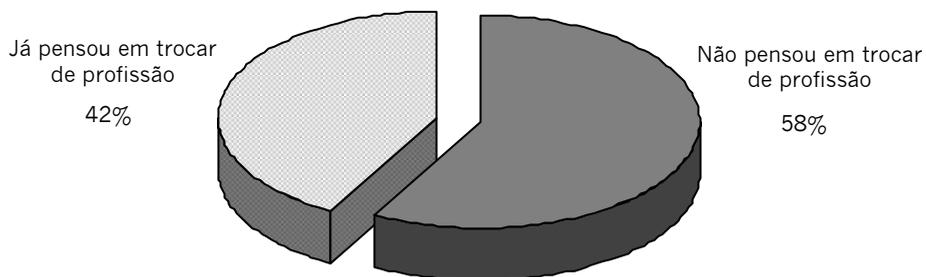


Fonte: Datafolha - 12/04/95

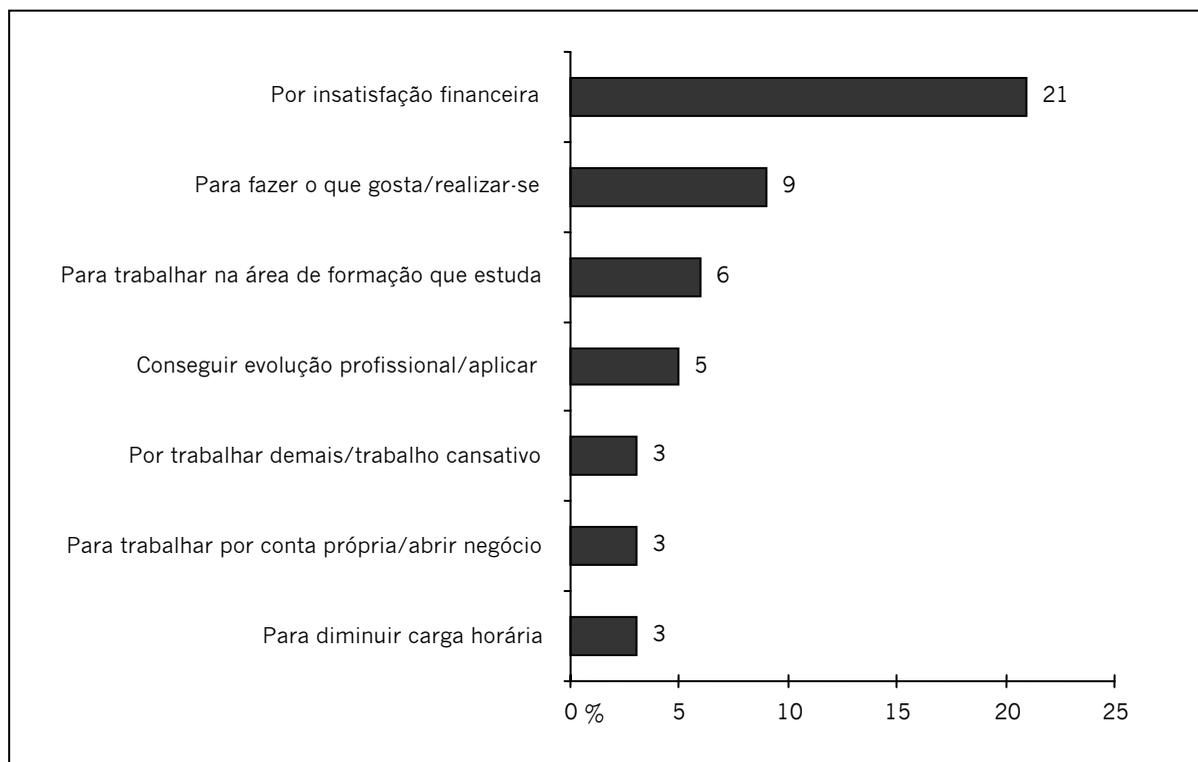
Pergunta: Você já pensou em trocar de emprego? Por quê?

Possibilidade de troca de profissão - 1995

Opiniões globais:



Principais motivos por que pensou em trocar de profissão:



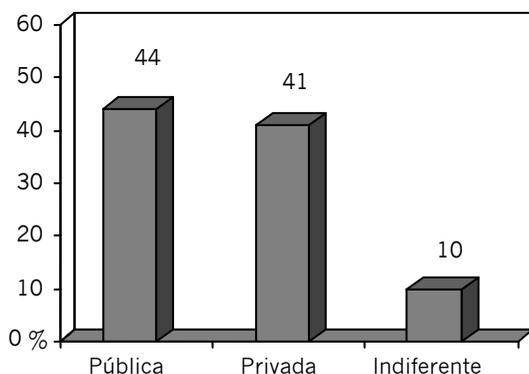
Fonte: Datafolha - 12/04/95

Pergunta: Você já pensou em trocar de profissão? Por quê?

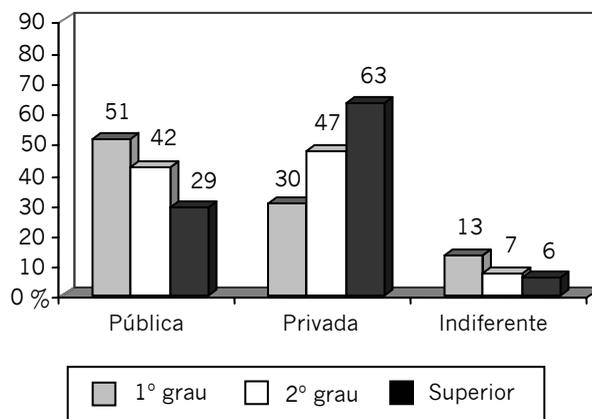
Opiniões sobre melhores tipos de empresas para trabalhar – 1991

Empresas públicas ou empresas privadas

Opiniões globais:



Opiniões por escolaridade:



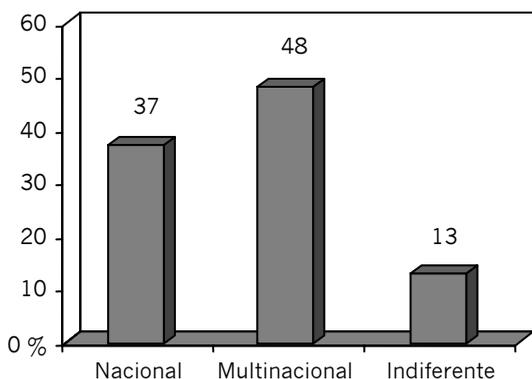
Fonte: Datafolha – 08/11/91

Pergunta: Se tivesse que escolher, você preferiria trabalhar em uma empresa pública ou privada?

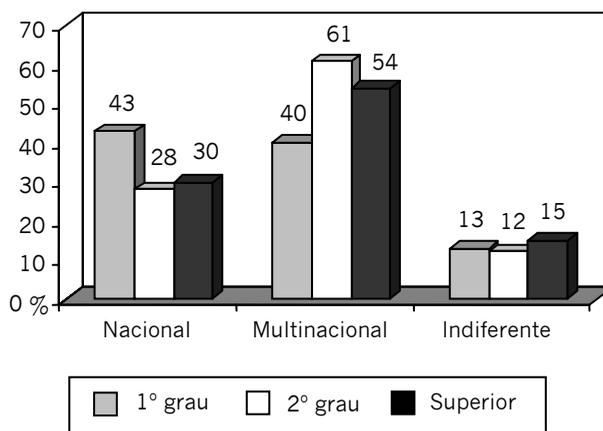
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Empresa nacional ou empresa multinacional

Opiniões globais:



Opiniões por escolaridade:



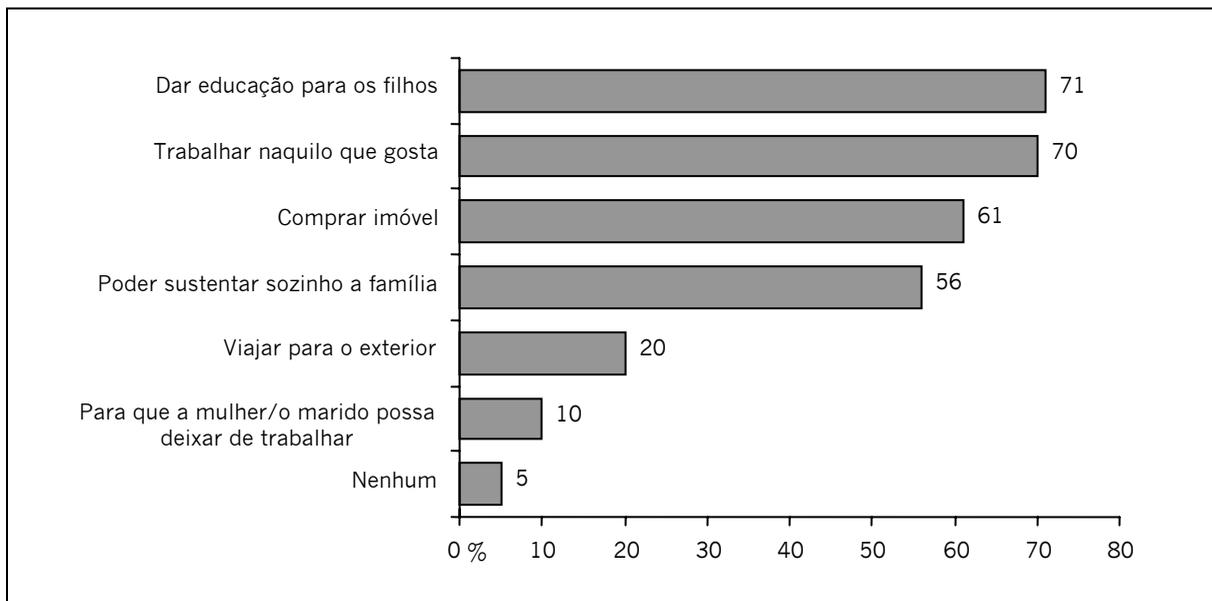
Fonte: Datafolha – 08/11/91

Pergunta: Se tivesse que escolher, você preferiria trabalhar em uma empresa nacional ou multinacional?

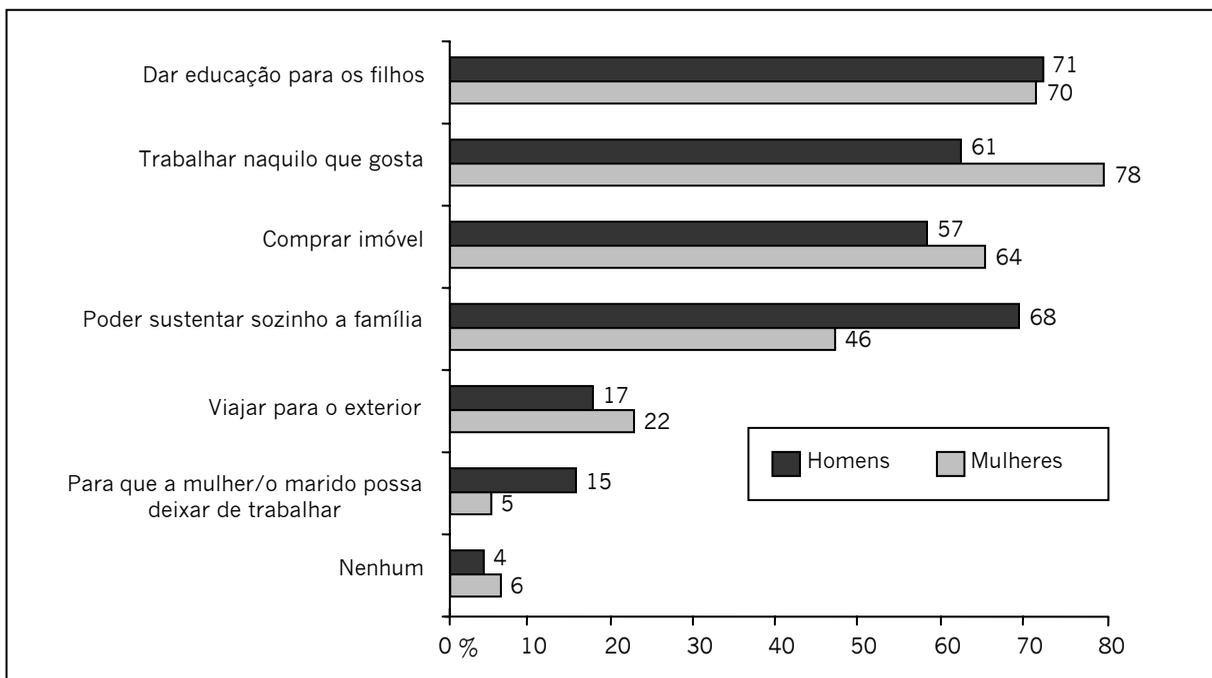
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Realização profissional: fatores mais importantes – 1995

Opiniões globais:



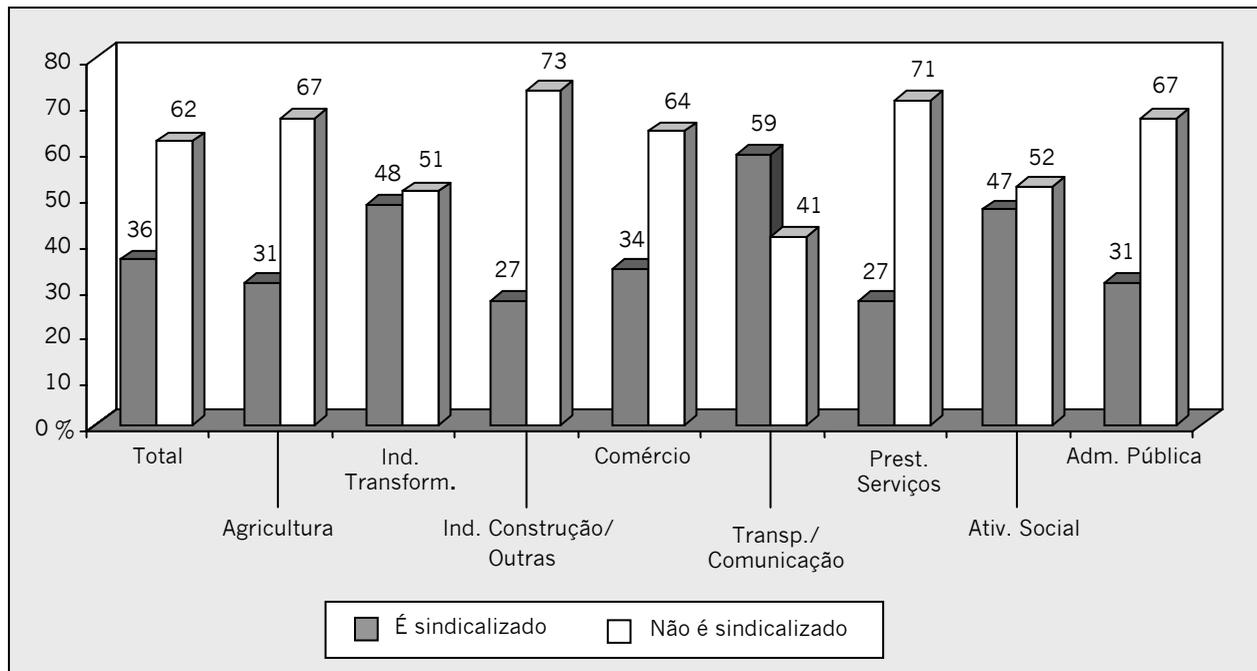
Opiniões por sexo:



Fonte: Datafolha – 19/06/95

Pergunta: Qual desses itens é o mais importante para você se sentir realizado profissionalmente? E em segundo lugar? E em terceiro? (Resposta estimulada e múltipla)

Sindicalizados por setores profissionais



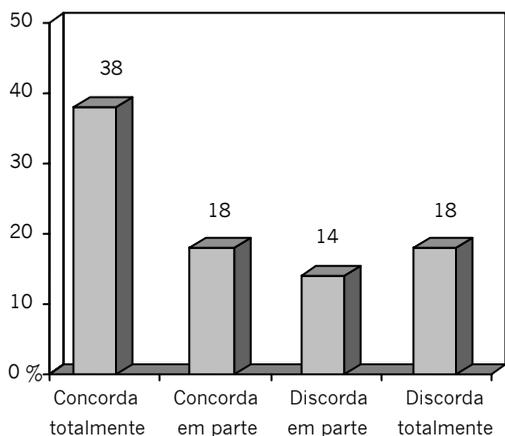
Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: O(a) Sr.(a) é sindicalizado?

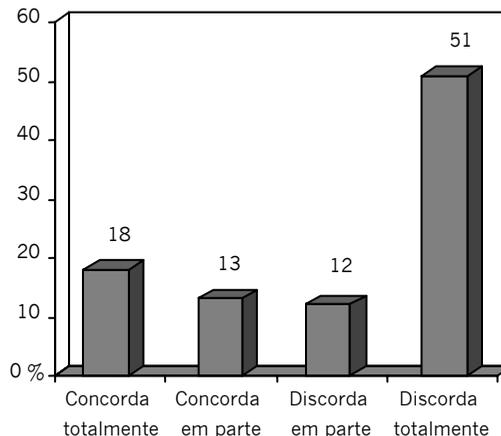
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

Opiniões sobre os sindicatos

"Hoje os sindicatos defendem menos os trabalhadores do que há dez anos atrás"



"Hoje a situação dos trabalhadores está melhor do que há dez anos atrás"



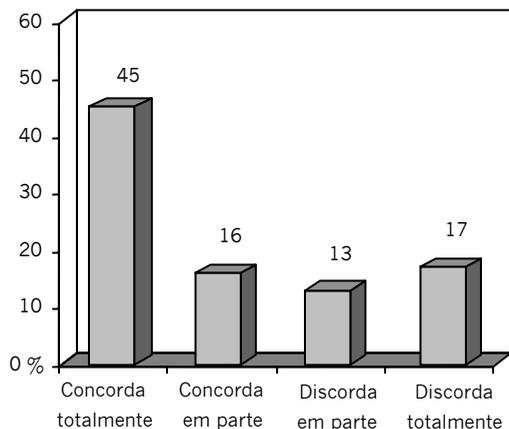
Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: Falando agora sobre a situação atual dos trabalhadores no Brasil, para cada frase gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse se concorda ou discorda delas.

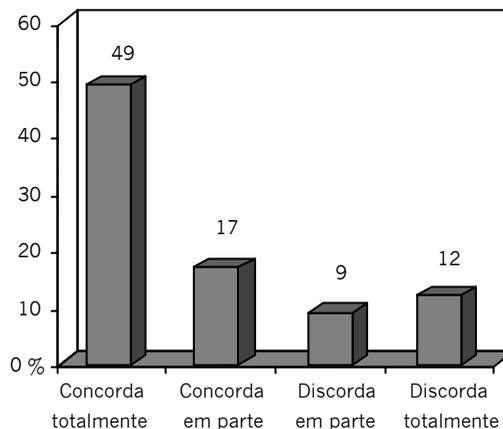
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

Opiniões sobre os sindicatos (continuação)

"Os trabalhadores brasileiros são mais unidos do que os empresários"



"Hoje os sindicatos têm maior influência no governo do que há dez anos atrás"



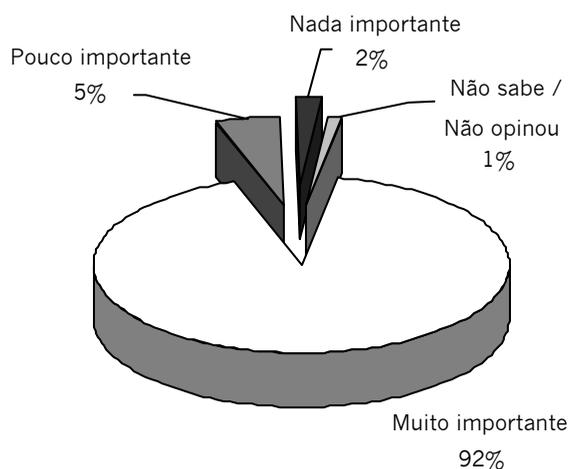
Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: Falando agora sobre a situação atual dos trabalhadores no Brasil, para cada frase gostaria que o(a) Sr.(a) me dissesse se concorda ou discorda delas.

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

Opiniões sobre vínculos trabalhistas

Carteira de trabalho



Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: Na sua opinião, um trabalhador brasileiro ter registro em carteira é uma coisa:

Carteira de trabalho, benefícios,

Preferir não ter registro em carteira, não pagar imposto, nem receber benefícios

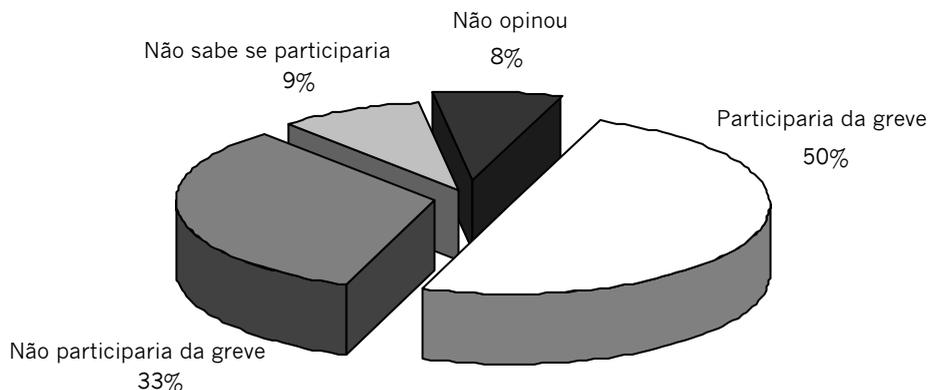


Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: E, na sua opinião, é melhor trabalhar com registro em carteira, tendo benefícios com férias, 13º e aposentadoria ou é melhor não ter registro em carteira?

Opiniões sobre a participação em greves

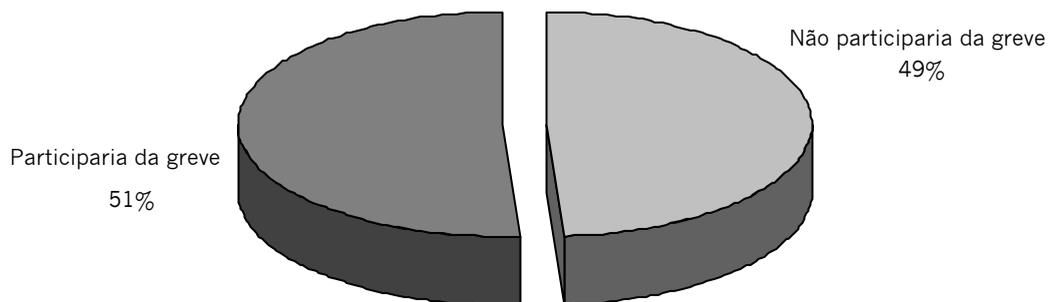
Greve para aumentos salariais:



Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: Se o sindicato ligado à sua empresa convocasse uma greve por aumentos salariais, o(a) Sr.(a) participaria ou não desta greve?

Greve geral:



Fonte: Ibope – 05/04/1993

Pergunta: Se as centrais sindicais convocassem uma greve geral para protestar contra a atual situação econômica do país, o(a) Sr.(a) participaria ou não participaria desta greve?

45%

dos negros e mulatos pensam que

“a discriminação no trabalho / dificuldade para obter emprego”

é um dos principais problemas que a população de origem negra enfrenta hoje no Brasil, em 1995

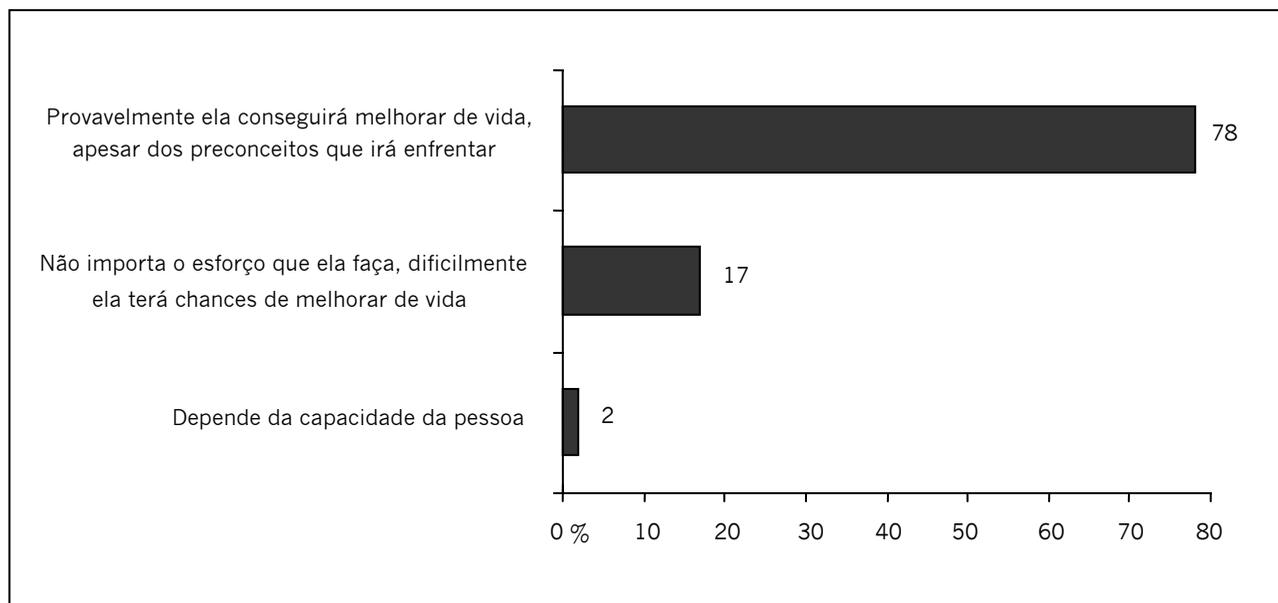
Fonte: Datafolha – 04-06/04/95

Pergunta: Na sua opinião, quais são os principais problemas que a população negra enfrenta hoje no Brasil?

Obs.: Resposta espontânea e múltipla. % que citou discriminação no trabalho/ dificuldade para obter emprego. A diferença para 100% corresponde às respostas “outras respostas” e “não sabe”.

Possibilidades de mobilidade social dos negros através do trabalho

Opiniões globais:

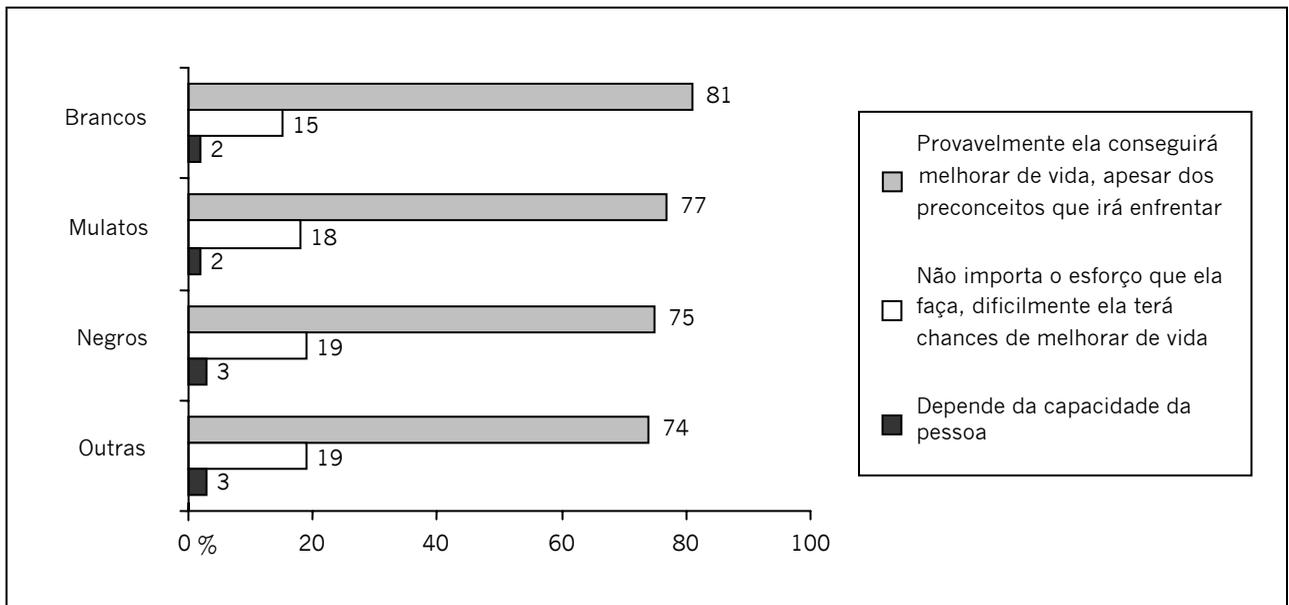


Fonte: Datafolha – 04-06/04/95

Pergunta: O que acontecerá se uma pessoa negra, jovem, trabalhar duro nos dias de hoje?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Opiniões por raça/cor:

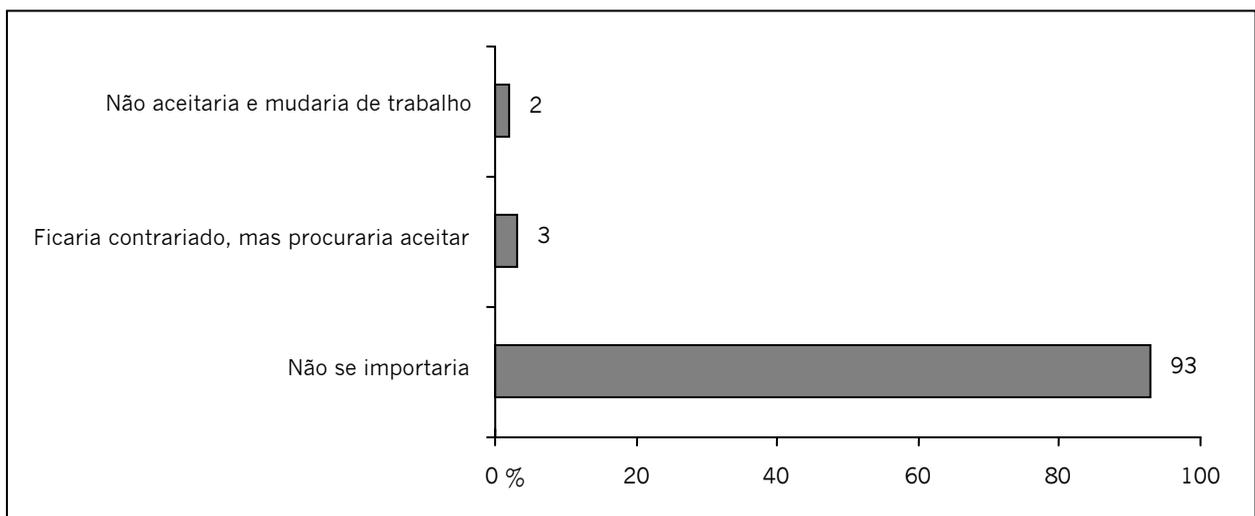


Fonte: Datafolha – 04-06/04/95

Pergunta: O que acontecerá se uma pessoa negra, jovem, trabalhar duro nos dias de hoje?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Opiniões sobre os negros em cargos de chefia



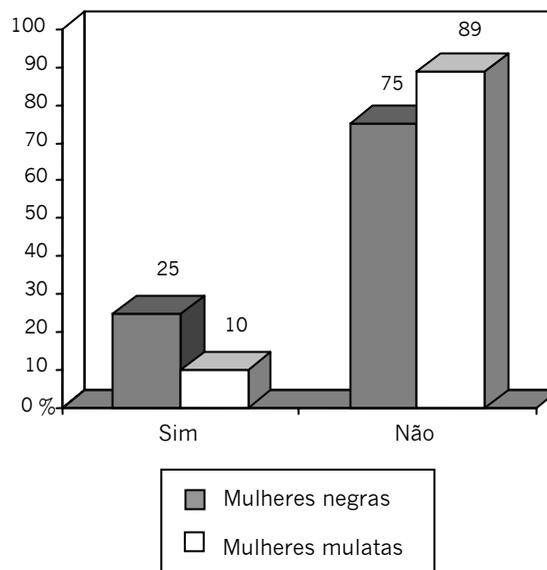
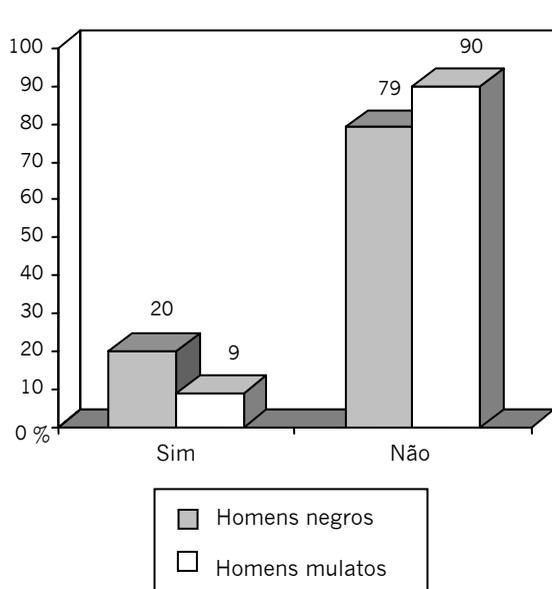
Fonte: Datafolha – 04-06/04/95

Pergunta: Se no seu trabalho você tivesse um chefe negro, você...? (só para não negros)

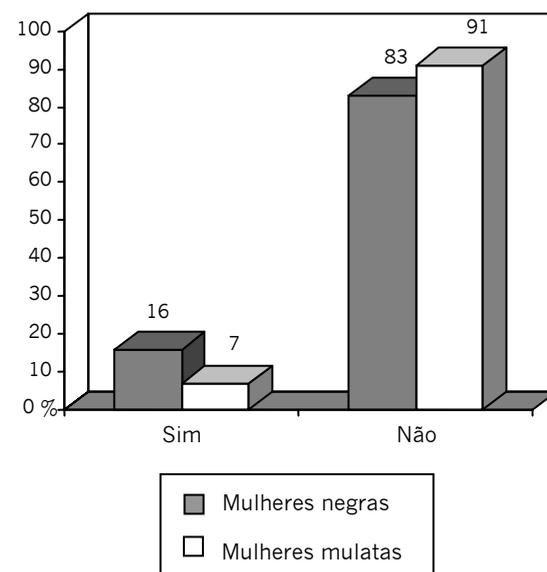
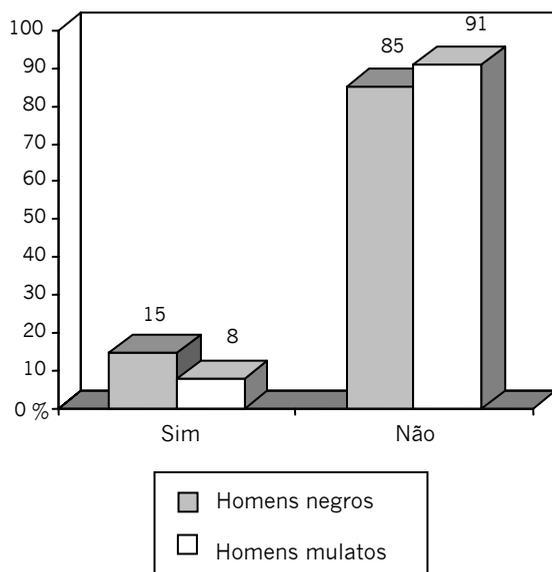
Obs.: A diferença para 100% corresponde às respostas “outras respostas” e “não sabe”.

Ocasões em que houve discriminação no trabalho por causa da cor

“Quando tinha chance de conseguir algum trabalho”



“Quando tinha chance de conseguir uma promoção”



Fonte: Datafolha – 04-06/04/95

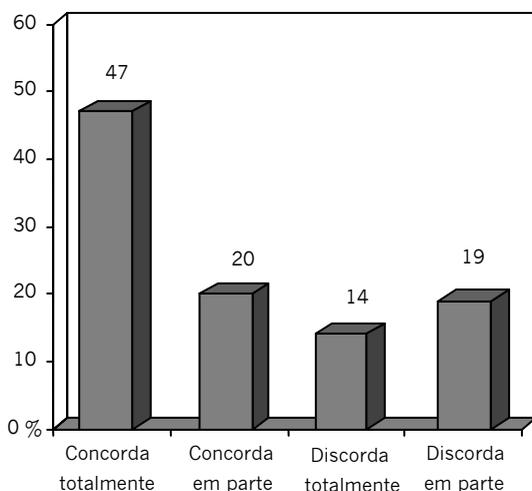
Pergunta: Você já sofreu discriminação por causa de sua cor quando achava que tinha chance de... (só para negros e mulatos)

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

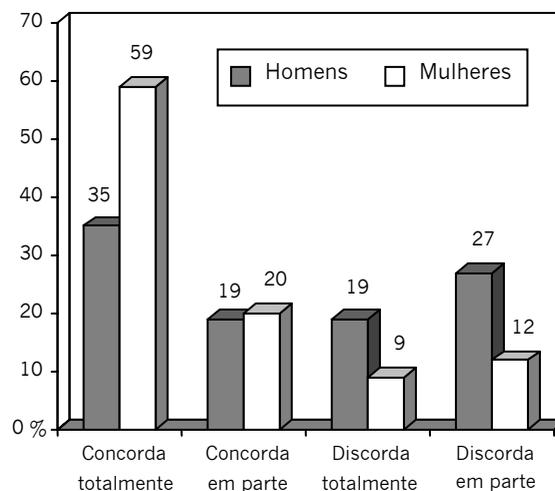
Opinião sobre o trabalho feminino

“Toda mulher deve trabalhar fora, mesmo que não precise”

Opiniões globais:

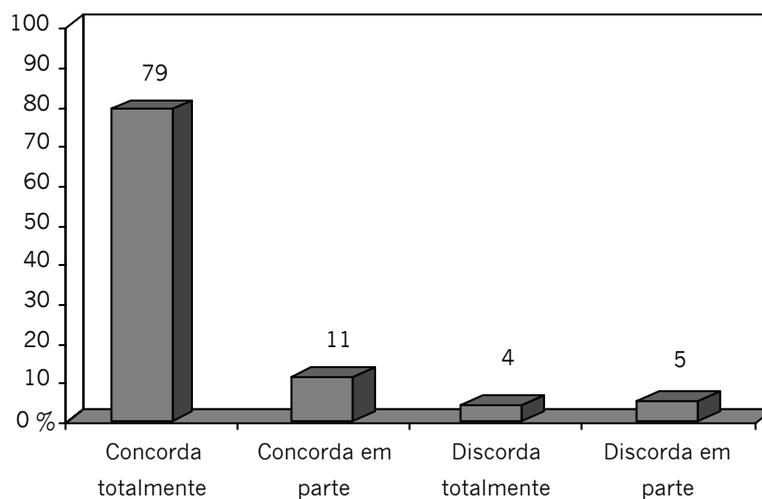


Opiniões por sexo:



“Homens e mulheres têm a mesma capacidade para exercer altos cargos”

Opiniões globais:



Fonte: Datafolha – 19/07/95

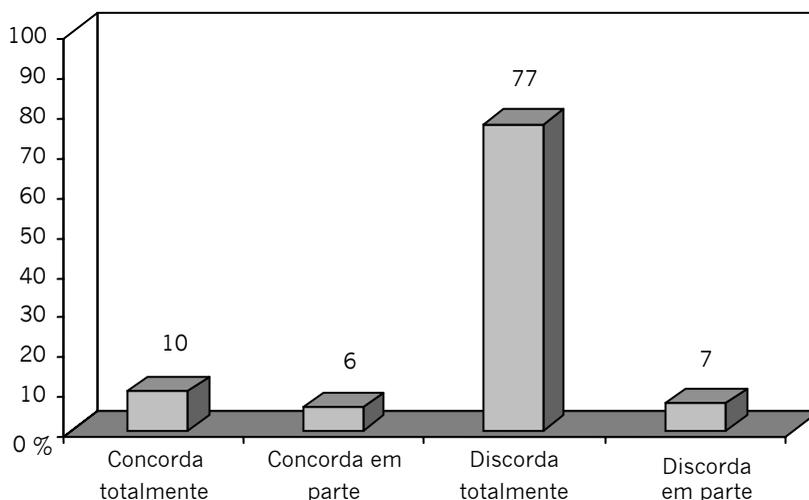
Pergunta: Agora vou citar algumas frases e gostaria que você me dissesse para cada uma se concorda ou discorda? Totalmente ou em parte?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

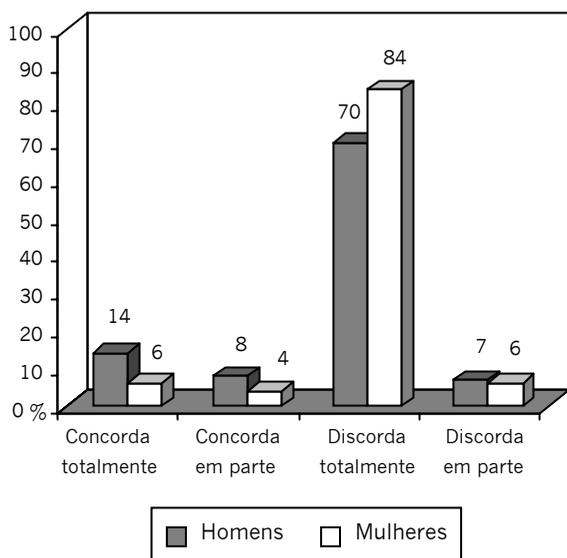
Opinião sobre o trabalho feminino (continuação)

“Uma mulher não tem capacidade para dirigir uma empresa”

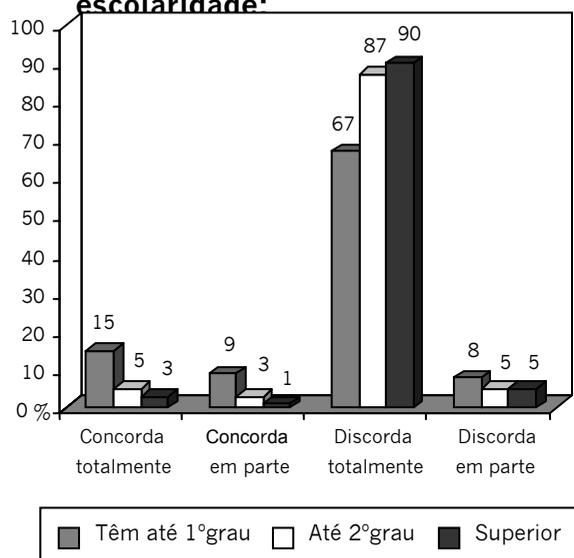
Opiniões globais:



Opiniões por sexo:



Opiniões por grau de escolaridade:



Fonte: Datafolha – 19/07/95

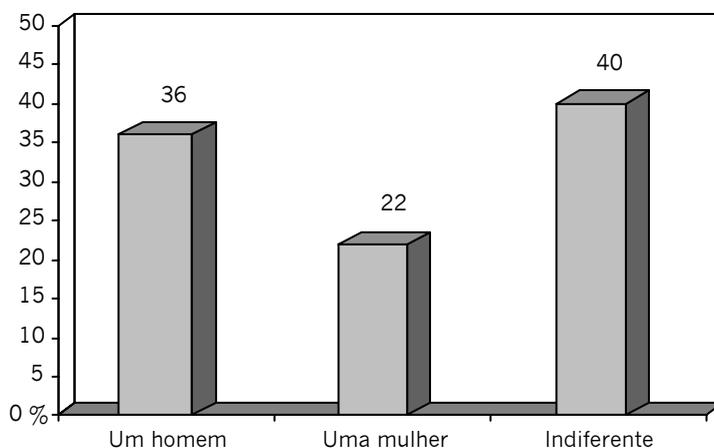
Pergunta: Agora vou citar algumas frases e gostaria que você me dissesse para cada uma se concorda ou discorda? Totalmente ou em parte?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”

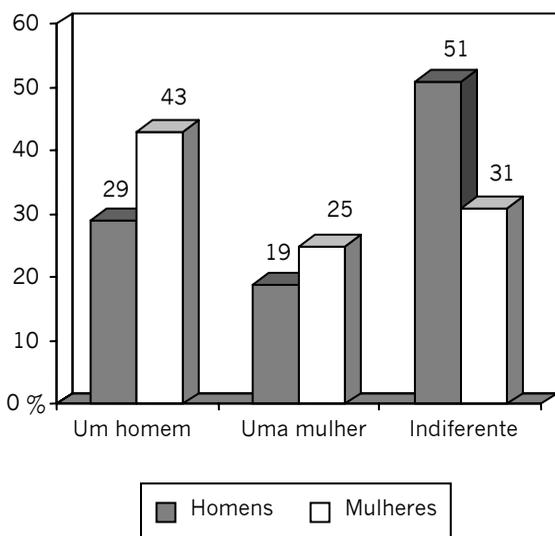
Opinião sobre o trabalho feminino (continuação)

“Quem preferiria ter como chefe: um homem ou uma mulher?”

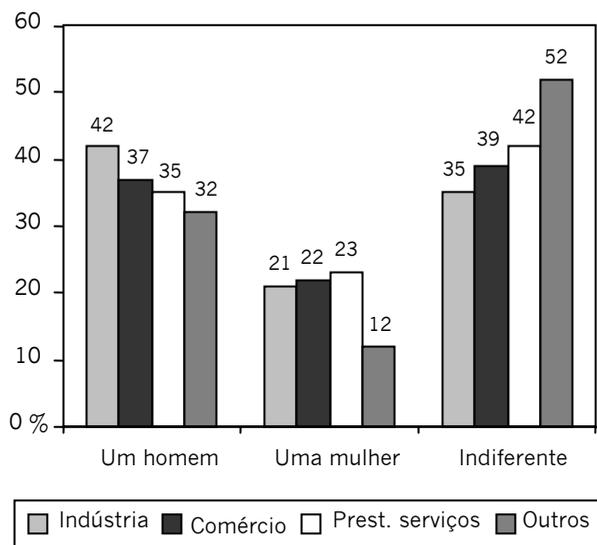
Opiniões globais:



Opiniões por sexo:



Opiniões por setor de trabalho:

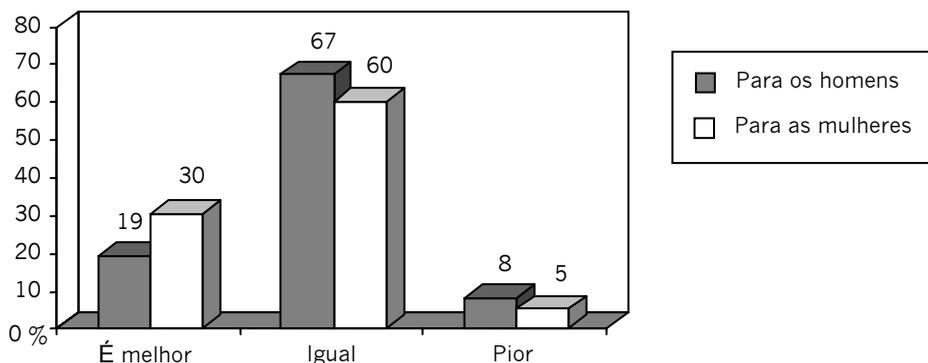


Fonte: Datafolha –19/07/95

Pergunta: Você preferia ter como chefe um homem ou uma mulher?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Opinião sobre o relacionamento com colegas do sexo oposto:

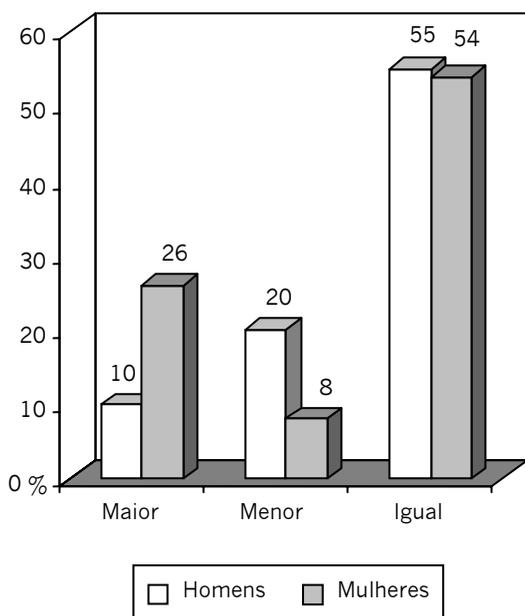


Fonte: Datafolha – 19/07/95

Pergunta: Você diria que seu relacionamento profissional com colegas do sexo oposto é melhor, igual ou pior do que com colegas do mesmo sexo?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Sobre as diferenças de salários de colegas do sexo oposto, com função parecida:



Fonte: Datafolha – 19/07/95

Pergunta: Pelo que você sabe, no seu trabalho seus/suas colegas do sexo oposto que exercem funções parecidas com a sua, recebem um salário maior que o seu, igual ou menor do que o seu?

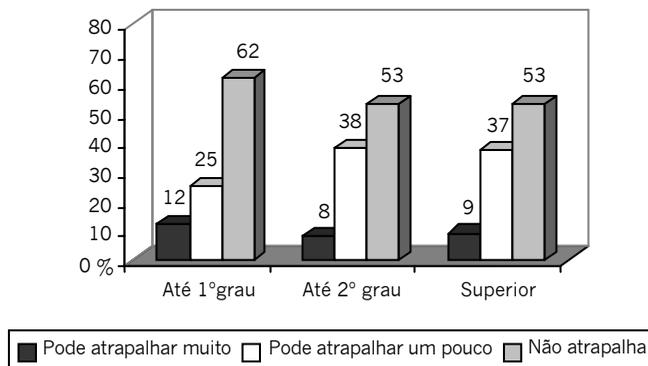
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”

Para o crescimento profissional das mulheres, ter filhos:

Opiniões globais: (em %)



Opiniões por escolaridade:



Fonte: Datafolha – 19/07/95

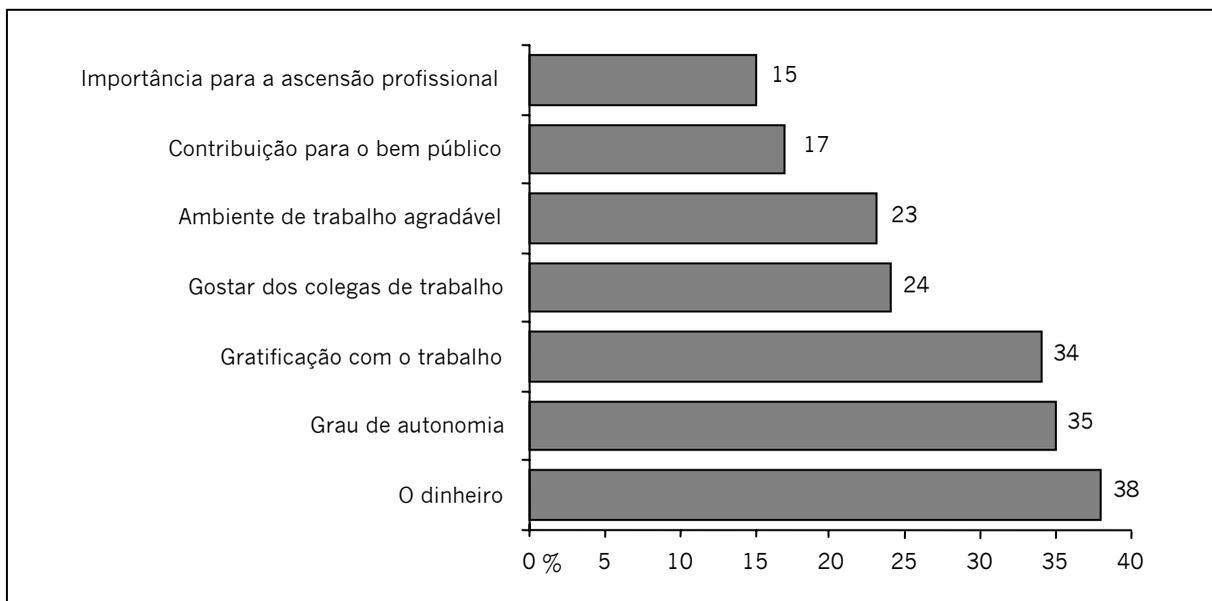
Pergunta: Em relação ao crescimento profissional, na sua opinião ter filho pode atrapalhar muito, um pouco ou não atrapalha?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Opiniões sobre o trabalho de uma forma geral

1988

O que você mais gosta no emprego:



Fonte: Roper Organization/Research and Forecasts. 07-19/10/88. 1001 entrevistas com adultos com idade entre 25 a 49 anos, que trabalham fora de casa em horário integral.

Pergunta: Da seguinte lista, selecione os dois fatores que são os mais importantes para você em seu atual emprego.

Obs.: 3% "não sabem" ou "não responderam".

1979

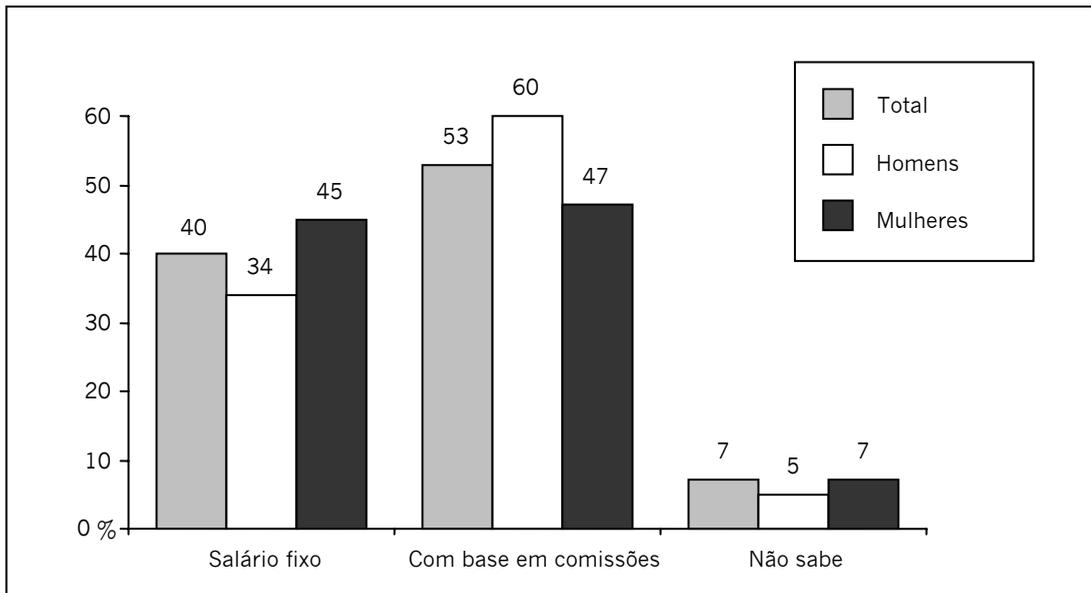
Opiniões sobre os melhores setores profissionais para:

	Ganhar dinheiro	Quem é ambicioso	Quem é bem organizado e eficiente	Quem é muito criativo	Quem quer ter segurança
Como empresário (business)	47	56	41	24	22
Setor governamental	14	19	20	8	26
Profissional liberal	31	13	20	28	34
Ensino	2	4	11	30	9
Nenhum	1	1		2	1
Não sabe	5	7	8	8	8

Fonte: Roper Organization/ABC News/Luis Harris and Associates. 17-22/01/79. 1498 entrevistas com população adulta.

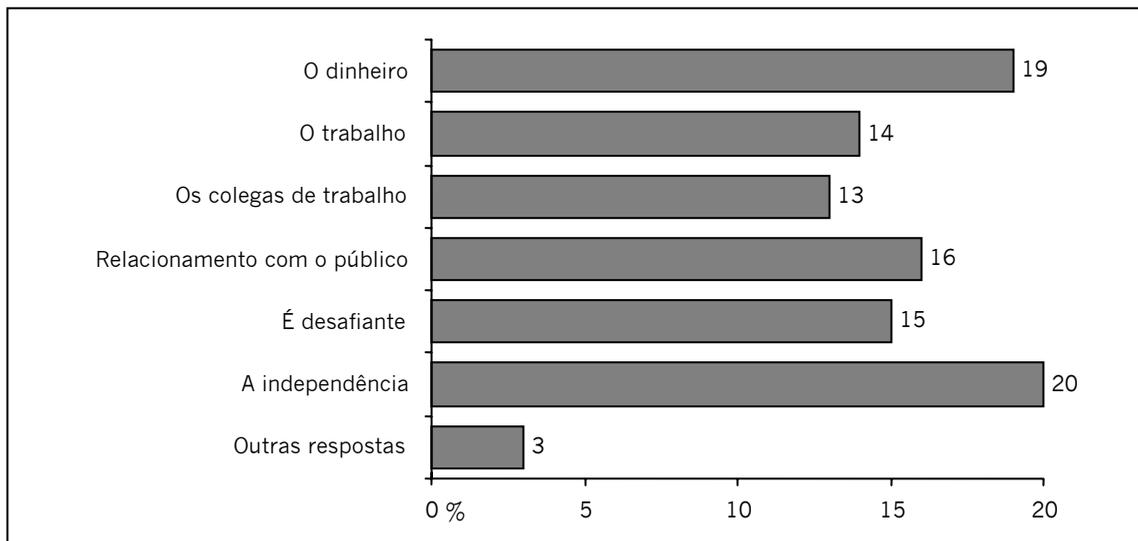
Pergunta: (Agora eu quero que você pense em diferentes tipos de pessoas jovens). Nos próximos 20 anos, onde você pensa que um jovem que... quer ganhar dinheiro... é ambicioso... etc... se dará melhor: em business, no setor governamental, como profissional liberal, tal como Direito ou Medicina, ou no ensino?

1991 *Opiniões sobre forma de remuneração:*



Fonte: Roper Organization/Princeton Survey Research Associates. 11-14/07/01. 1212 entrevistas com população adulta.
Pergunta: De uma maneira geral, como você preferiria ser remunerado: com base num salário fixo, de forma que você sabe sempre quanto irá ganhar; ou principalmente com base em comissões (incentivos) o que permitirá a você ganhar mais se você se esforçar muito, mas pode resultar em menos ganhos se você não se esforçar o suficiente?

1992 *O trabalho feminino - o que as mulheres mais gostam no trabalho:*



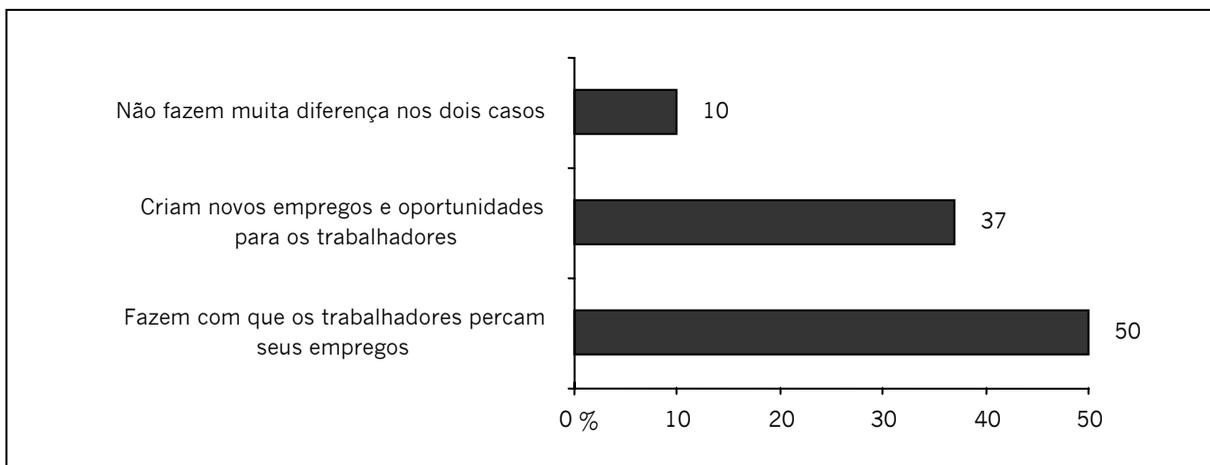
Fonte: Roper Organization/Greenberg-Lake: The Analysis Group. 26/05-08/06/92. 800 entrevistas com população feminina adulta.
Pergunta: O que você mais gosta de seu trabalho atual? (pergunta às mulheres que trabalham – 54% da amostra)
Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não sabe”.

Trabalho e tecnologia

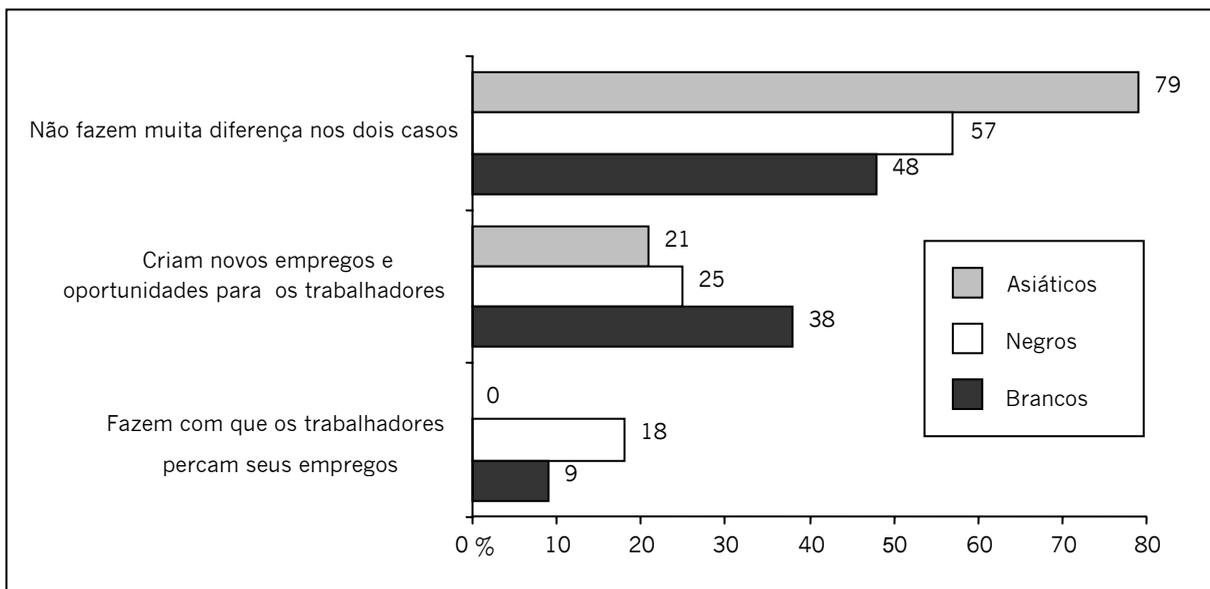
1995

Opiniões sobre uso de computadores, tecnologia e o mercado de trabalho:

Opiniões globais:



Opiniões por raça:



Fonte: Roper Organization/Princeton Survey Research Associates. 16-17/02/95. 752 entrevistas com população adulta

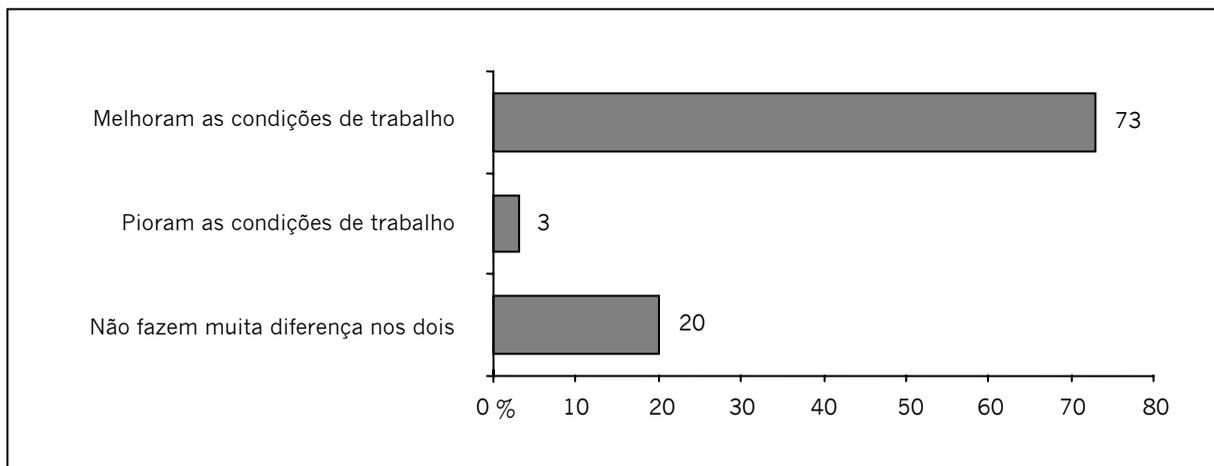
Pergunta: No lugar onde você trabalha, você acha que os computadores e a tecnologia estão tirando os empregos dos trabalhadores, criando novos empregos e oportunidades para trabalhadores, ou não fazem muita diferença nos dois casos?

Obs.: A diferença para 100% corresponde às respostas "não tem computador/tecnologia no local de trabalho" e "não sabe".

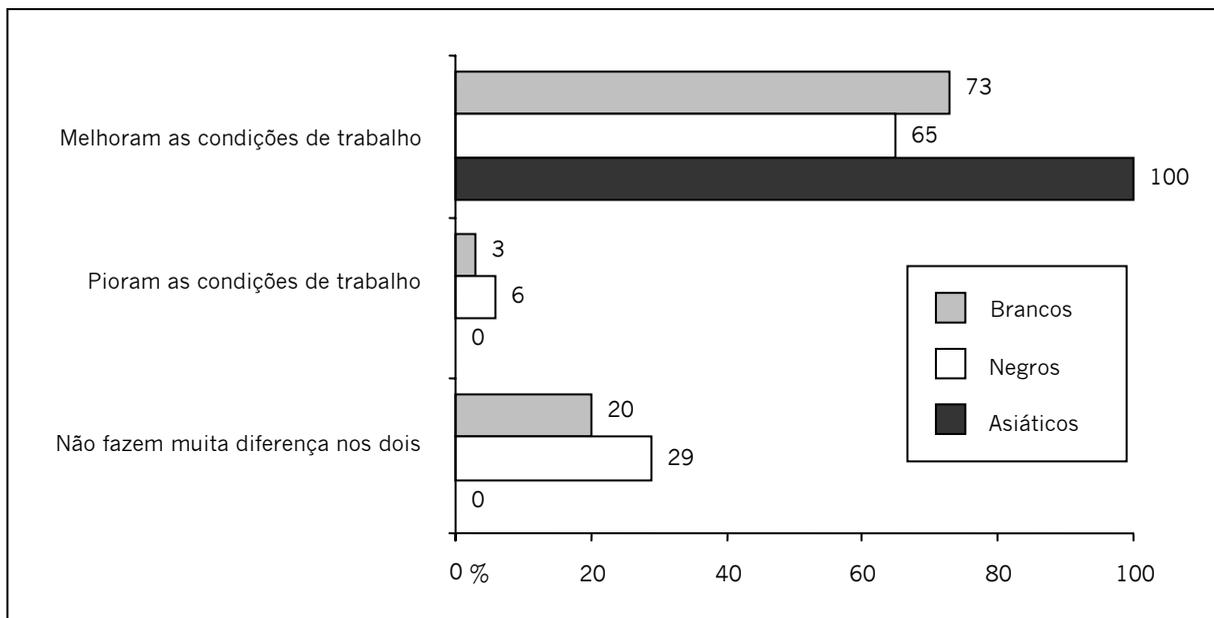
1995

Opiniões sobre uso de computadores, tecnologia e as condições de trabalho:

Opiniões globais:



Opiniões por raça:



Fonte: Roper Organization/Princeton Survey Research Associates. 16-17/02/95. 752 entrevistas com população adulta

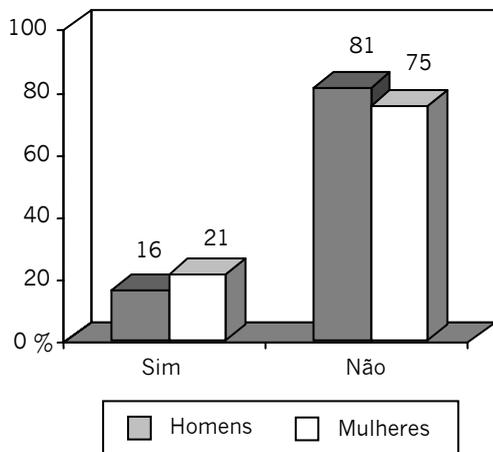
Pergunta: No lugar onde você trabalha, você acha que os computadores e a tecnologia estão melhorando as condições de trabalho, tornando piores as condições de trabalho, ou não fazem muita diferença nos dois casos?

Obs.: a diferença para 100% corresponde às repostas "não tem computador/tecnologia no local de trabalho" e "não sabe".

Os problemas mais recentes no mundo do trabalho nos EUA

Opiniões sobre as discriminações na seleção para empregos

1995 Já sofreu discriminação por causa do gênero quando procurava por um trabalho

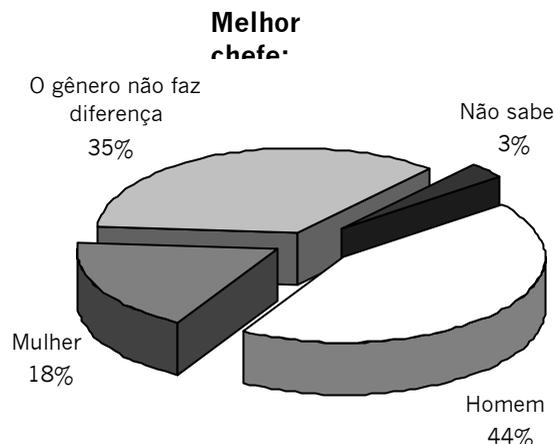


Fonte: Roper Organization/Los Angeles Times. 15-19/03/95. 1285 entrevistas com população adulta

Pergunta: Você pessoalmente já foi discriminado por causa de seu gênero quando você estava procurando por um trabalho ou uma oportunidade educacional, ou você nunca foi discriminado?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe/não"

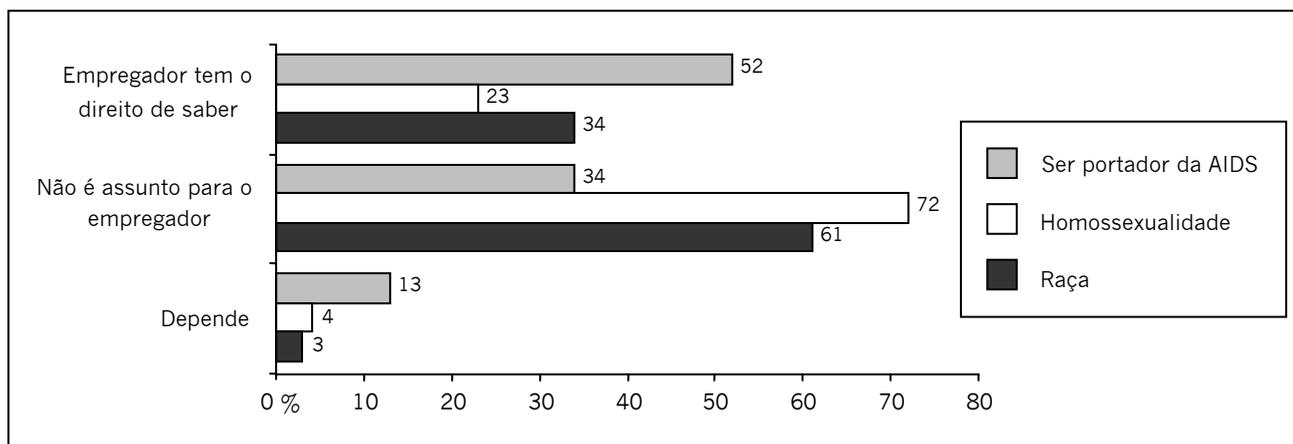
1991 Opiniões sobre mulheres ou homens ocupando cargo de chefia



Fonte: Roper Organization/Princeton Survey Research Associates. 17-20/01/91. 600 entrevistas com população adulta

Pergunta: Quem você pensa que é melhor como chefe, um homem ou uma mulher?

1992 Opiniões sobre informações que o empregador tem o direito de saber ao selecionar um candidato à emprego



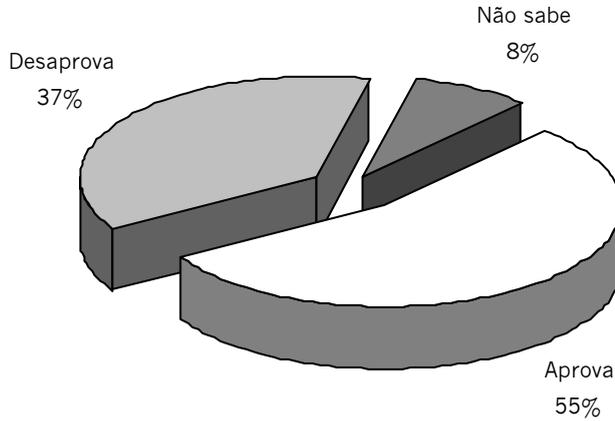
Fonte: Roper Organization/Response Analysis Corporation. 13/11-13/12/92. 993 entrevistas com população adulta.

Pergunta: (As pessoas têm diferentes idéias sobre as informações que uma pessoa deve fornecer quando se inscreve para um emprego. Para cada um dos itens que vou ler, por favor diga-me se você acha que esta é uma informação que o empregador tem direito de saber, ou se é parte da vida privada e não é assunto para o empregador saber)... se você é um HIV- positivo ou tem AIDS... se você é gay ou lésbica... sua raça.

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

1994

Opiniões sobre o direito de homossexuais serem professores em escolas públicas



Fonte: Roper Organization/Response Analysis Corporation. 13/11-13/12/92. 993 entrevistas com população adulta.

Pergunta: Para cada uma das seguintes frases que eu vou ler, por favor diga-me se você aprova para lésbicas e homens gays ou se você desaprova... O direito de ser considerado para ser professor numa escola pública?

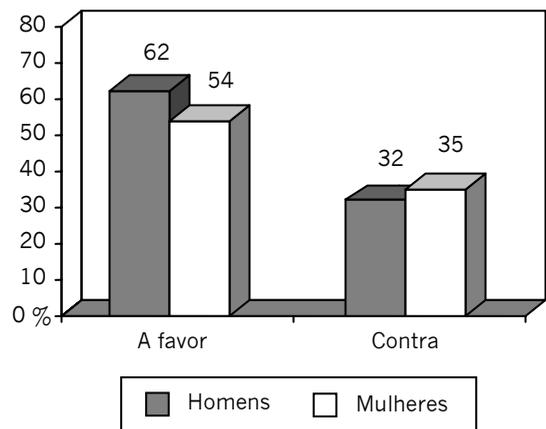
1995

Opiniões sobre o fim da política de favorecimento de minorias para empregos públicos

Opiniões globais:



Respostas por gênero:



Fonte: Roper Organization/Hart and Teeter Research Companies. 04-07/03/95. 1011 entrevistas com população adulta

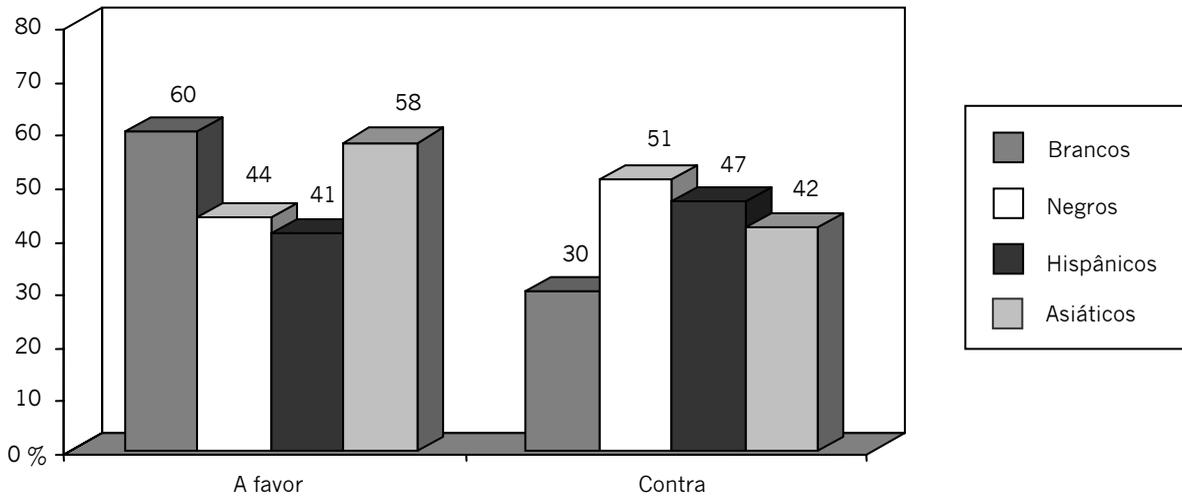
Pergunta: Existe uma proposta para acabar com as políticas de ações afirmativas – por raça ou gênero – para admissão nas universidades estaduais, contratação para os cargos governamentais, e em decisões de contratos governamentais. Você é a favor (totalmente ou em parte), contra (em parte ou totalmente) esta proposta?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não está certo”.

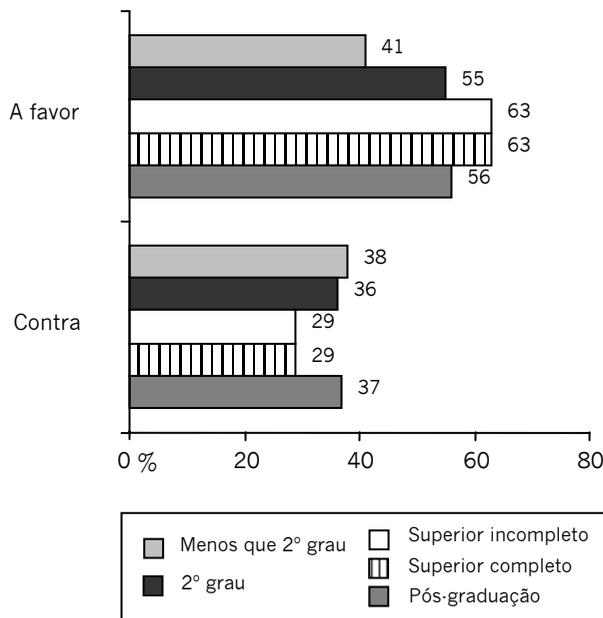
1995

Opiniões sobre o fim da política de favorecimento de minorias para empregos públicos (continuação)

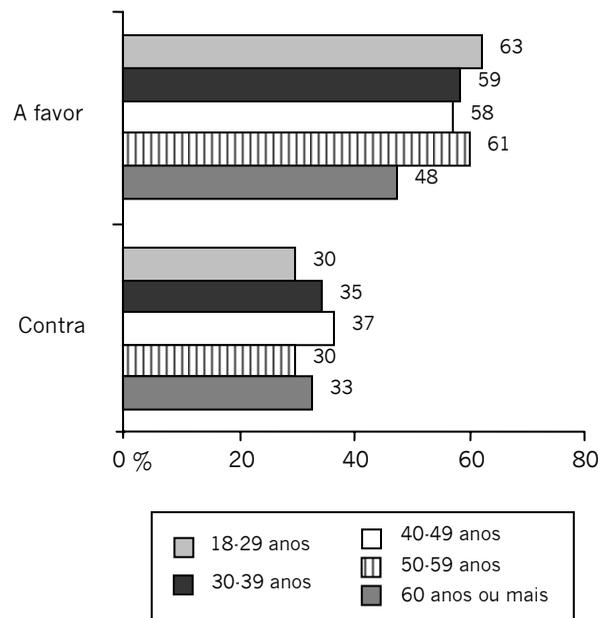
Respostas por raça:



Respostas por escolaridade:



Resposta por idade:



Fonte: Roper Organization/Hart and Teeter Research Companies. 04-07/03/95. 1011 entrevistas com população adulta.

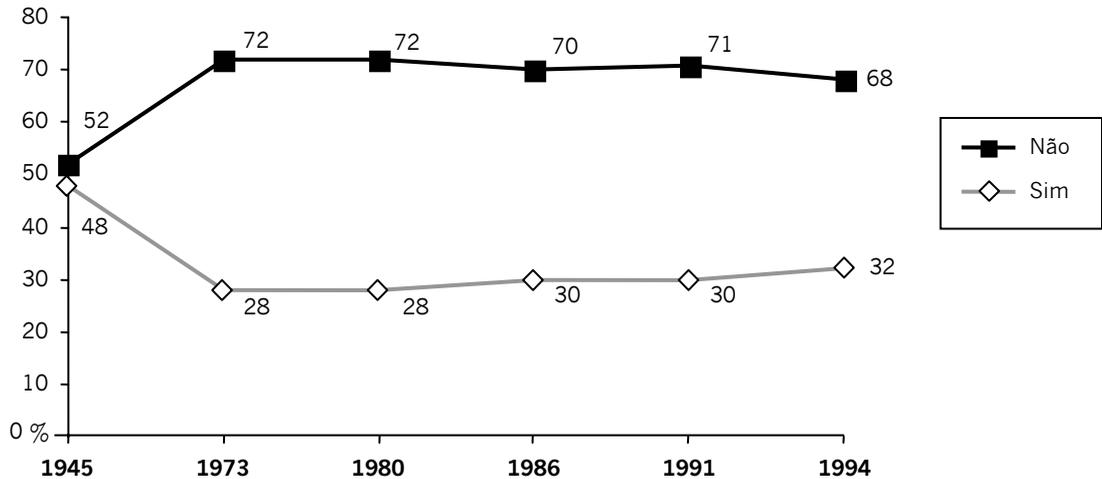
Pergunta: Existe uma proposta para acabar com as políticas de ações afirmativas – por raça ou gênero – para admissão nas universidades estaduais, contratação para os cargos governamentais, e em decisões de contratos governamentais. Você é a favor (totalmente ou em parte), contra (em parte ou totalmente) esta proposta?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta “não está certo”.

A situação de desemprego

1945-1994

Ficou desempregado alguma vez nos últimos dez anos



Fonte: Roper Organization/National Opinion Research Center. Número de entrevistas: 1262 (1945); 1504 (1973); 1468 (1980); 1470 (1986); 1517 (1991); 2992 (1994).

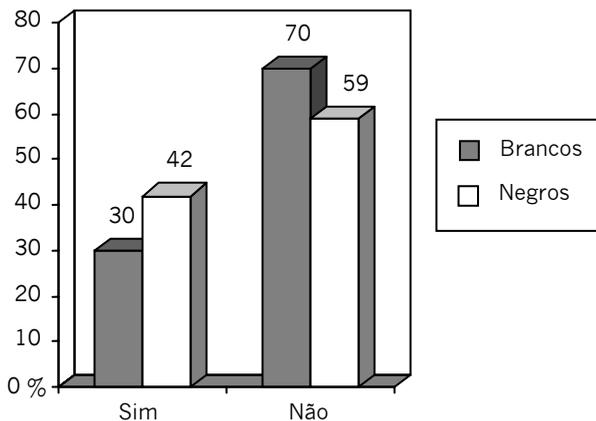
Pergunta: Alguma vez durante os últimos dez anos, você ficou desempregado ou procurando por um emprego por mais de um mês?

Obs.: Em 1945 a pergunta foi: alguém de sua família ficou desempregado por um mês ou mais durante a última depressão?

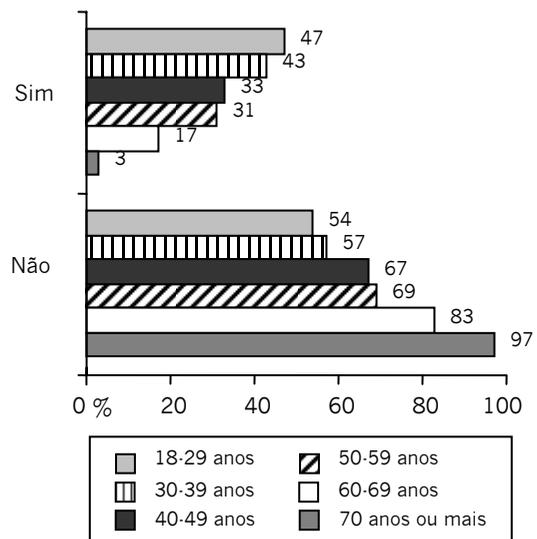
1994

Quem ficou desempregado nos últimos 10 anos

Respostas por raça:



Resposta por idade:

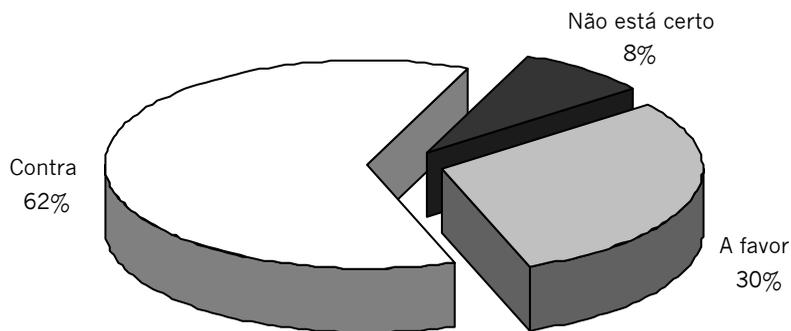


Fonte: Roper Organization/National Opinion Research Center. 1991- 02/91-04/91. 1517 entrevistas com população adulta. 1994- 27/01-31/05/94. 2992 entrevistas.

Pergunta: Alguma vez durante os últimos dez anos, você ficou desempregado ou procurando por um emprego por mais de um mês?

1993

Opiniões sobre redução de jornada de trabalho (e dos salários) como proposta para combater o desemprego



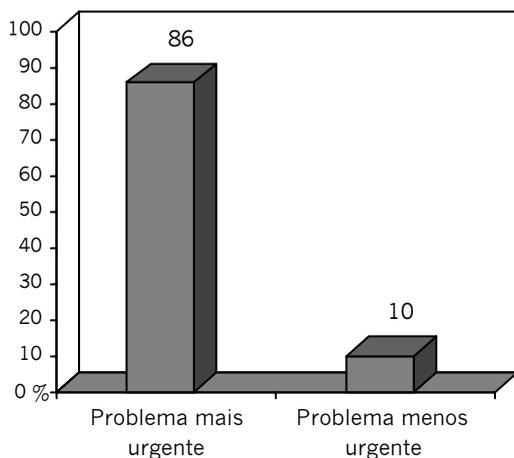
Fonte: Roper Organization/Yankelovich Partners Inc. 11/11/93. 1000 entrevistas com população adulta.

Pergunta: Para ajudar a resolver o problema do desemprego, algumas pessoas propuseram que os trabalhadores americanos trabalhem quatro dias por semana, pelos quais eles receberiam um salário menor, e assim mais pessoas poderiam ter empregos. Você é a favor ou contra esta proposta?

1992

Desemprego entre os negros

Opiniões sobre o problema do desemprego entre os negros

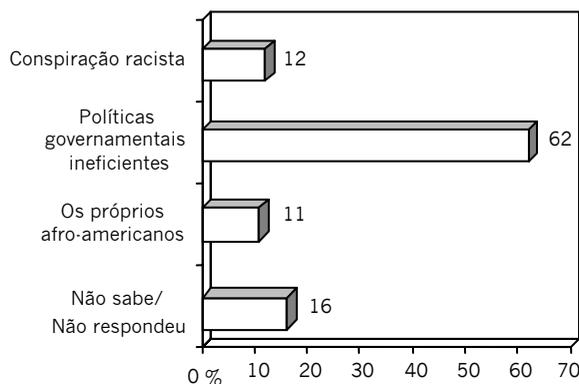


Fonte: Roper Organization/Gallup Organization. 25-27/03/92. 511 entrevistas com população adulta.

Pergunta: Alguns dos problemas sociais que afetam os afro-americanos são mais urgentes do que outros. Por favor, diga-me se você pensa que cada um dos seguintes itens é um problema mais urgente ou um problema menos urgente... Desemprego?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe/ não respondeu".

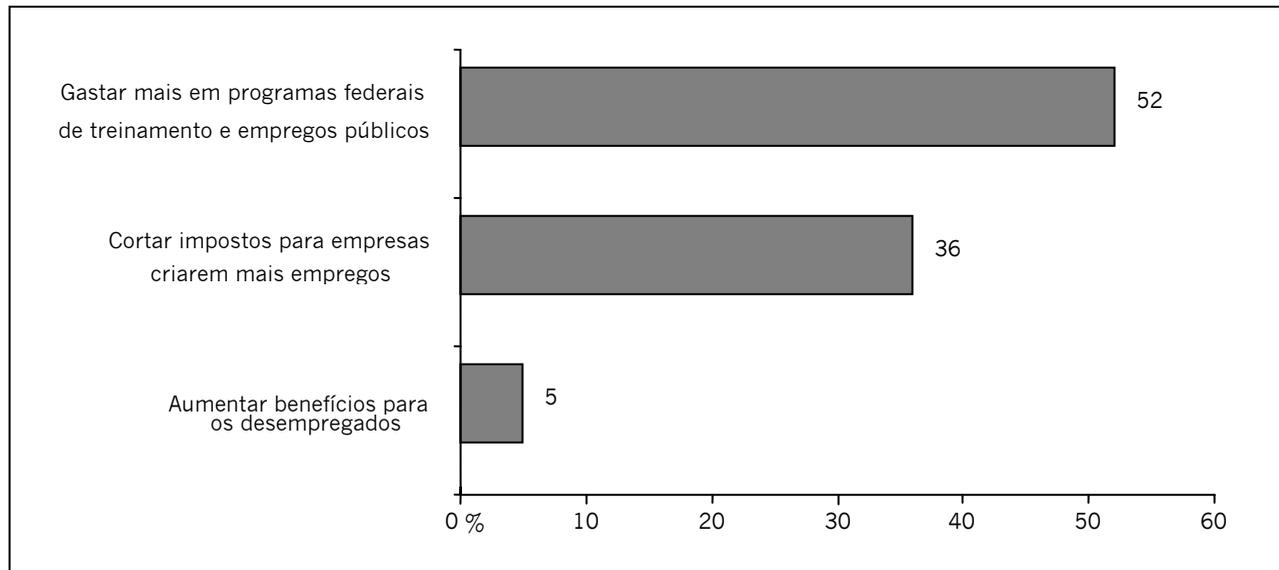
Causa do desemprego entre os negros



Fonte: Roper Organization/Gallup Organization. 25-27/03/92. 511 entrevistas com população adulta.

Pergunta: Algumas pessoas dizem que os problemas sociais que agora estão afetando a América negra são resultado de uma conspiração para deter os Afro-americanos na busca de prosperidade ou igualdade social. Outros dizem que estes problemas são os resultados de políticas governamentais incorretas ou de negligência. Ainda outros culpam os próprios afro-americanos. Quem você mais culpa pelo... desemprego. ...uma conspiração racista, o governo ou os próprios afro-americanos?

1981

Opiniões sobre soluções para combater o desemprego entre os negros

Fonte: Roper Organization/Gallup Organization. 14- 23/02/81. 1015 entrevistas com população adulta.

Pergunta: Das seguintes soluções, qual você acha que é a melhor maneira para o Governo Federal lidar com o problema do desemprego na comunidade negra?

Obs.: A diferença para 100% corresponde à resposta "não sabe".

Ficha Técnica

Seção Brasil

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
Datafolha			
08/11/91	650	População Economicamente Ativa (P.E.A) com idade acima de 18 anos da idade de São Paulo	Amostragem com cotas de sexo e idade da P.E.A, estratificação por zonas geográficas, nível sócio-econômico, segundo critério de áreas homogêneas
04-06/04/94	5081	Conjunto da população adulta do país	Amostragem estratificada por sexo, idade, e de acordo com localização geográfica e nível sócio-econômico
12/04/95	1075	População assalariada com 16 anos ou mais da cidade de São Paulo	Amostragem estratificação por sexo, idade, classificação sócio-econômica e geográfica
19/06/95	1080	População assalariada com 16 anos ou mais da cidade de São Paulo	
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística			
05/04/93	2000	População adulta do Brasil	Amostragem representativa da área em estudo, elaborada por quotas proporcionais em função das variáveis significativas do universo: sexo; idade; atividade e posição na ocupação

Seção Estados Unidos

Roper Center
Os dados desta seção são provenientes do Banco Informatizado de Opinião Pública do Roper Center for Public Opinion Research (POLL) da Universidade de Connecticut, EUA

Contribuições para o conceito de opinião pública

Rubens Figueiredo

Diretor do CEPAC

Sílvia Cervellini

Gerente de Planejamento e Atendimento do IBOPE Opinião

Resumo

Os autores retomam algumas críticas sobre o problema da definição de opinião pública e apresentam uma proposta conceitual que contempla quatro aspectos. O primeiro aspecto diz respeito à opinião pública quanto ao processo de formação, que deve ser o debate público; o segundo diz respeito à sua forma, ou seja, a expressão pública da opinião; o terceiro é o objeto específico da opinião, que diz respeito à relevância necessária para gerar o debate público. Finalmente, o quarto aspecto é o sujeito da opinião pública, que não tem limites precisos a não ser seu aspecto coletivo.

Palavras-chave: debate político, teoria da opinião pública, formação da opinião

Abstract

The authors discuss some critics about the problem on conceptualizing the public opinion, and they make a conceptual proposal which covers the following four aspects: the first one is the process of formation of the public opinion, which is the public debate; the second one is about its shape, or the public opinion expression of the opinion; the third one is the specific issue of the opinion, which refers to the relevance acquired to create the public debate. Finally, the fourth aspect is the agent of the opinion, which has an precise limitations, but the collective aspect.

Keywords: public debate, public opinion theory, opinion formation

Nos últimos anos, os brasileiros familiarizaram-se com a expressão “opinião pública”, que passou a aparecer com frequência nos jornais, revistas, rádios e televisões, além de fazer parte de discursos de candidatos e justificativas para escolhas de ocupantes de cargos públicos.

Paralelamente, os institutos de pesquisa de opinião começaram a divulgar cada vez mais seus resultados e os pesquisadores da área das Ciências Humanas passaram a estudar e disseminar com maior regularidade seus estudos sobre o que se convencionou chamar de “fenômenos de opinião pública”. A própria criação do CESOP e a publicação dessa revista são reflexos desse crescimento da importância atribuída à opinião pública em nosso país.

No entanto, pouco se discutiu até agora no Brasil - tanto no plano acadêmico como no jornalismo mais ilustrado - sobre a natureza dessa categoria de fenômenos considerados como de opinião pública, ou ainda, se preferimos, dessa entidade que muitos tratam de “opinião pública”. É um tema que fascina, a julgar pela quantidade de vezes que aparece na mídia, pelo apelo jornalístico que tem e pelos debates que provoca. Mas que não vem sendo estudado de forma sistemática¹.

As dificuldades enfrentadas por alguém que se aventure a conceituar o que seja a opinião pública advém de quatro ordens de fatores mais relevantes. Em primeiro lugar, quando nos referimos à opinião pública, agrupamos eventos e situações que se apresentam como objetos de estudo de diferentes áreas das Ciências Humanas: Ciência Política, Sociologia, Antropologia, Comunicação, Economia e Psicologia Social. Desse modo, uma conceitualização que se pretenda universal deve utilizar os instrumentos dessas diversas ciências, ou seja, a abordagem teria que ser necessariamente multidisciplinar. Qualquer conceitualização que dê ênfase a um aspecto específico - a economia e suas expectativas racionais, por exemplo -, certamente pecará pelo reducionismo.

No campo da opinião pública, parece ter acontecido o inverso de outras áreas do conhecimento, onde teorias gerais informam e balizam os estudos que vão progressivamente ficando mais especializados. Nos estudos de opinião pública, a hiper-especialização antecedeu a elaboração de uma teoria geral. Não por acaso, John R. Zaller comenta: “we know much more about the details of particular dependent variables than we do about theoretical mechanisms that span multiple research domains”². Nesse sentido, é razoável afirmar que sabemos cada vez mais sobre cada vez menos.

¹ Para corroborar essa afirmação, é conveniente lembrar que os estudos existentes ou são introdutórios ou contam experiências pessoais. São os casos de Figueiredo e Cervellini (no prelo); Gomes C. (1993) e Farah (1992).

² Zaller (1993), “sabemos muito mais sobre os detalhes de variáveis dependentes particulares do que sobre mecanismos teóricos que atravessam múltiplos domínios de pesquisa” (n.e.).

Em segundo lugar, a expressão opinião pública faz parte da família de conceitos que podem ser considerados clássicos em algumas ciências. No caso da Ciência Política, por exemplo, a questão da opinião pública (a “lei da opinião ou reputação”) aparece nos escritos de J. Locke como uma espécie de substrato moral da sociedade. No *Contrato Social*, a opinião pública surge em estreita correlação com a soberania popular, as leis, os costumes e a moral. O fenômeno foi também estudado por pensadores importantes como Kant, Burke, Bentham e Benjamin Constant³.

Em terceiro lugar, a “popularização elitizada” da expressão emprestou uma amplitude à idéia de opinião pública que faz qualquer conceito parecer limitado, ou radical, em termos de impor regras classificatórias muito rígidas. Ademais, existe uma tendência da mídia a tratar os fenômenos de opinião pública exatamente como “fenômenos”, algo fora do normal. Talvez os exemplos mais marcantes sejam as campanhas das eleições diretas, que “mobilizaram a opinião pública”, a morte de Ayrton Senna, que “consternou a opinião pública” ou as atitudes de Collor, “que afrontaram a opinião pública”. Dessa forma, retira-se do senso comum a possibilidade de entender como “fenômenos de opinião pública” manifestações mais localizadas, no plano da quantidade dos sujeitos, ou mais latentes, no plano do nível de expressão de opiniões.

Em quarto lugar, a idéia de opinião pública ficou muito contaminada com o surgimento das pesquisas de opinião, na década de 1930 nos EUA. Como o conceito de opinião pública é anterior às pesquisas e como as pesquisas retratam os aspectos mais visíveis, interessantes e discutidos da opinião pública, é natural que a associação pesquisa-opinião pública seja feita, ainda que essa associação certamente não ajude no esforço de se conceituar algo que, afinal, existe independentemente das pesquisas.

Para completar o quadro, Pierre Bordieu⁴, em texto muito comentado, defende a tese de que a opinião pública, simplesmente, não existe. Associando opinião pública às pesquisas, Bordieu se apóia basicamente em três argumentos contestatórios. Primeiro, nós pesquisadores partiríamos da errônea premissa de que a produção de opinião esteja ao alcance de qualquer indivíduo. Segundo, nós também partiríamos do falso pressuposto de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Por último, Bordieu duvida que os temas pesquisados sejam de real interesse de todos os respondentes, ou seja, ele acredita que impomos assuntos que nos parecem importantes, sem nos basearmos em um real consenso a esse respeito.

Diante de tais dificuldades, o presente artigo pretende sistematizar o longo debate que vem ocorrendo em torno das alternativas conceituais sobre opinião

³ Matteucci (1986).

⁴ Uma discussão interessante sobre as idéias de Bordieu está em Beniger (1992).

pública e ir um pouco além, fornecendo uma conceituação operacionalizável e suficientemente abrangente, que seja capaz de dar conta da pluralidade de manifestações da opinião pública, evidentemente sem nenhuma pretensão de ser definitiva. Trata-se, antes, de um estímulo inicial para uma discussão que deve ser levada adiante com persistência por todos os que pretendem criar e fortalecer um espaço exclusivo para o estudo dos fenômenos de opinião pública, sem compartimentalizá-lo a nenhuma disciplina específica nem reduzi-lo aos instrumentos analíticos desta ou daquela ciência.

O longo debate e novas reflexões

Procurando sistematizar uma controvérsia de 200 anos, Harwood L. Childs fez, em 1965, uma análise das diversas definições sobre opinião pública e concluiu que todas pecavam por “confinar” o sentido da expressão com base em alguma premissa limitadora, conforme mostra o quadro resumido abaixo.

Tabela 1
Definições de opinião pública*

	Tipo de definição	Limite
1.0	Julgamento social ou consciência comunitária sobre questão de interesse geral, após discussão racional.	O processo de formação da opinião pública não é sempre racional.
2.0	Sentimentos sobre qualquer assunto entre grupo dos mais informados, inteligentes e moralmente superiores da sociedade	Elitiza o sujeito da opinião pública. Não existem critérios objetivos para definir quem sejam os “moralmente superiores”.
3.0	Quando o grupo envolvido é secundário, sem intermediações, sem contato direto com a fonte.	Restringe mais uma vez o sujeito da opinião pública.
4.0	Atitudes, sentimentos e idéias de um grande número de pessoas sobre um assunto público importante.	Limita os fenômenos a assuntos públicos importantes desconsiderando aqueles que podem vir a ser importantes.
5.0	Opinião que, embora não necessariamente consensual, seja majoritariamente aceita.	Não lida com as freqüentes situações de conflito.
6.0	Opinião pública é um composto de número e intensidade de opiniões.	Número e intensidade qualificam, e não definem, opinião pública.
7.0	Reações e afirmações definidas em uma situação de entrevista.	Opera um reducionismo, pois associa a opinião pública ao momento da entrevista.
8.0	Opiniões das pessoas que o governo acha por bem conhecer e seguir.	Restringe o sujeito e os temas da opinião pública.

*Tabela preparada pelos autores a partir de sistematização das informações sobre H. L. Childs, citadas in Oskamp (1977)⁵.

⁵ Oskamp (1977).

Acreditando estar resolvendo definitivamente a questão, Childs define opinião pública como “coleção de (quaisquer) opiniões individuais”. Na verdade Childs, ao tentar resolver um problema - a limitação que várias definições impõem a opinião pública - acaba criando outro, pois propõe uma definição extremamente genérica que, a rigor, não define nada. No limite, a opinião de um casal sobre um determinado sapato poderia ser interpretada como um fenômeno de opinião pública, na medida em que se trata de uma “coleção de opiniões individuais”.

Concretamente, no nosso dia-a-dia, verificamos os efeitos de algumas das definições resumidas acima. O jornalista Fernando Pedreira, por exemplo, associou a opinião pública, em um de seus artigos, às matérias e comentários que aparecem na mídia (limitou o público, igualando-o aos meios de comunicação). Um outro jornalista, Elio Gaspari, em uma análise sobre o início do governo de Fernando Henrique Cardoso, entendeu opinião pública como o povo na rua (usou como critério a influência ou pelo menos a visibilidade do fenômeno).

Certamente o senso comum associa mais freqüentemente a idéia de opinião pública aos resultados das pesquisas, provavelmente porque essa é sua forma concreta mais óbvia e mais divulgada nos dias de hoje. Mas além do público em geral, muitos analistas preferem compreender a opinião pública como o resultado que se verifica nas pesquisas. Essa identificação traz vários problemas, muito bem expostos em um texto de Bernard Manin, “Le concept d'opinion publique”⁶. Neste texto o autor descreve as 3 dimensões básicas no debate entre críticos e defensores das pesquisas, mostrando que elas correspondem às diferenças essenciais de conceituação da opinião pública.

A primeira dimensão é paralela à limitação, criticada por Childs, em relação ao tipo de público que pode ser o ator da opinião pública. Os críticos das pesquisas não aceitam que igualem todas as opiniões individuais, dando o mesmo peso para segmentos mais ou menos politizados, organizados, influentes, escolarizados ou informados sobre o tema pesquisado.

Os defensores das pesquisas rebatem dizendo que com o advento do sufrágio universal cada voto vale um voto, independentemente da qualificação do eleitor. Em termos de organização, influência e informação, os comícios do PT em 1989 e 1994 foram muito mais ruidosos, organizados e concorridos do que os de seus adversários, mas nem por isso o candidato petista venceu seus concorrentes. Finalmente, com relação à informação, os defensores das pesquisas argumentam que opinião é diferente de conhecimento. Do ponto de vista psicológico, a opinião está mais perto das crenças do que de atitudes formadas sobre bases

⁶ Manin (s/d)

absolutamente racionais e bem informadas⁷.

A segunda vertente das críticas centra-se na idéia de que as pesquisas estariam medindo algo completamente diferente das definições históricas de opinião pública, localizadas no final do século XVIII e começo do século XIX. Naquele contexto, a opinião pública era encarada como base de legitimação da democracia (contratualismo) e o requisito básico para tal seria a existência de uma deliberação racional, exprimindo um interesse geral resultante. Habermas, um dos expoentes dessa vertente, coloca a opinião pública, tal como aparece atualmente, como parte do que ele considera uma deterioração da rede comunicativa embasada em um debate racional entre cidadãos. Conforme explica Manin⁸, para Habermas as pesquisas medem “opiniões comuns” mas não “opinião pública”. A racionalidade, dentro da tradição da Escola de Frankfurt, deve ser o caminho para a utopia da emancipação e só existe ao lado de uma “discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientem o agir à luz dos reflexos sócio-culturais.... Uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade”⁹. Trata-se, portanto, de uma visão racionalista da opinião pública, que estaria deslegitimando qualquer manifestação pública baseada em fatores de caráter mais emocional, ou debates que Habermas consideraria despolitizados.

A terceira dimensão da polêmica é paralela à anterior, pois usa como ideal de opinião pública aquela que se origine de uma discussão espontânea entre atores livres de influências externas e que serviria de base para a vida democrática. Conforme descreve Susan Herbst¹⁰, Pierre Bordieu, no seu texto “A Opinião Pública não Existe”, levanta a questão da imposição de problemáticas aos entrevistados, que se estivessem livres da pressão não escolheriam aqueles temas para opinar. Nesse sentido, nós pesquisadores estaríamos fazendo parte de uma elite que controla o teor das discussões públicas.

⁷ “Um dos mais interessantes aspectos sobre questões públicas é o grau em que as pessoas preferem sustentar opiniões ‘vigorosas’ em matérias sobre as quais não possuem quase informação nenhuma”. Lane e Sears (1966).

⁸ Manin, op. cit.

⁹ Habermas (1983).

¹⁰ Herbst (1992).

Uma proposta conceitual inicial

Retomando essas críticas, podemos dizer que parte dos problemas da definição de opinião pública são realmente consequência de sua identificação com as pesquisas: o peso de cada indivíduo, a espontaneidade, a deliberação. Para evitar isso, pretendemos, seguindo a sugestão de Manin¹¹, conceber a opinião pública levando em conta a sua pluralidade. Segundo essa idéia, não existe uma, mas várias maneiras de identificar os fenômenos de opinião pública. Faria sentido falar em “opiniões públicas”. Assim, “a” opinião pública se expressa através dos grupos organizados, das manifestações mais ou menos espontâneas, das pesquisas, das eleições, dos comícios, das discussões em reuniões sociais, dos meios de comunicação etc. Nesse sentido, a opinião pública não designa apenas uma coisa, mas várias. Isso porque a coletividade também não tem uma única forma de se manifestar, mas diversas.

Um dos pioneiros na tentativa de conceituar opinião pública na sociedade moderna foi Walter Lippman¹². Ele alertava para o fato de que o mundo onde vivemos é muito vasto e complexo para que cada um de nós possa apreendê-lo sozinho, de forma independente. Hoje, ao formarmos uma opinião sobre qualquer assunto, teremos necessariamente que contar com informações produzidas e veiculadas por instituições e não obtidas exclusivamente de nossa experiência individual, se é que existe experiência exclusivamente pessoal¹³.

Isso chama atenção para o primeiro aspecto de nossa proposta de conceito de opinião pública, que diz respeito à *sua origem ou ao processo de sua formação*. Ela deve se originar do debate público, ou seja, de um processo de discussão coletiva, implícito ou explícito. A diferença entre esse requisito e a idéia de “discussão pública” usada por Habermas¹⁴ é que não impomos “a priori” um tipo de racionalidade ao debate, nem esquecemos que concretamente falando, numa sociedade de massas as discussões podem se dar de maneiras difusas e muito complexas, sem que fiquem explicitadas. Até mesmo o processo de transmissão de comportamentos, via educação formal e informal, pode ser encarado como uma discussão coletiva.

Um segundo elemento do conceito diz respeito à *sua forma*. Trata-se da necessidade de que haja expressão pública da opinião, pois isso seria um pré-requisito ao debate. Daí a importância das pesquisas, pois elas são capazes de expressar aspectos latentes do conjunto dos pensamentos individuais e, portanto, da própria sociedade. Talvez possamos dizer que as pesquisas são uma das formas

¹¹ Manin, op. cit.

¹² Lippman (1993).

¹³ A questão da formação da opinião pública é discutida por Oskamp, op. cit.

¹⁴ Habermas, op. cit.

em que a deliberação ocorre hoje em dia, funcionando como veículos de troca de informações sobre temas que já estão sendo discutidos e pensados por alguns grupos ou pessoas, mas que nem por isso são totalmente estranhos aos outros. Lippmann¹⁵ é bem realista ao dizer que em um sistema como o nosso os cidadãos não têm que ser interessados, bem informados e dispostos a tratar de todos os assuntos da vida pública com a mesma dedicação que cuidam de seus problemas privados, tendo sido criadas instituições e mecanismos que dão conta disso.

A definição de opinião pública deve também pressupor um *objeto* específico. Assim, o tema que gera a opinião deve ser relevante o suficiente para gerar a discussão pública. Isso significa dizer que o tema tem que ser, em alguma medida, público, ao menos para que os participantes do debate se ponham minimamente de acordo a respeito do que está sendo debatido. A opinião de um homem casado sobre sua sogra, por exemplo, não é um fenômeno de opinião pública. No entanto, se de alguma forma essa opinião ganha relevância pública - se esse é o ponto principal da trama de uma novela de grande audiência ou uma questão que envolva o presidente da República -, a opinião daqueles que discutem o tema passa a ser uma manifestação de opinião pública.

Talvez seja este o aspecto mais problemático da nossa definição, pois trata-se de um foco de críticas que não desaparece quando deixamos de igualar opinião pública a resultados de pesquisa. A discussão estaria centrada na palavra “pública”, ou seja, o que diferencia o debate de interesse público daquele de interesses privados? Quais as conseqüências de não limitarmos nosso objeto por critérios valorativos, como gostaria Habermas? Acreditamos que este tema é recorrente na Ciência Política e que a polêmica não seria exclusiva aos pesquisadores de opinião pública, mas que devemos participar dela mais ativamente.

Por último, quanto ao *sujeito* da opinião pública, não acreditamos haver nenhuma limitação, a não ser o aspecto coletivo, ou seja, a opinião pública tem que corresponder à opinião de um grupo de pessoas que tenham algumas características comuns, não importando se pertençam a elite ou a massa, se são informados ou não ou se formam a opinião de maneira racional ou emocional. Nesse contexto, as manifestações de minorias - por mais “minoritárias” que sejam - devem ser consideradas igualmente como uma das formas de manifestação da opinião pública.

Faz sentido chamar de opinião pública, segundo o raciocínio que está sendo desenvolvido, todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito à toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas. Nos parece que

¹⁵ Lippmann, op. cit.

uma conceituação como essa fica a meio caminho entre as definições segmentadas expostas na primeira tabela, que certamente restringem o entendimento do tema, e a definição proposta por Childs, cuja abrangência e permissividade colocam no âmbito da opinião pública uma série enorme de acontecimentos que tomam o coletivo pelo público.

As grandes lacunas

Em seu livro, *The Nature and Origins of Mass Public Opinion*, Zaller¹⁶ faz uma crítica a todos nós, estudiosos da opinião pública, por não existirem esforços consistentes de se criar uma teoria geral, algo que tivesse uma validade mais abrangente, dando conta das diversas dinâmicas já relatadas em estudos individuais, a partir de fenômenos isolados.

Podemos lembrar de alguns modelos que mudaram o rumo dos estudos de opinião pública, principalmente na área de comportamento político e eleitoral, tais como “the spiral of silence”, “the agenda setting”, “the two-step flow of communication”. O que Zaller questiona é não procurarmos extrapolar esses modelos para outros contextos de opinião pública e principalmente não procurarmos conectá-los ou contrapô-los a fim de chegar a modelos mais gerais.

Nesse sentido, apesar de não ser um modelo geral, a definição de algumas “propriedades da opinião pública” é um avanço e foi uma tarefa bem desempenhada por Key¹⁷, tratando de alguns níveis de abordagem muito úteis para a descrição e análise das manifestações de opinião pública: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência.

Distribuição é a forma como as opiniões individuais sobre um tema estão agrupadas. Assim, podemos encontrar situações de consenso absoluto, onde todos têm a mesma opinião, até uma situação de total dissenso, onde cada um tem uma opinião diferente. A distribuição observada nos dá, portanto, uma idéia do possível conflito em torno de algum assunto. Citando um exemplo recente, a lei da Prefeitura de São Paulo proibindo o consumo de cigarros em bares e restaurantes é apoiada, segundo dados divulgados pelo Instituto Datafolha e pelo IBOPE, por cerca de três quartos dos eleitores. Apesar de toda a polêmica que aparece na imprensa, as pesquisas indicam que não existe um clima real de conflito e que a lei provavelmente está sendo obedecida sem grande resistência por parte dos frequentadores de bares e restaurantes.

¹⁶ Zaller, op. cit.

¹⁷ Key Jr. (1961).

Quando falamos da direção da opinião pública, estamos nos referindo a um posicionamento que aparece ao analisar-se o conjunto das opiniões a respeito do tema em questão. A análise da direção da opinião pública pressupõe que para cada tema de interesse público existem escolhas a serem feitas. A direção informa basicamente se determinado grupo está a favor ou contra alguma coisa. Quando as pesquisas mostram que 63% dos eleitores apóiam o Plano Real, temos uma indicação da inclinação favorável da opinião pública sobre esse assunto.

Além da distribuição e da direção, outra característica muito importante para se descrever satisfatoriamente uma manifestação de opinião pública é a intensidade. Esta propriedade indica o grau de adesão a cada opinião, dando uma medida de força da manifestação. Pode-se imaginar facilmente que os efeitos de uma situação onde a opinião pública é muito intensa são bem diferentes daqueles onde a força da adesão é menor. Durante a reforma constitucional de 1995, a maioria da opinião pública era favorável ao fim do monopólio estatal do petróleo. Mas a intensidade, o grau de adesão a essa tese, era muito menor do que o da minoria que era contrária à mudança, e que realizou ruidosas e seguidas manifestações contra o fim do monopólio.

Além de perceber para onde a opinião pública está apontando através de medidas de direção, com que nível de conflito, observando a distribuição e com que força, medindo sua intensidade, a outra propriedade presente na maioria das análises sobre fenômenos de opinião pública é a coerência ou consistência interna dos fenômenos.

Seguindo sua abordagem de tratar os dados em nível agregado, Everett Ladd¹⁸ fez uma análise das tendências da opinião pública americana sobre aborto. Em uma mesma pesquisa, 51 % dos entrevistados concordaram com a frase “toda mulher tem o direito de controlar o seu próprio corpo”, mas também 80% se opuseram à idéia de usar o aborto como forma de controle de natalidade. O analista interpretou tais dados como um desejo dos americanos em manter a liberdade individual, mas ao mesmo tempo forçar mais responsabilidade nas pessoas. Neste caso trata-se de uma incoerência lógica, mas que pode ter uma interpretação plausível¹⁹.

Esta combinação de distribuições de opinião logicamente antagônicas entre si pode ser um indicador de que as decisões estão muito frágeis sobre o tema e que uma argumentação convincente pode fazer a opinião pública mudar muito rápido. Ainda olhando a análise dos técnicos do Roper Center, duas pesquisas feitas na mesma época mas usando perguntas um pouco diversas entre si obtiveram resultados significativamente diferentes de aprovação à decisão da Suprema Corte

¹⁸ Ladd (1989). Everett Ladd é diretor do Roper Center for Public Opinion Research - University of Connecticut.

¹⁹ Ver a questão da centralidade das crenças em Rokeach (1968).

em permitir que cada Estado adotasse medidas restritivas ao aborto.

A abordagem mais clássica da propriedade da coerência, porém, é aquela que foca as incoerências no nível da opinião individual, através de cruzamentos das respostas de um mesmo indivíduo a várias perguntas diferentes mas ligadas ao mesmo assunto. Um dos autores que refletiu e estudou muito sobre tais incoerências foi Philip Converse²⁰. Baseado em um famoso experimento, Converse defendeu em 1964 a tese de que quando os temas de opinião pública não têm grande saliência para os indivíduos ou são difíceis para a maioria entender, a probabilidade de que as opiniões sejam artificiais e sem nenhuma estabilidade é muito grande. A partir disso ele criou o conceito de “não-atitude”. Uma não-atitude é a ausência de uma atitude real, ou seja, é uma opinião que a pessoa dá sobre certos assuntos sem qualquer consistência, vazia de conteúdo.

Desafiando as conclusões pessimistas de Phillip Converse, Page e Shapiro escreveram recentemente um livro chamado *The Rational Public*²¹. Estes dois autores procuram demonstrar, através da análise de 50 anos de dados de pesquisas de opinião pública feitas nos Estados Unidos, que a opinião coletiva é estável e faz bastante sentido, a despeito da fraqueza das opiniões individuais. Isto resulta do que eles chamam de “efeito de agregação estatística”, além do processo social de formação das opiniões. Os autores utilizaram teoremas matemáticos para provar que o resultado obtido para uma opinião coletiva é igual à média das tendências centrais de cada indivíduo e que, portanto, a média geral reflete a verdadeira tendência central da opinião pública. Além da explicação matemática, estes autores nos lembram que cada indivíduo traz para a discussão coletiva um pouco de informação, evitando que as opiniões se baseiem em dados incompletos ou enviesados.

Após analisarem um sub-grupo de 1.128 perguntas que foram repetidas da mesma forma pelo menos duas vezes ao longo de cinquenta anos, eles descobriram um nível de estabilidade incrível na opinião pública americana. Somente em 42% destas perguntas houve uma mudança significativa na distribuição das opiniões e destas, 43% foram diferenças de menos de 10 pontos percentuais, ou seja, muito pequenas para serem sinais de grande instabilidade.

A última propriedade da opinião pública que merece ser citada é a latência. O cientista político V. O. Key²² descreve esta propriedade como uma avaliação do estado de “hibernação” da opinião pública em oposição à “ativação”. Um fenômeno de opinião pública latente é aquele onde existe um potencial para uma manifestação, mas ainda não houve explicitação da opinião, ou seja, ela ainda não se tornou pública. A passagem do estado latente para o ativo vai depender da

²⁰ Converse (1964).

²¹ Page e Shapiro (1992).

²² Key, op. cit.

relevância e do nível de relação que o estímulo ativador mantém com os valores, crenças e atitudes básicos do indivíduo. Para lembrar uma passagem recente, quando o ex-presidente Collor em 1992 incitou os cidadãos a saírem às ruas de verde-amarelo para protestar contra as denúncias feitas contra ele, o que ele fez foi “ativar” o sentimento de repulsa da sociedade, que fez o contrário: os indivíduos preferiram sair vestidos de negro para demonstrarem seu descontentamento com a situação.

As pesquisas quantitativas possibilitam a análise de dados de opinião pública em relação a todas estas propriedades: distribuição, direção, intensidade, coerência e latência. No entanto, a simples observação de outras formas de manifestação da opinião pública pode fornecer indícios suficientes para uma classificação de um certo contexto como polarizado ou consensual, latente ou ativo, coerente ou incoerente etc.

A idéia de propriedades e a sua utilização enquanto instrumento analítico é importante, pois cada propriedade relaciona-se a um aspecto que auxilia na previsão de futuros movimentos ou efeitos das manifestações de opinião na vida da sociedade. Essas relações estão esquematizadas no quadro abaixo :

Tabela 2
Propriedades da opinião pública e dimensões previsíveis

propriedades da opinião pública	dimensões previsíveis
direção	conteúdo da escolha
distribuição	nível de conflito
intensidade	força de reação
coerência	estabilidade
latência	expressão de reação

Deve-se tomar cuidado, porém, com o nível de generalização das interpretações feitas com base em apenas um dos tipos de manifestação da opinião pública, pois um mesmo tema pode gerar reações diferenciadas que se expressam de formas diferentes nos sub-grupos existentes na sociedade ou comunidade em questão. Na verdade, voltamos à discussão da importância de um esforço conjunto dos pesquisadores de fenômenos de opinião pública para criar uma lista de possíveis generalizações em relação a estas propriedades e como elas aparecem em uma situação compartimentada e multifacetada, como são normalmente as que lidamos no dia-a-dia profissional.

Parece-nos que a questão central por onde deveríamos iniciar tal esforço é a das diferenciações internas à opinião pública, ou seja, a polaridade já definida como massa/elites, experts/não-experts, público interessado/desinteressado, formadores

-disseminadores/ receptores etc. Será tal diferenciação inerente ao conceito e a operacionalização da opinião pública? Será que realmente existem pessoas sem opinião sobre determinados assuntos? Trata-se de uma diferenciação essencial ou contextual, isto é, cada indivíduo pode e efetivamente assume o papel de expert ou de desinformado dependendo do tema tratado?

Zaller²³, por exemplo, defende a idéia de que obtemos nas pesquisas “opiniões temporárias”, pois cada indivíduo tem várias “opiniões potenciais” para um mesmo assunto, formando uma opinião específica de acordo com o contexto do momento da pesquisa. Perguntaríamos, portanto, se existem diferenças de capacidade para formar estas opiniões específicas e em caso positivo, o que isso significa para os movimentos da opinião pública?

A contrapartida é a tese de Page e Shapiro²⁴, defendendo a consistência e estabilidade das correntes de opinião pública como um todo, independente das diferenciações individuais. Esta tese contraria totalmente a crença de que a opinião pública é algo facilmente manipulável por forças externas. Para eles, a opinião pública é o resultante de todas as forças envolvidas, podendo ser encarada como um sinal claro de uma sociedade sobre os rumos que está tomando.

O tema, como se vê, é amplo. Esse artigo pretendeu chamar a atenção para as dificuldades que o assunto apresenta, balizar algumas polêmicas e realçar a inexistência de uma conceituação de opinião pública que seja passível de ser aceita pelas diversas disciplinas entre os autores estudados, e que tenha como característica simultânea a capacidade de não ser tão restritiva (seja por elitismo, exigir racionalismo, buscar o consenso etc.) a ponto de limitar a discussão a um grupo minúsculo de fenômenos, de um lado, nem tão generosa a ponto de colocar no campo da opinião pública qualquer tipo de relacionamento social, por outro. A continuidade desse tipo de discussão servirá para definir melhor o nosso próprio papel de pesquisadores, na medida em que os limites de nossa atividade estão necessariamente ligados à nossa compreensão dos limites do nosso próprio objeto de estudo: a opinião pública.

²³ Zaller, op. cit.

²⁴ Page, e Shapiro, op. cit.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENIGER, J. R. The impact of polling on public opinion: reconciling Foucault, Habermas and Bordieu. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Oxford University Press, v. 4, n. 3, autumn 1992.

CONVERSE, P. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (org.). *Ideology and discontent*. 1964.

FARAH, S. *O fator opinião pública: como lidar com ele*. São Paulo: IBRACO, 1992.

FIGUEIREDO, R.; CERVELLINI, S. *O que é opinião pública*. Ed. Brasiliense (no prelo).

GOMES C. T. *Opinião pública: os bastidores da ação política*. São Paulo: Global Editora, 1993.

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. In: GRUNNEWALD et al. – tradutores. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p. 341, 1983.

HERBST, S. Surveys in the public sphere: applying Bordieu's critique of opinion polls. *International Journal of Public Opinion Research*, Oxford, Oxford University Press, v. 4, n. 3, autumn 1992.

KEY JR., V. O. *Public opinion and american democracy*. New York: Alfred A. Knopf, 1961.

LADD, E. C. Has public opinion shifted on abortion?. *The Public Perspective*, Storrs, The Roper Center, v. 1, 1989.

LANE, R. E.; SEARS, D. O. *A opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

LIPPMAN, W. *The phantom public*. London: Transaction Publishers, 1993.

MANIN, B. *Le concept d'opinion publique*, s/d

MATTEUCCI, N. Opinião pública. In: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1986.

OSKAMP, S. *Attitudes and opinions*. New Jersey: Prentice-Hall, 1977, p. 9.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y. *The rational public: fifty years of trends in american's policy preferences*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ROKEACH, M. *Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change*. San Francisco: Jossey-Bass, 1968.

ZALLER, J. R. *The nature and origins of mass opinion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 2.

Recebido para publicação em Novembro de 1995.

Volatilidade eleitoral em eleições parlamentares, 1950 - 1978¹

Marcus Figueiredo

IUPERJ

Resumo

Este artigo apresenta o uso do indicador Volatilidade Eleitoral de Pedersen no estudo do processo eleitoral brasileiro para o período entre 1950 e 1978. O autor analisa o movimento eleitoral global e nos Estados da federação por períodos eleitorais específicos e encontra um comportamento direcionado para os partidos políticos não-conservadores.

Palavras-chave: volatilidade eleitoral, eleições presidenciais, partidos políticos

Abstract

This article uses the measure of the Electoral Volatility by Pedersen in the period between 1950 and 1978. The author analyses the electoral movement for the country and for each state of the federation and he finds a behavior oriented to non-conservative political parties.

Keywords: electoral volatility, presidential election, political parties

¹ Este artigo é parte de um trabalho maior desenvolvido pelo grupo de estudos eleitorais do IUPERJ no projeto "Brasil, 50 anos de eleições". Apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 17-20 de outubro de 1995.

Introdução

O indicador *Volatilidade Eleitoral*, desenvolvido por Pedersen (1982), tem sido usado como evidência para o estudo da institucionalização e para classificação dos sistemas eleitorais. A base empírica mais usada, tanto para a sua criação, quanto para estudos posteriores, tem sido os resultados eleitorais das eleições parlamentares nos países europeus. A transposição deste indicador para o estudo de sistemas partidários cujas regras eleitorais diferem das regras usuais na Europa requer cuidados e decisões analíticas cautelosas. Caso contrário, corre-se o risco de se produzir indicadores sem maiores significados substantivos.

O fenômeno da volatilidade eleitoral consiste na mudança/manutenção da direção do voto do eleitorado entre duas eleições consecutivas. Assim, se um eleitorado for absolutamente fiel e se os candidatos em duas eleições consecutivas forem os mesmos, por definição a volatilidade eleitoral observada será igual a zero, o que é intuitivo. Portanto, a hipótese histórica contida na definição da volatilidade eleitoral é, basicamente, a seguinte: os sistemas partidários são institucionalizados quando a volatilidade eleitoral observada for relativamente constante e baixa por um longo período.

Com esta definição, o estudo da volatilidade e, sem dúvidas, promissor para a descrição do processo político nas democracias.

O indicador volatilidade eleitoral e sua aplicação

O indicador *Volatilidade Eleitoral* (V_t) é uma medida agregada que resulta do somatório das perdas e ganhos dos partidos entre duas eleições, dividido por dois. As perdas e ganhos dos partidos tanto podem ser expressas em proporções de votos ou cadeiras no parlamento. Assim, a volatilidade total é dada pela fórmula:

$$VT = \sum(V_{t_i} - V_{t_{i-1}})/2$$

Como este somatório de perdas e ganhos é tomado em valores absolutos, o valor final de VT significa o resultado líquido da movimentação dos votos no sistema entre os dois momentos considerados. Um VT de tamanho 10, por exemplo, significa que 10% do eleitorado mudou o seu voto de uma eleição para outra. Neste sentido, como aponta pedersen, o indicador VT é neutro, pois não indica de onde os votos saíram e para onde eles foram. Perguntas deste último tipo talvez sejam mais interessantes. Mas a pertinência do indicador VT está justamente em apontar se ocorreram mudanças agregadas suficientemente grandes para serem capazes de indicar que alguma movimentação expressiva aconteceu (ou está acontecendo) no eleitorado.

Quero agora chamar a atenção para a aplicação deste indicador no estudo do processo eleitoral brasileiro.

A medida VT toma como dado as regras eleitorais européias, que, no que nos interessa aqui, estabelecem que o voto para o parlamento é partidário, isto é, é dado à sigla do partido, ou, quando muito, estabelecendo ordens de preferência dentro da lista do partido, e não como no Brasil, onde a grande maioria do voto parlamentar é nominal. Neste caso, diferentemente da Europa, a circulação das elites entre as siglas é um elemento altamente perturbador na produção da VT, pois os eleitores tendem a seguir com o voto seus candidatos, produzindo cadeiras para as siglas onde eles se encontram. Mas, a própria dança das elites é, por si só, indicador da instabilidade do sistema partidário. Neste sentido o efeito da dança partidária dos políticos na VT é o de aumentar o seu valor, o que significa a não institucionalização do sistema partidário.

Este raciocínio circular foi feito propositadamente, para gerar os seguintes cenários.

1. Se tomarmos como fonte da volatilidade os votos nominais dos candidatos ao parlamento em sucessivas eleições, independentemente dos partidos em que estejam filiados, teremos como resultado uma taxa de fidelidade eleitoral ou de volatilidade eleitoral nominal. O resultado pode ser uma extraordinária estabilidade de candidaturas individuais, mas não sistêmica. Esta situação torna-se dramática ao aplicarmos o indicador da volatilidade às disputas majoritárias, para senadores, governadores e ou presidentes, especialmente no período pós-79.

2. Se, por outro lado, tomarmos os votos agregados às siglas ou às cadeiras que os partidos conseguiram na Câmara, num momento de alta rotação das elites, observaremos uma alta taxa de volatilidade, indicando grande movimentação do eleitorado e instabilidade sistêmica. Neste caso há, de fato, instabilidade sistêmica, mas poderá haver, simultaneamente, estabilidade de candidaturas. Por exemplo, Mainwaring e Scully (1994, p. 48) tomando a proporção de cadeiras na Câmara, obtidas pelos partidos nos anos 82 a 90, encontraram uma volatilidade média para este período de 40,9%, o que é altíssima seja qual for o padrão considerado. A fonte dessa alta taxa de volatilidade vem quase que exclusivamente da rotação das elites partidárias, com a formação do PFL entre as eleições de 82 e 86 e a formação do PSDB entre as eleições de 86 e 90. Embora sem ter feito o cálculo da taxa de "fidelidade" eleitoral nominal (cenário 1), acredito que esta seja alta.

Feitas essas ressalvas, podemos ir em frente tendo como precaução o entendimento do significado da taxa de volatilidade sistêmica: é um indicador neutro que nos dá apenas o tamanho da movimentação do eleitorado. Embora a taxa de volatilidade seja substantivamente restrita ela nos oferece indicadores importantes do processo histórico.

Ao examinarmos um longo período de eleições e de posse da taxa de volatilidade dos sucessivos pares de eleições podemos identificar, inicialmente, a natureza do processo sob observação, que pode ter três comportamentos paradigmáticos:

1. Taxas iniciais altas (acima da média do período considerado) com declínio ao longo do tempo, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de um processo de estabilização da preferência eleitoral;

2. Taxas iniciais baixas (abaixo da média do período) com crescimento ao longo do período, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de um processo de desestabilização da preferência inicial do eleitorado ou em um processo de realinhamento eleitoral.

3. Taxas iniciais medianas (próximas à média do período) e que assim permanecem ao longo do período, com um quadro partidário estável. Neste caso estamos diante de duas hipóteses. As taxas observadas podem ser o resultado de um processo crônico de instabilidade na preferência eleitoral dos eleitores ou as taxas de volatilidade podem ser o resultado das rotações das elites, pela mudança de siglas ou criação de novos partidos.

Há uma quarta possibilidade residual. Seja qual for a taxa de volatilidade inicial e estando o sistema já estabilizado podemos observar de tempos em tempos uma alteração drástica na taxa, e o seu retorno ao seu padrão histórico.

Do ponto de vista analítico, as histórias eleitorais contidas nos cenários 2 e 3 são os mais interessantes. o cenário 1 aponta para a afirmação da teoria da socialização política, tendo os partidos como principais mediadores entre o eleitorado e o governo.

Os cenários comportamentais 2 e 3 apontam para sistemas políticos eleitorais em mudança, com possível realinhamento e ou instabilidade eleitoral e partidária, respectivamente. Estes dois cenários são mais atraentes na medida em que todas as fontes capazes de influir na produção final da taxa de volatilidade precisam ser pesquisadas para se obter uma resposta satisfatória.

O padrão da volatilidade eleitoral no Brasil, 1950 - 1978

Como foi dito acima, o índice de volatilidade é neutro. Ele não especifica qual a direção das mudanças eleitorais. Para superar esta pequena deficiência podemos proceder da seguinte maneira.

O cálculo da volatilidade toma o valor absoluto de votos para um mesmo partido entre duas eleições, com isso podemos especificar se o saldo entre a eleição 1 e 2 é positivo ou negativo. Se positivo, o partido ganhou votos; se negativo, o partido perdeu votos (ou cadeiras). Assim, podemos especificar, entre duas

eleições, quais partidos ganharam e quais perderam. Dependendo da situação sob observação podemos ainda comparar, entre si, os saldos positivos e os saldos negativos com o objetivo de determinar, entre eles, quem ganhou mais e quem perdeu mais. Finalmente, pode-se ainda agrupar os partidos em blocos, segundo um critério qualquer, para examinar a volatilidade parcial intra-blocos e entre blocos de partidos.

O estudo da volatilidade parcial intra e entre blocos de partidos é o que produz mais informação sobre o comportamento agregado do eleitorado e sobre o grau de estabilidade do sistema. Aqui duas hipóteses são relevantes:

1. Seja qual for a volatilidade total, podemos observar alta volatilidade dentro dos blocos partidários e, simultaneamente, baixa volatilidade entre os blocos partidários; a confirmação empírica dessa configuração nos permite afirmar, inicialmente, a existência de uma certa estabilidade eleitoral entre os blocos partidários, isto é, independentemente de siglas ou rotação das elites, o eleitorado mantém-se relativamente fiel reproduzindo seu voto dentro dos mesmos blocos partidários. Entretanto, dentro de cada bloco partidário a alta volatilidade observada pode vir de duas fontes: instabilidade do eleitorado ou rotação dos candidatos.

2. Seja qual for a volatilidade total, podemos observar alta volatilidade entre os blocos partidários.

A confirmação dessa hipótese nos coloca diante de uma situação de realinhamento eleitoral.

É esta segunda hipótese que se confirma para o período da história eleitoral brasileira que apresento a seguir.

Para descrever este processo tomei seis pares de eleições entre 1950 e 1978, divididos em dois períodos: antes e depois de 1966, quando houve a reforma autoritária com a criação do MDB e da ARENA, substituindo o sistema multipartidário anterior.

A base tomada para o cálculo da volatilidade foram as cadeiras obtidas pelos partidos, por Estado da federação. Quaisquer que possam ser as críticas a este procedimento, nenhuma delas supera o ganho obtido: seria impossível tomar a votação dada aos partidos, uma vez que a distribuição dos votos dentro das alianças e coligações não especificava os totais parciais de votos para os partidos integrantes dessas alianças ou coligações, durante o primeiro período analisado. Para manter a comparabilidade, o mesmo critério foi usado no segundo período analisado. Finalmente, foram deixados de fora os Territórios, mesmo aqueles que se tornaram Estados posteriormente, pois suas contribuições para o valor agregado da volatilidade eram negligíveis. Assim, a base do cálculo das volatilidades Total - Brasil - e Parciais - Bancadas estaduais - são as cadeiras obtidas pelos partidos em 21 estados, cujos valores estão na Tabela 1, em anexo.

Na Tabela 1 apresento os seguintes resultados: a volatilidade total para cada Estado e a volatilidade total para o Brasil, para os três pares de eleições de cada um dos dois períodos. Apresento também a volatilidade média de cada período, por estado e para o Brasil, e os respectivos desvios-padrão. Finalmente, em cada par de eleições, marco com (*) a volatilidade observada em direção aos partidos conservadores (saldos positivos). Com isso temos o tamanho da volatilidade e sua direção, estado por estado, ao longo dos dois períodos.

Principais resultados

O movimento global do eleitorado

Inicialmente, temos, com base no indicador *Volatilidade Eleitoral* para o Brasil, um processo nítido de realinhamento eleitoral no período 1950-1962. Neste período, o eleitorado brasileiro redireciona o seu voto em direção aos partidos não conservadores. Este processo conduziu a Câmara de Deputados à situação de equilíbrio parlamentar entre os três maiores partidos em 1962: o PSD, o PTB e a UDN. O movimento do eleitorado foi, no caso, em direção ao PTB, saindo basicamente do PSD, já que, no período, a votação da UDN manteve-se relativamente estável.

Em relação ao segundo período analisado - 1966 a 1978, tomando-se a volatilidade global para o Brasil, duas afirmações podem ser feitas. Primeiro, o eleitorado entre 1966 e 1974 movimentou-se em direção ao MDB, notadamente da eleição de 1970 para a eleição de 1974. Segundo, o refluxo do eleitorado que ocorre na eleição seguinte - 1978 - em direção à ARENA, pode ser creditado, parcialmente, ao efeito da lei Falcão.

O movimento do eleitorado nos estados, 1950 - 1962

Este período é de grande movimentação do eleitorado. O quadro partidário era relativamente estável. Embora com muitos partidos nominais, não havia a proliferação de fusões, trocas desenfreadas de partidos e criação de novos com peso eleitoral como temos hoje em dia, após 1982.

Neste sentido, a movimentação eleitoral observada pode ser perfeitamente creditada ao avanço eleitoral dos partidos não conservadores, especialmente o PTB. Entretanto, esta movimentação não foi homogênea nas diversas regiões e estados do país. Na verdade, o realinhamento eleitoral, de fato, inicia-se entre as eleições de 1950 e 1954, mas toma fôlego mesmo entre 1954 e 1962. Vejamos isto no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1
Realinhamento eleitoral nos estados
Brasil 1950 -1962

Pares de eleições	Em direção a partidos não conservadores	VT = 0	Em direção a partidos conservadores
1950 - 1954	AM PA PI CE PE BA ES RJ SP (9)	RN PB SE RS MT GO (6)	MA AL MG DF PR SC (6)
1954 - 1958	AM CE RN PB PE AL MG ES RJ DF SP PR RS (13)	MA PA PI SC MT GO (6)	SE BA (2)
1958 - 1962	AM PA CE RN PE AL BA ES RJ GB SP PR MT GO (14)	MA SE (2)	PI PB MG SC RS (5)

Nota: Números entre parênteses correspondem ao total de estados; DF é o então Distrito Federal e GB o antigo estado da Guanabara

Como podemos observar, este período nos mostra um quadro de realinhamento eleitoral global no último par de eleições, mas nos mostra também situações de estabilidade eleitoral e oscilações. Por exemplo, nos estados da Amazônia, do Ceará, do antigo Rio de Janeiro e de São Paulo o eleitorado se movimenta sempre em direção aos partidos não conservadores; nos estados da Bahia e de Minas Gerais o eleitorado oscila muito; e em outros, como os estados do Mato Grosso e Goiás, o eleitorado mantém-se estável entre 1950 e 1958 e começa se realinhar em direção aos partidos não conservadores somente na eleição de 1962.

O movimento eleitoral nos estados, 1966-1978

Neste período a situação partidária mudou radicalmente. É o período do bipartidarismo funcionando sob a censura política.

Apesar das condições políticas da época o movimento global do eleitorado vai em direção do MDB. Mesmo considerando que a volatilidade entre as eleições de 1974 e 1978 foi em direção à ARENA, o seu valor é inferior ao observado entre as eleições de 1970 e 1974. Isto é, a Lei Falcão ajudou a ARENA em 1978, a recuperar cadeiras perdidas na eleição anterior. Dada a configuração bipartidária, o movimento do eleitorado ficou mais nítido, comparado com o sistema anterior. Vejamos isto no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2
Realinhamento eleitoral nos estados
Brasil, 1966 -1978

PARES DE ELEIÇÕES	MDB	ARENA
1966 - 1970	AM PA PI CE RN PB PE SE ES RJ GB SP PR SC GO (15)	MA AL BA MG RS MT (6)
1970 -1974	AM PA MA RN PE AL SE BA MG ES RJ GB SP PR SC RS MT GO (18)	PI CE PB (3)
1974 - 1978	CE BA MT (3)	AM PA MA PI RN PB PE AL SE MG ES RJ SP PR SC RS GO (17)

Nota: números entre parênteses correspondem ao total de Estados; no último par de eleições temos só 20 estados devido à fusão entre os antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Comentários finais e novas linhas de estudo

Neste trabalho meu objetivo foi o de mostrar a utilidade do uso do indicador político *Volatilidade Eleitoral*. Apesar das restrições que se possa fazer a este índice, ele é potencialmente proveitoso para nos mostrar o padrão de movimentação do eleitorado.

O valor da volatilidade observada tem causas no processo político e social. A hipótese intuitiva para uma $VT = 0$, significando alta estabilidade eleitoral e do sistema partidário tem como hipótese histórica a sedimentação política da sociedade em torno dos partidos existentes em um dado momento de sua história. Como apontei no início deste trabalho, a estabilização de um sistema político-partidário se configura quando observamos por um bom período valores da volatilidade próximos a zero. Se o suposto é este, qualquer alteração na volatilidade observada exige buscar suas causas.

A literatura que trabalha com este tipo de indicador aponta três fontes distintas que podem explicar as alterações na volatilidade.

1. Variáveis do tipo institucionais, tais como alterações na lei eleitoral, criação, fusão ou desaparecimento de partidos e, ainda, crescimento burocrático dos partidos;

2. Variáveis sociológicas, tais como incorporação de novos contingentes de eleitores, mudanças na estrutura social - notadamente em períodos de alta mobilidade social e o “entra e sai” de eleitores no sistema, quer pela via da abstenção ou pela via do voto em branco e nulo.

3. Variáveis políticas, tais como mudanças sensíveis no discurso e comportamento dos partidos e experiência governativa de um ou mais partidos, em governos de coalizão.

Do ponto de vista da nossa história eleitoral ainda estão por ser pesquisadas as razões das taxas de volatilidade observadas.

Para o período de 1950 a 1962, por exemplo, o foco de nossa atenção deve se voltar mais para variáveis sociológicas, já que não ocorreu, no período, mudanças institucionais capazes de influir decisivamente na produção dos índices de volatilidade observados. Dentre as variáveis sociológicas, creio que três teriam grande influência: as migrações internas, as mudanças sociais e ocupações devido à industrialização do país e a incorporação de grandes contingentes de novos eleitores.

Para o período autoritário, as variáveis políticas e institucionais devem ser as responsáveis pela volatilidade observada, especialmente a entrada e saída de eleitores no sistema, através de abstenções, votos nulos e em branco e a Lei Falcão controlando a propaganda política.

Para o período atual, pós-1982, a volatilidade deverá ter sua origem em variáveis políticas e institucionais. Aqui, as mudanças nas leis eleitorais e os movimentos de criação e fusão de partidos deverão ter um peso grande neste processo de “realinhamento” do eleitorado.

Tabela 1
Taxa de volatilidade eleitoral
Brasil - 1950 A 1978

	Volatilidade eleitoral agregada						Volatilidade média			
	50/54	54/58	58/62	66/70	70/74	74/78	50/62		66/78	
	%	%	%	%	%	%	%	DP	%	DP
AM	42,8	7,1	3,9	4,2	18,2	19,4*	17,9	21,5	13,9	8,4
PA	7,7	0,0	13,7	12,1	5,4	2,5*	7,1	6,8	8,7	3,3
MA	66,8*	0,0	0,0	2,9*	0,6	5,8*	22,2	30,8	3,1	2,6
PI	30,0	0,0	11,8*	0,7	3,6*	5,9*	13,9	15,1	3,4	2,6
CE	9,5	9,5	14,3	1,8	1,5*	1,5	11,1	2,7	1,6	0,2
RN	0,0	10,0	40,0	26,0	4,2	1,7*	16,6	20,8	10,6	18,9
PB	0,0	21,4	2,6*	1,8	0,9*	4,8*	8,0	11,6	2,5	2,0
PE	6,9	20,0	2,7	5,4	6,3	1,8*	17,9	10,2	4,5	2,4
AL	16,6*	8,3	25,0	0,3*	5,0	4,2*	16,6	8,3	3,2	2,5
SE	0,0	10,0*	0,0	7,3	5,5	2,0*	3,3	5,7	4,9	2,7
BA	5,4	6,6*	18,9	4,7*	5,9	0,7	10,2	6,8	3,8	2,7
MG	0,3*	2,4	0,6*	0,3*	18,7	3,9*	1,1	1,1	7,6	9,7
ES	10,0	10,0	16,4	3,4	7,4	4,8*	12,1	3,6	5,3	2,1
RJ	15,0	10,0	14,2	2,0*	17,4	2,2*	13,1	2,6	6,4	6,5
DF / GB	0,5*	10,0	23,3	3,0	7,5		11,3	11,4		
SP	0,9	12,8	6,4	8,3*	37,1	6,2*	6,7	5,9	17,2	17,3
PR	2,5*	23,6	6,5	3,5	13,6	11,7*	10,9	11,2	9,6	5,4
SC	1,3*	0,0	3,6*	7,6	16,9	7,6*	1,6	1,8	10,7	5,4
RS	0,0	10,1	2,4*	0,6*	13,2	9,1*	4,2	5,2	7,6	6,4
MT	0,0	0,0	8,2	8,6*	12,6	2,7	2,7	4,7	7,9	4,9
GO	0,0	0,0	3,4	6,1	1,9	0,1*	1,2	1,9	2,7	3,1
BRASIL	1,3	5,9	9,6	0,0	17,5	12,9*	5,6	4,1	10,1	9,1

(*) Valores com asterisco indicam volatilidade em direção aos partidos conservadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLINI, S.; MAIR, P. *Identity, competition and electoral availability: the stabilization of european electorates, 1885 - 1985*. Sage Publications, 1986.

CAMPELLO DE SOUZA, M. C. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

DAALDER, H.; MAIR, P. (ed.). *Western european party systems: continuity and change*. Sage Publications, 1984.

KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB*. São Paulo: Vértice / IDESP, 1988.

LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança*. São Paulo: Editora Vozes, 1980.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora / IUPERJ, 1991.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. *Party systems and voter alignments*. New York: The Free Press, 1967.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Revista DADOS*, v. 37, n. 1, 1994.

PEDERSEN, M. N. Changing patterns of electoral volatility in european party systems, 1948 - 1977: explorations in explanation. In: DAALDER, H. *Western european party systems: continuity and change*. Sage Publications, 1984.

PRZEWORSKI, A. Institutionalization of voting patterns, or is mobilization the source of decay?. *The American Political Science Review*, v. 49, n. 1, march 1975.

SOARES, G. A. D. O Previsível eleitor brasileiro. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 9, 1983.

SOUZA, A.; LIMA JR., O.; FIGUEIREDO, M. Brizola y las elecciones de 1982 en Rio de Janeiro. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 69, n. 2, 1987.

Recebido para publicação em Novembro de 1995.

